



SIMARSUL

Grupo Águas de Portugal

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

2026

Handwritten signature
@ d.


Índice

A.	Preâmbulo	7
B.	Introdução	8
1.	Caracterização da empresa	8
2.	Missão, visão e compromissos	10
3.	Modelo de negócio	10
4.	Estrutura Organizacional	13
5.	Instrumentos de planeamento, execução e controlo	16
C.	Estratégia de Médio Prazo (três anos)	18
1.	Objetivos estratégicos e setoriais	22
D.	Plano de atividades e indicadores de desempenho	26
1.	Sumário Executivo	26
2.	Instruções, pressupostos macroeconómicos de referência e orientações	28
3.	Cumprimento das Orientações financeiras para o setor empresarial do estado para o triénio 2026-2028	30
4.	Princípios de elaboração dos Plano de Atividades e Orçamento	52
4.1.	EFICIÊNCIA OPERACIONAL	53
4.2.	OTIMIZAÇÃO DOS GASTOS	56
4.3.	FSE (INCLUINDO FROTA AUTOMÓVEL)	57
4.4.	RECURSOS HUMANOS	66
4.5.	CONFORMIDADE COM O ORÇAMENTO DE ESTADO	66
E.	Recursos Humanos	66
1.	Quadro de Pessoal	66
2.	Proposta de revisão da estrutura orgânica da Simarsul	67
3.	Previsão de necessidades de recursos humanos para 2026	76
4.	Do plano plurianual de saídas de trabalhadores ao plano de sucessão	84
5.	Gastos com pessoal	84
F.	Informação Financeira	91

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2026

1.	Indicação das fontes de financiamento da atividade operacional e do investimento	91
2.	Serviço de dívida	91
3.	Ações ou atividades que sejam objeto de financiamento ainda não concretizado	92
4.	Demonstrações Financeiras Previsionais	92
4.1.	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PREVISIONAL	93
4.2.	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PREVISIONAL	94
4.3.	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL	98
5.	Eficiência operacional, rácios financeiros e quadro resumo	100
5.1.	EFICIÊNCIA OPERACIONAL	100
5.2.	RÁCIOS FINANCEIROS	100
5.3.	QUADRO RESUMO	100
G.	Contratos de gestão, contratos-programa e contrato de prestação de serviço público	100
H.	Plano de investimentos anual e plurianual	101
1.	Nota Introdutória	101
2.	Investimento	104
3.	Cobertura Financeira dos Investimentos (financiamento e endividamento)	106
3.1.	RETORNO ECONÓMICO E FINANCEIRO DOS INVESTIMENTOS	106
3.2.	FINANCIAMENTO E ENDIVIDAMENTO	107
4.	Contrato de Concessão	109
I.	Quadro síntese de autorizações requeridas	111
J.	Conclusões	115
K.	Anexos	116


+ 77. 2
@ d

Índice de figuras

Figura 1 – Área de abrangência da concessão.....	9
Figura 2 – Dimensão da Empresa - Infraestruturas.....	9
Figura 3 - Organograma da Empresa.....	15
Figura 4 - Quadro Resumo Demonstrações Financeiras.....	28
Figura 5 - Orientação Financeira Volume de Negócios.....	32
Figura 6 - Orientação Financeira Gastos Operacionais.....	33
Figura 7 - Orientação Financeira Gastos com Pessoal.....	35
Figura 8 - Orientação Financeira Decomposição FSE.....	37
Figura 9 - Orientação Financeira Resultado Operacional.....	40
Figura 10 - Orientação Financeira Resultado Operacional ajustado.....	41
Figura 11 - Orientação Financeira Resultado Líquido.....	42
Figura 12 - Orientação Financeira Resultado Líquido ajustado.....	43
Figura 13 - Orientação Financeira Rentabilidade dos RH.....	44
Figura 14 - Orientação Financeira Rentabilidade dos RH ajustado.....	44
Figura 15 - Rentabilidade do Ativo.....	45
Figura 16 - Rentabilidade do capital próprio (ROE).....	46
Figura 17 - Rentabilidade do capital próprio (ROE) ajustado.....	46
Figura 18 - Efeito preço/quantidade do aumento de gastos da prestação de serviços de tratamento de lamas em 2026.....	55
Figura 19 - Otimização de gastos.....	56
Figura 20 - Fornecimentos e Serviços Externos.....	57
Figura 21 - FSE Estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria.....	58
Figura 22 - Evolução do n.º de viaturas e de trabalhadores.....	60
Figura 23 - Rácio de utilização das viaturas a 30 de junho de 2025.....	62
Figura 24 - Rácio de utilização das viaturas a 31 de dezembro de 2025.....	62
Figura 25 - Rácio de utilização das viaturas a 31 de dezembro de 2026.....	62

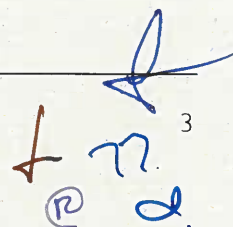
 3
@ d.

Figura 26 - Evolução da entrada de trabalhadores em idade de reforma.....	84
Figura 27 - Quadro resumo rácios financeiros.....	100
Figura 28 - Cumprimento do plano de manutenção preventiva em 2024.....	103

4 77,4
P. d.

Índice de tabelas

Tabela 1 - Estrutura Acionista.....	8
Tabela 2 - Quadro de pessoal com ref. ^a a 30 de junho de 2025.....	15
Tabela 3 - Pressupostos macroeconómicos.....	29
Tabela 4 - Apuramento da variação do endividamento.....	48
Tabela 5 - Crescimento do nível de endividamento.....	48
Tabela 6 - Cálculo do Prazo Médio de Pagamentos.....	50
Tabela 7 - Orientação Financeira Eficiência Operacional.....	54
Tabela 7 - Quantificação dos gastos da frota automóvel no triénio.....	65
Tabela 8 - Quadro de recursos humanos.....	67
Tabela 9 - Movimento do pessoal em 2026.....	76
Tabela 10 - Número de trabalhadores em idade de reforma por categoria profissional.....	84
Tabela 11 - Gastos com pessoal – 2024 a 2028.....	85
Tabela 12 - Efeito das entradas autorizadas no PAO 2024.....	85
Tabela 13 - Efeito das entradas autorizadas no PAO 2025.....	86
Tabela 14 - Efeito das substituições ocorridas em 2025 (por reforma ou outros).....	86
Tabela 15 - Efeito de substituições por reforma a ocorrer até ao final de 2025.....	86
Tabela 16 - Efeito das substituições de saídas.....	87
Tabela 17 - Efeito das admissões de trabalhadores - revisão da estrutura orgânica da DINF.....	87
Tabela 18 - Efeito da admissão de trabalhadores - redimensionamento da estrutura.....	87
Tabela 19 - Efeito nos gastos com pessoal da atribuição de IHT e de Comissão de Serviço.....	89
Tabela 20 - Custos com pessoal Rácios RH.....	90
Tabela 21 - Fontes de financiamento.....	91
Tabela 22 - Plano financeiro BEI.....	92
Tabela 23 - Demonstração da posição financeira previsional.....	93
Tabela 24 - Demonstração dos resultados por natureza previsional.....	94
Tabela 25 - Demonstração dos fluxos de caixa previsional.....	98


L. M. 
D. d.

Tabela 27 - Cálculo do valor do investimento relevante.....	107
Tabela 28 - Endividamento bruto e líquido do triênio.....	108
Tabela 29 - Variação do endividamento no triênio.....	108

↓ m. 6
P. 2.

A. PREÂMBULO

O ano de 2026 antecipa-se como um período particularmente exigente para o setor do ambiente em Portugal, num contexto marcado por uma crescente pressão regulatória, pela transição climática e digital, e pela necessidade de resiliência operacional face à instabilidade macroeconómica e geopolítica.

A nível macroeconómico, apesar da previsão de moderação da inflação e da estabilização das taxas de juro de referência na zona euro, a recuperação económica mantém-se desigual entre setores, refletindo incertezas persistentes nos mercados internacionais de energia e matérias-primas. Estas dinâmicas têm impacto direto nos custos de operação das empresas do setor da água, exigindo um planeamento orçamental prudente, criterioso e orientado para a eficiência.

No plano europeu e nacional, o setor do saneamento enfrenta novas exigências regulatórias e societárias, entre as quais se destacam:

- A proposta de revisão da Diretiva relativa ao tratamento de águas residuais urbanas (DARU), que impõe metas mais ambiciosas de remoção de nutrientes, controlo de poluentes emergentes e monitorização reforçada;
- A implementação das medidas previstas no Plano de Ação para a Economia Circular e no Pacto Ecológico Europeu, com reflexo na gestão de lamas, valorização energética e reaproveitamento de águas residuais tratadas;
- A crescente digitalização e exigência de transparência nos serviços públicos essenciais, com foco na disponibilização de dados em tempo real, na rastreabilidade de processos e no envolvimento dos utilizadores.

Neste cenário, o Plano de Atividades e Orçamento para 2026 da SIMARSUL procura responder aos desafios do presente e antecipar as necessidades futuras do sistema multimunicipal, reforçando o compromisso com a sustentabilidade ambiental, a eficiência operacional e a qualidade do serviço prestado às populações.

A estratégia delineada articula a manutenção e reabilitação das infraestruturas existentes com a aceleração de investimentos críticos, a aposta na inovação e digitalização dos processos, e a valorização dos recursos humanos enquanto pilar da capacidade técnica da empresa.

f 97.7 @
d.

B. INTRODUÇÃO

I. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A SIMARSUL é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, com capital social de 25 milhões de euros, tendo-lhe sido atribuída pelo Estado Português, a concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, em regime de exclusivo e por um período de 30 anos.

O sistema resulta de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, formalizado pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, que permitiu recuperar a configuração original decorrente do Decreto-Lei n.º 286/2003, de 8 de novembro.

A empresa SIMARSUL foi constituída com a seguinte estrutura acionista:

Acionistas	N.º de Ações Subscritas da Categoria A	Total de Capital Social Subscrito e Realizado	% Total de Capital Social Subscrito
AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	12 750 000	12 750 000	51,00%
Alcochete	375 455	375 455	1,50%
Barreiro	2 274 305	2 274 305	9,10%
Moita	893 590	893 590	3,57%
Montijo	1 127 290	1 127 290	4,51%
Palmela	1 156 040	1 156 040	4,62%
Seixal	2 819 950	2 819 950	11,28%
Sesimbra	529 585	529 585	2,12%
Setúbal	3 073 785	3 073 785	12,30%
Total	25 000 000	25 000 000	100,00%

Tabela I - Estrutura Acionista

Estima-se em cerca de 630 mil habitantes¹ a população atualmente residente nos 8 municípios servidos por este sistema de saneamento de águas residuais (Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal²).

¹ De acordo com os Censos 2021.

² Desde 18 de dezembro de 2022 como pleno utilizador, após um período em que o serviço abrangia apenas Azeitão, como cliente da, até então, concessionária Águas do Sado.

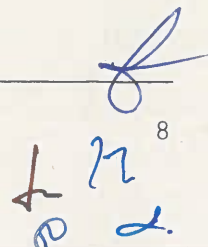




Figura 1 – Área de abrangência da concessão

A exploração e a gestão do sistema incluem o projeto, a construção, a extensão, a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos e das instalações necessárias para o desenvolvimento da sua atividade.

Os grandes números associados às infraestruturas, produtos e subprodutos resultantes da sua atividade de exploração, previstos para a concessão, podem ser resumidos do seguinte modo:



Figura 2 – Dimensão da Empresa - Infraestruturas

Handwritten signature and initials in the bottom right corner.

2. MISSÃO, VISÃO E COMPROMISSOS

Missão

A SIMARSUL tem por missão gerir e explorar o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

Visão

Ser a empresa de referência no setor da água da região onde se insere, em termos de qualidade do serviço prestado, competência, eficiência, sustentabilidade e criação de valor.

Compromissos

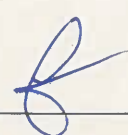
Pela função estruturante que assume no setor do ambiente, contribuindo de modo decisivo para a gestão dos recursos disponíveis na região e para a prossecução de políticas públicas e objetivos nacionais no domínio do ambiente, com impactos transversais a todas as atividades humanas, a SIMARSUL assume os seguintes compromissos com a sociedade na prossecução da sua missão:

- Sustentabilidade na utilização dos recursos naturais e preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida;
- Equilíbrio e melhoria da qualidade ambiental;
- Equidade no acesso aos serviços básicos;

Promoção do bem-estar através da melhoria da qualidade de vida das pessoas

3. MODELO DE NEGÓCIO

A atividade desenvolvida pelas empresas operacionais do Grupo Águas de Portugal (AdP), enquanto concessionárias de sistemas multimunicipais, está enquadrada na prestação de um serviço público essencial. Esta atividade é regulada por diplomas legais que estabelecem os termos e condições aplicáveis aos contratos de concessão celebrados com o Estado, nos quais se define, entre outros aspetos, a aplicação de tarifas e de instrumentos associados à recuperação dos gastos ao longo da vigência da concessão. Este enquadramento assegura o cumprimento das obrigações contratuais e legais, designadamente as previstas no artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que regula o setor público empresarial.



↓ 17. 10
@ d

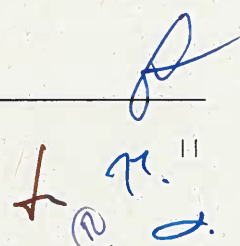
No caso específico das entidades do Grupo AdP responsáveis pela exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, a sua atuação rege-se pelo Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril. Este diploma prevê a aplicação de tarifas como principal mecanismo de recuperação de gastos, de forma a garantir o cumprimento dos compromissos estabelecidos com o Estado e os Municípios. Estes compromissos visam assegurar a cobertura adequada do serviço, a sustentabilidade ambiental, a eficiência e a produtividade operacional, sendo definidos objetivos estratégicos temporais, como a redução das perdas de água e a convergência tarifária.

Simultaneamente, a prestação dos serviços públicos de abastecimento e saneamento pelas empresas operacionais do Grupo está sujeita ao quadro normativo definido pelo Regulamento das Relações Comerciais (Regulamento n.º 594/2018, de 4 de setembro). Este regulamento estabelece, entre outros aspetos, as regras de relacionamento entre entidades gestoras, em alta e em baixa, e entre estas e os utilizadores finais, assegurando o cumprimento dos princípios de equidade, transparência e proteção dos direitos dos consumidores. Engloba matérias como as condições de acesso ao serviço, medição, faturação, pagamento, cobrança, disponibilização de informação e mecanismos de resolução de litígios.

Independentemente do modelo de gestão adotado – concessão com o Estado ou contratos de gestão com os Municípios –, o enquadramento contratual assenta em princípios de recuperação eficiente de gastos e sustentabilidade tarifária, suportando a estabilidade económica e financeira dos sistemas. No caso específico dos sistemas multimunicipais, o regime de concessão pública prevê ainda um modelo de recuperação de gastos devidamente regulamentado, cuja aplicação é monitorizada por contrato e pelos respetivos mecanismos de avaliação e revisão tarifária. No caso dos Sistemas Multimunicipais, a legislação e o contrato de concessão definem regras próprias de geração e recuperação dos desvios de recuperação de gastos, cujo valor é anualmente validado pela Entidade Reguladora – ERSAR.

Os Estudos de Viabilidade Económica e Financeira são parte integrante dos referidos contratos e são revistos periodicamente nos termos dos respetivos contratos e legislação, permitindo integrar circunstâncias imprevistas, rever a prioridade dos investimentos propostos, assim como assegurar a correta evolução da trajetória tarifária e dos mecanismos dos desvios de recuperação de gastos.

A atividade da concessão compreende, em regime de exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais (designados por efluentes urbanos) e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas (que cumpram a regulamentação aplicável).

Handwritten signature and initials in blue ink, including a large stylized signature and the letters 'L', 'M.', and 'D.' with a circled 'M'.

O objeto da concessão compreende ainda:

- A concessão, construção, instalação, aquisição ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao contrato de concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, tratamento e rejeição dos efluentes domésticos e urbanos, canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, bem como o respetivo tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;
- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, instalação e extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, tratamento e rejeição de efluentes domésticos e urbanos, canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, bem como o respetivo tratamento e rejeição;
- A conservação, reparação, renovação, manutenção, adaptação e melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos referidos anteriormente, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público, de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários legalmente em vigor;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos são descarregados;
- Oportunidades de expansão da atividade.

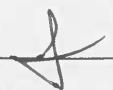
O sistema pode ser alargado a outros municípios por iniciativa destes, mediante reconhecimento de interesse público, devidamente fundamentado em despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, sob proposta da empresa e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.

Na sua atividade, a SIMARSUL assume como princípio incontornável a criação de condições para a cobertura integral dos gastos com o serviço prestado, com vista à eficiência, e prosseguirá com a sua função estruturante na área onde desenvolve a sua atividade, na Península de Setúbal, contribuindo também para a requalificação ambiental do território.

Nos termos previstos na lei e designadamente nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, pode exercer outras atividades para além das previstas, que sejam consideradas acessórias ou complementares daquelas. De referir que, na sequência do disposto no Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, a produção e a disponibilização de água para reutilização a partir do tratamento dos efluentes passou a constituir uma nova atividade principal (e concessionada) das empresas de saneamento de águas residuais. Esta constituía, até à data, uma atividade complementar.

A procura de Água para Reutilização (ApR) para outros usos, tais como rega, lavagens de ruas, utilização para fins agrícolas, entre outros, tem vindo a crescer, em alinhamento com a política do Governo no domínio da circularidade da economia e aposta na água residual tratada associada às ETAR com maior potencial de reutilização.

No caso concreto da SIMARSUL, existem vários projetos em desenvolvimento, dois dos quais com graus de maturidade elevados.


L. M. 12
P. d.

A SIMARSUL continua a produzir ApR para usos internos, o que permite, para além da marca da sustentabilidade e circularidade que a caracterizam, poupar na aquisição desse volume de água às entidades gestoras.

Na sua gestão, a empresa cumpre as orientações fixadas na legislação e aplicáveis às empresas do Setor Empresarial do Estado, bem como as recomendações emanadas pelos acionistas, nomeadamente:

- Âmbito regulatório e tarifário – salvaguarda da sustentabilidade económico-financeira;
- Âmbito operacional – garantindo o cumprimento do respetivo contrato de concessão.

A Empresa cumpre igualmente as disposições relativas aos princípios de bom governo das empresas do Setor Empresarial do Estado, constantes do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

O financiamento da Empresa assenta, fundamentalmente, em recursos próprios, em financiamento do Banco Europeu de Investimentos ("BEI") e em fundos da União Europeia. Dispõe, ainda, de linhas de financiamento de curto prazo destinadas a apoio (pontual) de tesouraria, quando necessário.

O Estudo de Viabilidade Económico Financeiro (EVEF) da SIMARSUL faz parte do Contrato de Concessão em vigor, celebrado em 2017 entre o Estado Português e a SIMARSUL. O Contrato de Concessão, vigente, do qual faz parte, entre outros elementos, o projeto global do sistema e o EVEF, mereceu a concordância da tutela setorial e da tutela financeira.

Mais recentemente, foi acordado com a ERSAR a atualização final, e entrega do EVEF de revisão quinquenal contratual, em curso, durante o último trimestre de 2025, com a incorporação dos dados de PAO 2026 (valores de atividade e gastos dos anos 2026, 2027 e 2028), de forma a compatibilizar as duas mais importantes peças financeiras que regem o funcionamento da SIMARSUL.

4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Os órgãos sociais da SIMARSUL foram eleitos em Assembleia-Geral de Acionistas, realizada a 3 de fevereiro de 2025, para o triénio 2025/2027.

Antes, e no que respeita, em particular, ao órgão social Conselho Fiscal, em 23 de novembro de 2023, na sequência de deliberação social unânime por escrito, foi iniciado o mandato do Conselho Fiscal para o triénio 2023-2025³. Já após, em 26 de março de 2024, foi eleita nova Sociedade de Revisores Oficiais de Contas para o mandato de fiscalização de 2023-2025 dos exercícios de 2024 e 2025.

³A 31 de outubro de 2024 a Presidente do Conselho Fiscal, Maria do Carmo Mendes, apresentou renúncia ao cargo por reforma, não tendo sido ainda eleito elemento em sua substituição.

Face ao exposto, atualiza-se a identificação dos órgãos sociais da sociedade, conforme segue e respetivas notas de rodapé:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente | Maria de Fátima de Alegria Antunes Valença Mourinho

Secretário | Ana Cristina Rebelo Pereira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Executivo | José Esperança Fialho

Vogal Executivo | Dora Rego Afonso

Vogal Executivo | João Afonso Almeida da Silva Luz

Vogal Não Executivo | João Oliveira Miguel

Vogal Não Executivo | Rute Isabel Talhadas Cesário

CONSELHO FISCAL⁴

Vogal Efetivo | Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho

Vogal Efetivo | João Carlos Alves Faim

Vogal Suplente | Maria Manuela Graça

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

ROC | Deloitte & Associados, SROC S.A. representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro

Suplente | João Carlos Henriques Gomes Ferreira

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Presidente | Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira⁵

Vogal Efetivo | AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Vogal Efetivo | Joaquim Carlos Coelho Tavares

⁴ Os órgãos sociais encontram-se disponíveis em <https://www.simarsul.adp.pt/content/orgaos-sociais>.

⁵ Que na sequência da deliberação unânime por escrito de 21 de abril de 2023 substituiu a Dra. Carla da Conceição Afonso Correia.

(Handwritten signatures and initials)

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efetivo | Cláudia Afonso de Carvalho⁶

Suplente | Vera Marisa Pires Alves

Atualmente a empresa apresenta a seguinte estrutura organizacional:



Figura 3 - Organograma da Empresa

A 30 de junho de 2025 a empresa apresenta a seguinte estrutura de pessoal⁷:

Nível profissional	Feminino	Masculino
Carreira Técnica Superior	25	15
Carreira Técnica	8	13
Carreira técnica Operativa	1	65
Total	34	93
		127

Tabela 2 - Quadro de pessoal com ref.^a a 30 de junho de 2025

⁶ Nomeada na reunião do Conselho de Administração de 4 de fevereiro de 2025.

⁷ À data de 30 de junho de 2025, encontra-se em falta a conclusão do processo de substituição de dois trabalhadores (um deles por reforma), por forma a que o quadro de pessoal da SIMARSUL se encontre completo.

Handwritten signatures and initials in blue and red ink, including the number 15.

5. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO

Com o propósito de alcançar os objetivos estratégicos estabelecidos pelos acionistas da empresa no que diz respeito à atividade de Saneamento de águas residuais, a SIMARSUL possui um conjunto de ferramentas de planeamento, execução e monitorização, destacando-se os seguintes, pela relevância económica e financeira que assumem:

a) EVEF – Estudo de Viabilidade Económico e financeiro

O EVEF, que constitui o anexo III ao contrato de concessão, vigora durante o primeiro período tarifário, também designado por período de convergência, iniciado a 1 de janeiro de 2017 e que termina a 31 de dezembro de 2026. Durante este período, as tarifas a aplicar são as previstas no referido anexo, atualizadas anualmente de acordo com a previsão de índice harmonizado de preços, sem prejuízo da possibilidade de revisões extraordinárias.

O segundo período tarifário, assim designado, divide-se em subperíodos tarifários de 5 anos, devendo a empresa instruir projetos de revisão quinquenal dos tarifários com a revisão dos pressupostos técnicos e económico-financeiros do contrato de concessão.


Sem prejuízo da aderência dos principais referenciais do EVEF anexo ao contrato de concessão, mas também consciente do contexto de compromisso subjacente à sua preparação e do impacto do atual contexto de preços, do estado funcional de algumas infraestruturas e do desafio da sua atividade principal de produção e fornecimento de ApR, a empresa iniciou um processo de revisão do EVEF em 2022, que entrou em fase de concertação com os parceiros municipais no final de 2023, e que irá brevemente ser formalmente suscitada a sua apreciação pelas entidades competentes.

Neste sentido, a preparação da presente proposta integra o impacto de eventuais cenários de revisão dos referidos pressupostos técnicos e económico-financeiros.

Mais recentemente foi acordado com a ERSAR a atualização final e entrega do EVEF de revisão quinquenal contratual, em curso, durante o último trimestre de 2025, com a incorporação dos dados de PAO 2026 (valores de atividade e gastos dos anos 2026, 2027 e 2028), de forma a compatibilizar as duas mais importantes peças financeiras que regem o funcionamento da SIMARSUL.

b) PAI – Plano Anual de Investimentos

O PAI, elaborado anualmente para um horizonte temporal de três anos, consiste numa previsão de todos os investimentos que a empresa conta realizar durante o referido período, tendo por base fatores de sustentabilidade económica, de manutenção da qualidade do serviço prestado e de eficiência organizacional.


16
77. 16
2.

A execução de cada um dos projetos de investimento é controlada rigorosamente, por meio do sistema SAP ERP, sempre que o processo de contratação se inicia e após a validação de todas as aprovações necessárias, de tal modo que não é possível a assunção de compromissos financeiros que não estejam aprovados em sede do PAI e que não cumpram escrupulosamente a delegação de competências em vigor na empresa.

Qualquer investimento que se pretenda realizar, não previsto no PAI, carece de deliberação do CA, independentemente do montante envolvido.

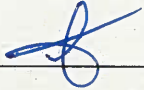
O PAI ora apresentado apresenta os ajustamentos temporais necessários, decorrentes do início de atividade da SIMARSUL ter ocorrido somente em julho de 2017, bem como dos constrangimentos verificados, em resultado das limitações para a admissão dos recursos humanos previstos no contrato de concessão e das circunstâncias de mercado.

c) **PAC – Plano Anual de Compras**

Anualmente é elaborada uma previsão de todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços que dão suporte ao orçamento anual e os quais se prevêem realizar no ano. O Plano Anual de Compras permite ainda um planeamento mais preciso e antecipado da elaboração dos procedimentos conforme o Código da Contratação Pública. As aquisições de bens e serviços são controladas através de mecanismos de controlo interno, numa primeira fase pela confirmação da sua orçamentação, sendo atribuída a sua cabimentação, e outros mecanismos de controlo interno incorporados no sistema SAP ERP, em termos de autorizações, que traduzem a delegação de competências em vigor na empresa. Desta forma, a execução das despesas é controlada através do sistema ERP SAP, e o acompanhamento é realizado de forma regular pelos administradores com funções executivas, além de ser revisitado mensalmente pelo Conselho de Administração.

d) **Plano de Atividades e Orçamento**

Anualmente é preparado um orçamento, com a colaboração de todos os segmentos da organização, em conformidade com os princípios contabilísticos em vigor, os quais ficam vinculados à justificação dos desvios supervenientes perante o CA. Este documento apresenta as linhas previsionais da empresa, para um horizonte temporal de três anos, permitindo ainda avaliar a trajetória evolutiva, em termos dos seus rendimentos e ganhos, gastos e perdas e património.


17
10

e) **Manual de controlo interno**

O manual de controlo interno tem por objetivo sistematizar a metodologia do modelo de controlo interno da empresa, definindo as normas e princípios gerais a que o mesmo deve obedecer, bem como as regras e os critérios para a sua monitorização e avaliação. Através do manual é possível evidenciar a importância do sistema de controlo interno na gestão e mitigação dos riscos, que possam condicionar o cumprimento dos objetivos da empresa, na salvaguarda dos ativos e dos recursos, na promoção de uma conduta ética, na identificação de oportunidades de melhoria e na prevenção e deteção de irregularidades nas atividades da empresa.

A monitorização da execução do Plano de Investimentos, Plano de Compras e o Orçamento anual é feita trimestralmente, sendo elaborados Relatórios de Controlo de Gestão e Relatórios de Execução Trimestral, os quais avaliam um conjunto de indicadores económico-financeiros e também operacionais. Anualmente é também efetuada a avaliação quanto ao cumprimento dos objetivos de gestão.

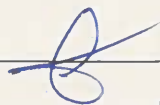
Mensalmente, o Conselho de Administração acompanha formalmente o desempenho global da empresa.

C. ESTRATÉGIA DE MÉDIO PRAZO (TRÊS ANOS)

A atividade das empresas operacionais do Grupo Águas de Portugal (AdP) às quais foi confiada a prestação de um serviço público, mormente as concessionárias de sistemas multimunicipais, encontra-se parametrizada por diplomas legais que balizam os termos gerais de prestação do serviço público⁹, termos e condições plasmados nos contratos de concessão outorgados com o Estado, em que a tarifa, e os demais instrumentos tarifários, através do mecanismo do desvio de recuperação de gastos ao longo do prazo da concessão, asseguram o cumprimento daqueles termos e condições, para efeitos de cumprimento do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que consagra o regime jurídico do setor público empresarial.

No caso específico das empresas operacionais do Grupo AdP às quais foi concedida a exploração e gestão de sistemas integrados de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, no quadro legal previsto no Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 abril, em que a tarifa, através do mecanismo do desvio de recuperação de gastos ao longo do prazo da concessão, assegura o cumprimento dos compromissos de serviço público acordados em contratos de parceria e em contratos de gestão, com base em cobertura de serviço, de qualidade de serviço, desempenho ambiental,

⁹Cfr. Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, que consagra o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro; com a densificação prevista no Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, ambos com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, que estabelecem o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação e tratamento de água para consumo público e o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, respetivamente.


18
L. M.
R. d.

produtividade e eficiência de gestão, apontando para metas temporais para a consecução das principais iniciativas de carácter estratégico, designadamente a redução de perdas de água e a convergência tarifária.

Paralelamente, a atividade operacional das empresas operacionais do Grupo AdP no domínio da prestação dos serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais encontra-se regulamentada pelas disposições do Regulamento das Relações Comerciais - Regulamento n.º 594/2018, publicado no Diário da República n.º 170, 2.ª Série, de 4 de setembro de 2018 - que procede, entre outras matérias, à definição de regras de relacionamento entre as entidades gestoras em alta e em baixa e entre estas últimas e os respetivos utilizadores, nomeadamente no que respeita às condições de acesso e contratação do serviço, medição, faturação, pagamento e cobrança e prestação de informação e resolução de litígios, regulamentando os respetivos regimes jurídicos e a proteção dos utilizadores de serviços públicos essenciais.

Em qualquer dos modelos de gestão de sistemas de abastecimento de água para consumo público e/ou de saneamento de águas residuais, os contratos de concessão outorgados com o Estado ou os contratos de parceria e gestão celebrados com o Estado e os Municípios, assentam num princípio tarifário de cobertura de encargos eficientes (modelo regulatório de custo de serviço), assegurando a estabilidade tarifária ao longo do período de contrato, balanceado, através do mecanismo de recuperação de gastos, os encargos tarifários suportados e o respetivo ressarcimento por via tarifária. No caso dos SMM, a legislação e o contrato de concessão definem regras próprias de geração e recuperação dos desvios de recuperação de gastos, cujo valor é anualmente validado pela entidade reguladora. No caso das Parcerias, os contratos de parceria e gestão definem as regras a observar quanto aos desvios de recuperação de gastos, cujo valor é anualmente validado pela comissão de parceria.

Os estudos de viabilidade económica e financeira são parte integrante dos referidos contratos, sendo revistos periodicamente nos termos dos respetivos contratos e legislação, permitindo integrar circunstâncias imprevistas, rever a prioridade dos investimentos propostos, assim como assegurar a correta evolução da trajetória tarifária e dos mecanismos dos desvios de recuperação de gastos. Assim, nestas operações, podem verificar-se períodos de gastos necessários sem a respetiva cobertura tarifária, e outros em que de forma inversa se verá a recuperação de encargos já incorridos ou em que se efetua a reintegração da recuperação antecipada de encargos, sem que isso seja sinónimo de menor eficiência na operação. Neste último caso, por exemplo, dependendo dos superávits gerados antecipadamente, podem verificar-se até períodos de resultados negativos por forma a assegurar a regra de equilíbrio do modelo económico subjacente aos contratos.

As orientações estratégicas gerais e específicas reforçam este enquadramento, nomeadamente, com o seu enfoque na *"Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética"* e na contribuição *"para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades"*.

O novo plano estratégico, para o período de 2021-2030, incluindo no seu âmbito de aplicação não apenas o abastecimento de água e a gestão de águas residuais, mas também a gestão de águas pluviais - Plano Estratégico de

19
H
17
R
d

Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030), aprovado em fevereiro de 2024, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2024, de 5 de fevereiro¹⁰, no âmbito da resposta aos desafios que se colocam por força das alterações climáticas, inclui, com particular impacto na atividade da SIMARSUL, designadamente:

- A gestão de águas pluviais, onde merece especial preocupação a redução das aflúncias indevidas nos sistemas de águas residuais e a redução das aflúncias indevidas/indesejadas nos sistemas de águas pluviais.
- A resposta aos desafios que se colocam a médio prazo, por exemplo, por força das alterações climáticas, dos poluentes de preocupação emergente, da evolução tecnológica e das alterações do mercado de trabalho, onde são particularmente evidentes as preocupações de melhoria da qualidade das águas residuais rejeitadas.

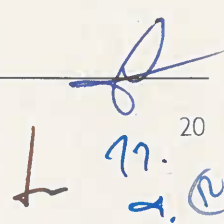
Estas preocupações encontram-se bem patentes nos principais objetivos associados, designadamente:

- Objetivo A2: Eficácia na continuidade e fiabilidade;
- Objetivo A3: Eficácia na qualidade das águas;
- Objetivo A4: Eficácia na segurança, resiliência e ação climática;
- Objetivo B2: Eficiência na organização das entidades gestoras;
- Objetivo C2: Sustentabilidade infraestrutural.

O exercício das funções do Conselho de Administração da SIMARSUL terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, relativamente ao exercício de funções executivas prevê:

- a) Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes nos contratos de gestão;
- b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;

¹⁰ Disponível em <https://apambiente.pt/agua/pensaarp2030>.

 20
L 77. 2. 20

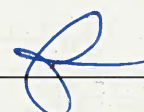
g) Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da SIMARSUL estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

Existe ainda um compromisso com o preconizado no programa do Governo, designadamente no cumprimento da implementação do projeto “Água que Une” na estratégia a adotar para o mandato em curso, nomeadamente atendendo às principais medidas (9 programas estruturantes do projeto):

1. Programa de Ação para a Redução de Perdas de Água, com vista ao controlo e redução de perdas nos sistemas de abastecimento em baixa de água potável;
2. Programa para a Eficiência dos Empreendimentos Hidroagrícolas, que integra diversas medidas de beneficiação e modernização de empreendimentos públicos visando o reforço do potencial produtivo;
3. Programa Água + Circular, para a promoção da utilização e água residual tratada;
4. Programa para o reforço do armazenamento de água por via do aumento da capacidade das barragens existentes e da construção de novas barragens;
5. Programa ZILS/H2O para a gestão integrada e sustentável do abastecimento ao polo industrial de Sines;
6. Programa para a Resiliência Hídrica do Tejo, que reforça a autonomia nacional e a valorização económica e ambiental da região através de um conjunto de medidas que incluem a construção da barragem do Alvito / Ocreza, a otimização da exploração das barragens existentes e o reforço do potencial produtivo ao nível agrícola;
7. Programa Pro Rios 2030 prevendo medidas de conservação, reabilitação e restauro de rios e ribeiras, bem como a remoção de barreiras obsoletas à continuidade fluvial;
8. Programa de Ação para a Digitalização integral do Ciclo da Água, que promove o reforço das tecnologias e metodologias para o conhecimento em tempo real do estado das massas de água superficiais e subterrâneas e dos consumos e utilizações dos recursos hídricos;
9. Programa para a constituição do Empreendimento de Fins Múltiplos de Médio Tejo e do Mondego, atento as múltiplas utilizações existentes nas regiões, com criação de estruturas de gestão especializadas e capacitadas (semelhantes à EDIA).



L. M. J.
10

Deveres e Responsabilidades do Conselho de Administração

O Conselho de Administração deverá estabelecer um enquadramento estratégico alinhado com a visão e posicionamento da Empresa, inseridos no quadro estratégico do Grupo AdP, bem como assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para garantir a execução de uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam:

- a) Cumprir os objetivos da Empresa definidos em assembleia geral ou, quando existam, em contratos de gestão;
- b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da Empresa;
- c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da Empresa em todas as suas componentes;
- d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da Empresa;
- e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à Empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- g) Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da SIMARSUL estão sujeitos às normas de ética aceites no setor de atividade e ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão Empresarial, designadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

I. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E SETORIAIS

Orientações Estratégicas Gerais:

O Conselho de Administração, sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão, deve assegurar que a Empresa:


- a) Garante o cumprimento da missão da empresa e o exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- b) É socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;



- c) Desenvolve ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- d) Promove o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- e) Adota metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- f) Concretiza políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- g) Desenvolve iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- h) Implementa políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- i) Adota sistemas de informação e de controlo interno, adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

Orientações Estratégicas Específicas:

O Conselho de Administração deverá estabelecer um enquadramento estratégico alinhado com a visão e posicionamento da Empresa, inseridos no quadro estratégico do Grupo AdP, bem como assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para garantir a execução de uma agenda de medidas que inclua as que adianta se enunciam (quando aplicável, atendendo ao objeto e atividade da empresa).



Foram definidos os seguintes indicadores de desempenho:

Objetivo	Cálculo	2025	2026/2027
Desenvolvimento e implementação de um Plano de Recuperação dos Ativos da empresa (manutenção e engenharia)	Ano I: Elaboração do plano Anos seguintes: Implementação das medidas	3. Aprovação do plano em RCA 1. Não aprovação do Plano em RCA	3. mais do que três medidas 2. duas medidas 1. menos de duas medidas
Desenvolvimento e implementação de um plano de gestão dos recursos humanos	Ano I: Elaboração do plano Anos seguintes: Implementação das medidas	3. Aprovação do plano em RCA 1. Não aprovação do Plano em RCA	3. mais do que três medidas 2. duas medidas 1. menos de duas medidas
Gestão de afliências indevidas	N.º de entregáveis ao CA	3. mais do que 2 entregáveis 2. entrega de 1 entregáveis 1. 1 ou menos entregáveis	3. mais do que 2 entregáveis 2. entrega de 1 entregáveis 1. 1 ou menos entregáveis

Os objetivos da SIMARSUL são integrados nos objetivos do Grupo AdP, os quais são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas.

Objetivos estratégicos e setoriais:

Em cumprimento do disposto no art.º 18º do Estatuto do Gestor Público, conjugado com o disposto no n.º 13 do art.º 3º da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, os membros do Conselho de Administração da SIMARSUL, eleitos na condição de gestores executivos, em Assembleia Geral, no dia 3 de fevereiro de 2025, submeteram, em 2025, à ETF a proposta de contratos de gestão, respetivos objetivos, indicadores e metas.

Os objetivos setoriais previstos são os seguintes:

Anos 2025/2026/2027			
Objetivo	Cálculo	Escala	Peso
Qualidade das Águas Residuais	AQAR	3. AQAR > 95,00 % 2. 90,00% <= AQAR <= 95,00% 1. AQAR < 90,00%	20%
Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	3. n.º ações executadas face ao previsto >= 90,00% 2. 80,00% <= n.º ações executadas face ao previstos < 90,00 % 1. n.º ações executadas face ao previsto < 80,00%	10%

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2026

Os objetivos estratégicos previstos são os seguintes:

- Resultado Operacional:

Dentro da componente intitulada objetivos estratégicos/resultado operacional foram propostos pelo acionista principal os seguintes objetivos:

Anos 2025/2026/2027			
Objetivo	Cálculo	Escala	Peso
Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]$ Variação face ao PAO proposto	3. Var < -0,10 pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 1. var > +0,10pp	20%
Respeito pelos prazos de pagamento	Variação do PMP face ao proposto em PAO	3. Nr dias n < Nr dias n-l 2. Nr dias n = Nr dias n-l 1. Nr dias n > Nr dias n-l	10%

- Outros objetivos estratégicos

Ainda dentro dos objetivos estratégicos, foram propostos:

Anos 2025/2026/2027			
Objetivo	Cálculo	Escala	Peso
Água para reutilização	Implementação de iniciativas ApR	3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO. 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO. 1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 50% face ao previsto no PAO.	5%
Plano de Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO. 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO. 1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 50% face ao previsto no PAO.	5%
Plano de Lamas	Implementação do Plano de Lamas	3. Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas para 60% da produção de lamas previstas no PAO. 2. Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas para 40% da produção de lamas previstas no PAO. 1. Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas para 20% da produção de lamas previstas no PAO.	5%

Sem prejuízo da aferição da prossecução das orientações estratégicas determinadas e apresentadas anteriormente, a avaliação a realizar pelos titulares da função acionista terá por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais para o período do mandato.

D. PLANO DE ATIVIDADES E INDICADORES DE DESEMPENHO

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente documento traduz, de forma resumida, o Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2026-2028 da SIMARSUL, contemplando, nas suas projeções de negócio, as atividades a desenvolver e apresenta o orçamento correspondente, de acordo com todas as determinações legais, as orientações do Governo em vigor, nomeadamente no que respeita à redução de gastos, às orientações estabelecidas nos contratos de gestão e nos contratos de prestação de Serviço Público e, principalmente, seguindo as indicações constantes no documento "Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, incluindo o Plano de Investimentos do Setor Empresarial do Estado (SEE), com exclusão das entidades públicas empresariais do SNS", que doravante será designado de forma abreviada por "IEPAO 2026-2028".

No presente exercício orçamental, e tendo por base um modelo de negócio assente na sustentabilidade, foi dada continuidade ao esforço de racionalização dos processos e de mitigação de ineficiências, com enfoque na manutenção da qualidade do serviço prestado, aliada a uma otimização dos custos operacionais – aspeto que se reflete positivamente na manutenção ou melhoria do rácio do Plano de Redução de Gastos (GOMN), conforme evidenciado nos capítulos seguintes.

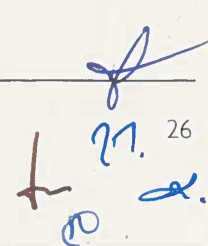
Para efeitos da análise do cumprimento das obrigações regulatórias e dos respetivos impactos, são identificados nos capítulos relevantes os fatores críticos que influenciam diretamente a proposta apresentada, com destaque para as operações de internalização de serviços e de melhoria contínua, que se preveem para o próximo triénio e que merecem análise cuidada por parte das entidades competentes.

No domínio do investimento, a transposição do plano do Grupo para a esfera da SIMARSUL traduz-se na requalificação e modernização de ativos essenciais ao funcionamento do sistema multimunicipal, com destaque para projetos de eficiência energética, digitalização, sustentabilidade ambiental, economia circular, e aumento da resiliência e adaptabilidade das infraestruturas face às exigências climáticas e operacionais.

A execução destes investimentos encontra-se refletida na revisão do EVEF – Estudo de Viabilidade Económica e Financeira, o qual se encontra em fase de conclusão.

A empresa continuará, assim, a apostar na estabilidade da operação, na valorização das equipas e na inovação técnica, como pilares fundamentais para responder aos desafios do setor, garantir o cumprimento das metas de eficiência e reforçar a confiança das entidades reguladoras e dos seus clientes municipais.

A presente proposta da SIMARSUL, desenvolvida no âmbito das IEPAO 2026-2028, foi alvo de aprovação interna e será submetida à apreciação da entidade reguladora para efeitos de aprovação do orçamento para o exercício de 2026.

 26

A SIMARSUL tem demonstrado, nos últimos anos, uma performance financeira sólida e consistente, sustentada por uma gestão focada na eficiência operacional e na otimização de recursos. Esta abordagem tem permitido à Empresa consolidar os seus resultados operacionais, mesmo num contexto económico desafiante, marcado pela volatilidade dos preços e pela evolução das taxas de juro.

Apesar de um enquadramento económico nacional mais favorável em 2025 — com maior dinamismo da atividade e estabilização das taxas de juro —, o contexto internacional continua a apresentar riscos relevantes, nomeadamente de natureza geopolítica e económica. A SIMARSUL mantém, por isso, uma postura prudente e estratégica, essencial para a proteção dos interesses dos seus *stakeholders*.

A SIMARSUL encontra-se atualmente a implementar um conjunto de iniciativas estratégicas, com impacto direto na valorização dos seus ativos e na criação de valor a longo prazo. Estas incluem:

- Renovação e modernização de infraestruturas;
- Promoção da eficiência operacional e da neutralidade energética;
- Aposta na economia circular e na digitalização integral;
- Compromisso com a responsabilidade social e o bem-estar dos colaboradores.

O próximo ciclo de investimento será exigente, tanto em dimensão como em complexidade, e está alinhado com os grandes desafios da transição energética, da inovação e da adaptação às alterações climáticas. Estes vetores constituem pilares estratégicos para o crescimento sustentável da Empresa.

Nas Demonstrações Financeiras para 2026 e anos seguintes, estão refletidos os gastos que se esperam necessários incorrer para a realização destes objetivos.

O quadro seguinte apresenta os valores atingidos pelos indicadores de desempenho no período 2024-2028:



Demonstrações financeiras					
	Unid. 1 000 €				
Balço	2024	2025	2026	2027	2028
Ativo (total)	230 845 €	232 906 €	243 646 €	263 780 €	265 518 €
não corrent.	214 159 €	213 347 €	224 231 €	245 069 €	254 562 €
corrente	16 686 €	19 559 €	19 414 €	18 712 €	10 956 €
CP (total)	76 036 €	78 992 €	81 967 €	85 037 €	88 205 €
result.trans.	47 200 €	49 974 €	52 782 €	55 608 €	58 525 €
Passivo (total)	154 809 €	153 914 €	161 679 €	178 743 €	177 313 €
não corrent.	138 974 €	139 578 €	146 458 €	163 536 €	162 473 €
corrente	15 836 €	14 337 €	15 220 €	15 207 €	14 841 €
Demonstração de resultados	2024	2025	2026	2027	2028
Volume de Negócios (incl. ICs)	29 962 €	34 480 €	48 395 €	58 636 €	55 136 €
% de crescimento		15%	40%	21%	-6%
Gastos com Pessoal	4 595 €	5 287 €	6 382 €	6 827 €	6 970 €
% de crescimento		15%	21%	7%	2%
Fornecimentos e serviços externos	11 439 €	12 263 €	14 153 €	14 473 €	14 264 €
% de crescimento		7%	15%	2%	1%
EBITDA	12 564 €	13 655 €	14 516 €	15 782 €	16 547 €
% de crescimento		9%	6%	9%	5%
EBIT	4 847 €	5 609 €	5 867 €	6 822 €	7 589 €
% de crescimento		16%	5%	16%	11%
Resultado líquido	2 919 €	2 956 €	2 975 €	3 070 €	3 168 €
% de crescimento		1%	1%	3%	3%
Eficiência operacional	2024	2025	2026	2027	2028
GOMN	59,01%	62,75%	71,27%	72,21%	70,22%
GOMN ajustado	59,01%	62,75%	62,73%	62,46%	60,10%

Figura 4 - Quadro Resumo | Demonstrações Financeiras

Nos próximos capítulos apresentar-se-ão os pressupostos que conduziram a estes valores, bem como a sua análise detalhada.

2. INSTRUÇÕES, PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS DE REFERÊNCIA E ORIENTAÇÕES

O presente documento foi desenvolvido de acordo com as orientações constantes na Lei de Orçamento de Estado para 2025, Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, e no Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março (DLEO-2025), e tendo por base as instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2026-2028 e, de acordo com as orientações do acionista maioritário, AdP SGPS, S.A..

Salienta-se, ainda, que o documento dá cumprimento às regras contratuais e ao disposto no n.º2 do artigo 24º do regulamento dos procedimentos regulatórios (Regulamento n.º 446/2018 da ERSAR).

28

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2026

A SIMARSUL submeteu à apreciação do Concedente a atualização para o exercício de 2026 da tarifa estabelecida no Contrato de Concessão, a aplicar aos utilizadores do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Península de Setúbal, nos termos do disposto do n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, tendo sido obtido parecer favorável por parte da ERSAR através da comunicação O-003487/2025, de 26 de setembro de 2025.

Conforme indicado nas Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, os pressupostos macroeconómicos de referência considerados na elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão de 2026, seguindo as recomendações da ERSAR, são os seguintes:

Pressupostos Macroeconómicos	EF 2025	Orçamento 2026	Projeção 2027	Projeção 2028
Taxas de Financiamento e Remuneração Acionista				
Euribor 1m	2,09%	1,89%	2,19%	2,19%
Euribor 3m	2,10%	1,90%	2,20%	2,20%
Euribor 6m	2,21%	2,01%	2,31%	2,31%
Euribor 12m	2,23%	2,03%	2,33%	2,33%
OT	3,05%	3,05%	3,05%	3,05%
Spread financiamentos bancários curto prazo existentes	1,60%	1,60%	1,60%	1,60%
Spread financiamentos bancários curto prazo novos	0,88%	0,88%	0,88%	0,88%
Spread apoios ADP SGPS curto prazo	1,60%	1,60%	1,60%	1,60%
Spread apoios ADP SGPS médio e longo prazo	1,70%	1,70%	1,70%	1,70%
Financiamentos BEI Existentes	Conforme contratos	Conforme contratos	Conforme contratos	Conforme contratos
Financiamentos BEI Novos	Conforme contratos	Conforme contratos	Conforme contratos	Conforme contratos
Juros de Mora				
Aplicáveis às dívidas dos Municípios	9,15%	9,15%	9,15%	9,15%
Taxas de Atualização de Preços				
Índice Harmonizado de Preços do Consumidor (IHPC)	1,90%	1,80%	1,90%	1,90%
Eleticidade ^(b)	(a)	26,88%	-0,64%	-20,53%
Gastos com Pessoal				
Atualização salarial	Acordo Coletivo de Trabalho	Acordo Coletivo de Trabalho	Acordo Coletivo de Trabalho	Acordo Coletivo de Trabalho
Impostos				
Imposto sobre o Rendimento de pessoas Coletivas (IRC)	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Derrama Estadual > 1,5m€ <= 7,5M€	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Derrama Estadual > 7,5m€ <= 3,5M€	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Derrama Estadual > 35 M€	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%
Taxa de Derrama	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%

^(a) de acordo com os dados reais, tomando em consideração os contratos em vigor.

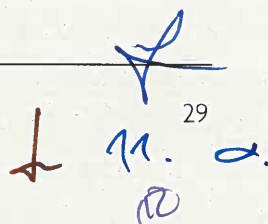
^(b) média do crescimento do Custo Unitário médio (€/kWh) das diferentes tipologias de fornecimento de eletricidade.

Tabela 3 - Pressupostos macroeconómicos

Relativamente ao ano de 2025, os valores foram construídos com base na melhor estimativa de fecho à data:

- Valores reais até junho de 2025;
- A melhor estimativa até dezembro de 2025.

O preço de energia de mercado utilizado nas estimativas de custos de 2026, 2027 e 2028 foi determinado considerando as seguintes componentes diretamente relacionadas com o comercializador:



 29

- O valor do OMIP para 2026, 2027 e 2028, com base na média das cotações do OMIP registadas no período de 23/05/2025 a 19/06/2025 (63,21 €/MWh; 58,56 €/MWh e 57,56 €/MWh, respetivamente);
- As perdas na rede consoante o nível de tensão definidas pela ERSE;
- A margem do comercializador/encargos de regulação conforme melhor proposta de fornecimento de energia para o período de jul/25 a jun/26;
- Os custos da banda de reserva de regulação (agora designado como BmFRR) e o financiamento da tarifa social, cobrados em 2025.

A este propósito ressalva-se que a obtenção das estimativas para os anos de 2026 e 2027 se baseia na melhor informação disponível, à data, incluindo a constante da versão revista e em conclusão do estudo de viabilidade económico e financeiro. Factos supervenientes poderão no futuro ditar a revisão destas previsões.

3. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO PARA O TRIÉNIO 2026-2028

Os Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) da SIMARSUL, compreendendo o Plano de Atividades e Orçamento (PAO), o Plano de Investimentos e as Demonstrações Financeiras Previsionais para 2026, 2027 e 2028, foram preparados em observância das diretrizes definidas pelo Acionista, bem como tendo por base as determinações legais, os pressupostos e as orientações constantes das IEPAO para o período 2026-2028, bem como as medidas de contenção de gastos e outras orientações definidas pelas tutelas e pelo acionista.

Nos termos previstos nas Instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2026, o ano de referência tomado para a elaboração do plano anual é o ano de 2025. Face a este, perspectiva-se a atividade da empresa e fundamentam-se os aumentos e decréscimos dos respetivos orçamentos, obviamente referindo os dois últimos anos (2023 e 2024), nos casos em que tal se mostre necessário para explicar trajetórias ou variáveis.

O PAO para 2025 tem em conta os recursos financeiros e as fontes de financiamento disponíveis, o cumprimento da missão e dos objetivos a que a empresa foi incumbida, bem como as estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, identificando, sempre que possível, os objetivos a alcançar e explicitando os respetivos instrumentos de planeamento, execução e controlo. Este instrumento de gestão foi preparado no pressuposto do cumprimento de todas as disposições legais aplicáveis ao SEE.



L 27. d. 30
D

Nas alíneas seguintes, analisa-se o cumprimento das orientações financeiras, para o horizonte temporal do PAO, constantes do ponto 2. das orientações para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

a) Volume de negócios: crescimento gradual do volume de negócios e a maximização das receitas mercantis

O volume de negócios da Empresa está previamente determinado, pelo que o seu crescimento real está diretamente relacionado com as variações médias anuais do índice harmonizado de preços no consumidor, indicadas pela ERSAR.

De acordo com as IEPAO 2026-2028, o volume de negócios deverá ser objeto de rigorosa fundamentação quando o seu crescimento for superior à taxa de crescimento nominal do PIB. Contudo, devem ser tidas em consideração as particularidades da SIMARSUL, tais como:

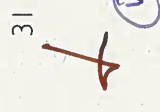
- A evolução projetada do volume de negócios da Empresa encontra-se sujeita ao contratualizado no Contrato de Concessão;
- As tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicável, são atualizados para o ano da sua aplicação, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável e são aprovados pelo Concedente, não se aplicando por isso o racional do Consumo Privado e/ou PIB para justificar tal evolução.

De acordo com o contrato de concessão, as tarifas são fixadas por forma a assegurar a proteção dos interesses dos utilizadores, a gestão eficiente do sistema, o equilíbrio económico-financeiro durante toda a concessão e a acessibilidade social dos serviços prestados, tendo por objetivo garantir a qualidade do serviço prestado.

As tarifas praticadas pela SIMARSUL são estruturadas numa base *cost-plus* que pretendem cobrir os custos de exploração e fiscais, as amortizações do investimento e a remuneração de dívida e dos capitais próprios (estes últimos remunerados à taxa das Obrigações do Tesouro a 10 anos acrescida de 3%). Como tal, o aumento das receitas mercantis depende do aumento da afluência das águas residuais às infraestruturas de tratamento do sistema multimunicipal, bem como do processo de atualização tarifária em seguida mencionado.

Acresce que a SIMARSUL se rege por ciclos (também designados períodos tarifários), espelhados no respetivo Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), divididos num primeiro período de convergência, de 10 anos, no qual as tarifas e os rendimentos tarifários estão pré-fixados no Contrato de Concessão, e depois em sucessivos períodos de 5 anos, a partir dos quais a Empresa será remunerada em função dos resultados gerados.

31



As tarifas previstas em orçamento de 2026 são as que constam do Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro, atualizadas pelo Índice Harmonizado de Preços do Consumidor, conforme pressupostos macroeconómicos identificados acima. Desta forma, a metodologia adotada para a atualização tarifária foi a seguinte:

- Tarifa 2026 preços correntes = Tarifa 2026 preços 2016 x (1+IHPC 2017) x (1+IHPC 2018) x (1 + IHPC 2019) x (1 + IHPC 2020) x (1 + IHPC 2021) x (1 + IHPC 2022) x (1 + IHPC 2023) x (1 + IHPC 2024) x (1 + IHPC previsto 2025) x (1 + IHPC previsto 2026)

Assim, a tarifa a aplicar aos utilizadores do sistema, no ano 2026, é de 0,7436 €/m³ para o serviço de saneamento de águas residuais.

IÉPAO	Unidade: 000 €				Variação média anual do triénio	Cumprimento			
	2025 Estimativa	2026 Orç. 2026	2027 Orç. 2027	2028 Orç. 2028		S	N	S	N
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO									
Taxa de crescimento nominal PIB	5,0	4,7	3,7	3,7	4,0%				
Taxa de crescimento real PIB	2,0	2,2	1,7	1,8	1,9%				
Taxa de crescimento IHPC	2,1	2,0	2,0	2,0	2,0%				
a) Volume de negócios	28.814	29.736	30.438	31.197	3%	S		S	

Figura 5 - Orientação Financeira / Volume de Negócios

Mais se destaca que a maximização de receitas mercantis do Grupo AdP passa, quase exclusivamente, por uma estratégia de investimento racional que permita a expansão da base territorial de clientes e o aumento da cobertura dos serviços de tratamento de águas residuais. Ao invés, a política pública incentiva a diminuição das aflúncias indevidas, sejam pluviais, fluviais, salinas, industriais e difusas da rede urbana, circunstância que a par da continuação da aposta na contenção de usos de água, tendem a pressionar a procura.

Dá-se igualmente nota que, no que concerne à atividade principal de produção e fornecimento de ApR, o modelo de negócio ainda se encontra em fase de consolidação, aguardando-se a publicação da legislação e regulamentação associadas, não sendo, por esse motivo, possível estimar à data os rendimentos que poderiam advir, prevenendo-se, no entanto, que possam vir a acontecer apenas no exercício de 2027.

De facto, a SIMARSUL tem vindo a corresponder positivamente a um conjunto de oportunidades de dinamização desta nova atividade principal, mas, na presente data, dos vários projetos que surgiram como potenciais utilizadores de ApR, apenas um apresenta alguma maturidade, com a estabilização da solução técnica e dimensionamento da linha de afinação e transporte de ApR, principalmente em torno de empreendimentos muito relevantes para o desenvolvimento do território, como sejam as unidades industriais de conversão de lítio e de produção de hidrogénio.

32

[Handwritten signatures and initials]

A Empresa acolhe, em 2026, e em cada ano do triénio, a instrução de assegurar o cumprimento da orientação para o crescimento gradual do volume de negócios (vendas e prestações de serviços) e a maximização das receitas mercantis, cf. alínea a) do n.º 2 do apêndice às Instruções para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

b) A taxa de crescimento dos gastos operacionais inferior à do volume de negócios

ÍEPAO	Unidade: 1 000 €					2028		2027		2026		2025		2024 vs 2025		2027 vs 2026		2028 vs 2027		Variação média anual do triénio		Cumprir 1.º ano				Cumprir Triénio			
	2025	2026	2027	2028	2028	2027	2026	2025	2024 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	2028 vs 2027	2027 vs 2026	2028 vs 2027	2028 vs 2027	2027 vs 2026	2028 vs 2027	2028 vs 2027	2028 vs 2027	2028 vs 2027	S	N	N/A	S	N	N/A			
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO																													
Taxa de crescimento nominal PIB	5,0	4,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	4,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	4,0%								
Taxa de crescimento real PIB	2,0	2,2	1,7	1,8	1,8	1,8	1,8	2,2%	1,7%	1,8%	1,8%	1,8%	1,7%	1,8%	1,7%	1,8%	1,7%	1,8%	1,8%	1,9%									
Taxa de crescimento IIPC	2,1	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%								
a) Volume de negócios	28 814	29 736	30 438	31 197	31 197	31 197	31 197	3%	2%	2%	2%	3%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	3%								
ii) Gastos operacionais ajustados	18 080	18 654	19 012	18 748	18 748	18 748	18 748	3%	2%	2%	2%	3%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	1%									

Figura 6 - Orientação Financeira | Gastos Operacionais

Os gastos operacionais incluem o custo das matérias consumidas, os fornecimentos e serviços externos e os gastos com o pessoal. Aos valores de gastos da demonstração de resultados foram ajustados os impactos decorrentes de obrigações legais, designadamente os impactos legais – RH, que correspondem às valorizações salariais obrigatórias, designadamente as decorrentes das orientações expressas do acionista Estado, bem como o efeito preço associado à prestação de serviços de tratamento e envio a destino final das lamas. Estes efeitos encontram-se justificados em detalhe no capítulo “4. Princípios de elaboração dos Planos de Atividades e Orçamento – 4.1. Eficiência Operacional”.

Na avaliação do cumprimento das restantes orientações financeiras para o triénio, constantes nas alíneas anteriores e seguintes do presente documento, procede-se a uma análise detalhada:

- do comportamento do crescimento do Volume de Negócios da Empresa no triénio (alínea a) anterior);
- da evolução dos gastos operacionais em cada um dos exercícios do triénio, conforme descrito nas alíneas seguintes — nomeadamente, a alínea c) relativa aos gastos com pessoal, a alínea d) referente aos FSE e a alínea e) respeitante ao rácio de eficiência operacional.

33

Constata-se que, conforme evidenciado no quadro acima, o Volume de Negócios apresenta, em cada um dos anos do triénio, um crescimento percentual igual ou superior à taxa de variação dos gastos operacionais (ajustados pelos efeitos necessários à comparabilidade entre exercícios).

A Empresa acolhe, em 2026, e em cada ano do triénio, a instrução de assegurar o cumprimento da orientação para que a taxa de crescimento dos gastos operacionais seja inferior à do volume de negócios, cf. alínea b) do n.º 2 do apêndice às Instruções para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

c) Gastos com pessoal: o aumento dos gastos com pessoal não deverá ser percentualmente superior ao crescimento do volume de negócios:

Relativamente aos gastos com pessoal e à evolução prevista para o mesmo, no período abrangido pelo presente PAO, consta nos capítulos E. Recursos Humanos deste documento uma análise pormenorizada.

O aumento dos gastos com pessoal (GP) previsto para 2026 observa o princípio definido pela tutela, segundo o qual o crescimento dos GP não deverá ser percentualmente superior ao crescimento do volume de negócios, exceto quando decorrente de atualizações salariais obrigatórias, imposições do acionista ou contratações devidamente autorizadas, conforme se demonstra no quadro abaixo:

34
A J. P.

	2025	2026	2027	2028	Δ 2026 - 2025	
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Gastos com pessoal	5 287 482	6 381 707	6 827 249	6 970 151	1 094 225	20,7%
Impactos decorrentes de obrigações legais*	0	190 974	169 806	169 299	190 974	
Aplicação do Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública (4,6%)	0 €	79 983 €	158 492 €	162 980 €	79 983	
Atualização remuneratória dos órgãos sociais (2,15%)	0 €	8 678 €	0 €	0 €	8 678	
Aumento de gastos com o seguro de saúde	0 €	102 313 €	11 314 €	6 319 €	102 313	
Impactos decorrentes da comparabilidade entre exercícios	0	1 021 154	1 443 943	1 609 649	1 021 154	
Anualização do efeito das admissões de trabalhadores no ano 2024 (autorizadas em PAO anteriores)	0 €	0 €	0 €	0 €	0	
Anualização do efeito das admissões de trabalhadores no ano 2025 (autorizadas em PAO anteriores)	0 €	836 879 €	827 721 €	832 637 €	836 879	
Admissões previstas em 2026	0 €	184 276 €	531 449 €	532 344 €	184 276	
Admissões previstas em 2027 e seguintes	0 €	0 €	84 773 €	244 668 €	0	
Gastos com os Órgãos Sociais - Reposição da composição integral do CA em 2025	0 €	0 €	0 €	0 €	0	
TOTAL Gastos com Pessoal Ajustados	5 287 482	5 169 578	5 213 501	5 191 204	-117 904	-2%
Volume de negócios	28 813 651	29 735 719	30 438 172	31 196 794	922 068	3%
% crescimento do VN		3%	2%	2%		
% crescimento dos GP		21%	7%	2%		
% crescimento dos GP ajustados		-2%	1%	0%		

Figura 7 - Orientação Financeira | Gastos com Pessoal

Para efeitos de assegurar a devida comparabilidade, em termos de incremento dos gastos com o pessoal ajustados em 2026 face à estimativa para 2025, importa ainda considerar o efeito das contratações aprovadas no âmbito do PAO 2025 que, no ano corrente, não representaram um exercício completo de gasto, por impossibilidade de contratação de todo o contingente a 1 de janeiro de 2025.

35

Com efeito, analisando os Gastos com Pessoal Ajustados — ou seja, expurgados dos efeitos de comparabilidade entre exercícios e de obrigações legais — verifica-se um decréscimo de 2% face a 2025, garantindo-se assim que o aumento dos gastos com pessoal não deverá ser percentualmente superior ao crescimento do volume de negócios (o qual cresce 3% face a 2025).

O diferencial observado entre a variação dos Gastos com Pessoal brutos (+21%) e dos ajustados (-2%) resulta de efeitos de volume, nomeadamente do impacto em ano completo das admissões previstas para 2025 e da previsão de novas entradas em 2026, ambas enquadradas nas necessidades operacionais da empresa e devidamente fundamentadas no capítulo “**E. Recursos Humanos**”.

Assim, e conforme se demonstra na análise detalhada, a evolução projetada para 2026 cumpre o princípio financeiro aplicável, sendo o acréscimo dos GP justificado por fatores excecionais e autorizados, não configurando desvio face à orientação da tutela.

A Empresa acolhe, em 2026, e em cada ano do triénio, a instrução de assegurar o cumprimento da orientação para que a taxa de crescimento dos gastos com pessoal seja inferior à do volume de negócios.

R

36
h
P
v.



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2026

d) Fornecimento e serviços externos: o aumento da despesa em FSE, em termos reais, não deverá ser percentualmente superior à taxa de crescimento do volume de negócios.

No quadro abaixo apresenta-se a decomposição dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos da empresa em 2025 e no triénio do exercício orçamental em curso:

Comun. de resultados	PAO/2025	EF 2025	2026	2027	2028	Desv. (abs)		Desv. (%)		
						PAO/2026 / EF2025	2028 ESTIMADO / 2027 ESTIMADO	PAO/2026 / PAO/2025	2028 ESTIMADO / 2027 ESTIMADO	
Trabalhos Especializados	4 836 020 €	4 705 377 €	6 190 548 €	6 722 973 €	6 919 253 €	1 485 171 €	532 425 €	32%	9%	3%
Publicidade e Propaganda	172 900 €	128 341 €	152 500 €	144 100 €	142 800 €	24 159 €	-8 400 €	19%	-6%	-1%
Segurança e Vigilância	324 315 €	312 017 €	335 053 €	286 287 €	252 113 €	23 036 €	-48 767 €	7%	-15%	-12%
Honorários	12 782 €	9 709 €	11 729 €	11 729 €	11 729 €	2 020 €	0 €	21%	0%	0%
Conservação e Reparação	2 553 065 €	2 549 327 €	2 698 826 €	2 701 649 €	2 455 989 €	149 499 €	2 823 €	6%	0%	-9%
Materiais e Ferramentas	19 900 €	23 688 €	34 000 €	24 100 €	22 500 €	10 312 €	-9 900 €	44%	-29%	-7%
Impressos	2 700 €	2 218 €	2 400 €	2 425 €	2 450 €	182 €	25 €	8%	1%	1%
Artigos para Oferta	12 760 €	9 257 €	14 900 €	14 900 €	15 450 €	5 643 €	0 €	61%	0%	0%
Electricidade	3 074 615 €	3 259 102 €	3 417 119 €	3 437 484 €	3 314 541 €	158 017 €	20 365 €	5%	1%	4%
Combustíveis	89 462 €	106 603 €	97 044 €	68 160 €	42 756 €	-9 559 €	-28 884 €	-9%	-30%	-37%
Água	138 104 €	142 419 €	171 157 €	171 157 €	171 157 €	28 738 €	0 €	20%	0%	0%
Outros Fluidos	0 €	0 €	10 340 €	12 000 €	12 720 €	10 340 €	1 660 €	0%	16%	6%
Deslocações e Estadas	35 250 €	37 397 €	45 884 €	38 460 €	41 200 €	8 487 €	-7 424 €	23%	-16%	7%
Transportes de Mercadorias	1 500 €	1 115 €	1 500 €	1 500 €	1 500 €	385 €	0 €	35%	0%	0%
Rendas	353 507 €	408 801 €	329 940 €	196 742 €	199 390 €	-78 862 €	-133 197 €	-19%	-40%	1%
Seguros	168 863 €	144 763 €	155 438 €	161 430 €	160 493 €	10 675 €	5 992 €	7%	4%	-1%
Comunicações	151 745 €	151 316 €	149 209 €	151 180 €	151 180 €	-2 107 €	1 971 €	-1%	1%	0%
Contencioso e Notariado	4 000 €	2 656 €	4 000 €	4 000 €	4 000 €	1 345 €	0 €	51%	0%	0%
Despesas Representação	17 620 €	26 341 €	28 760 €	29 480 €	29 700 €	2 419 €	720 €	9%	3%	1%
Limpeza Higiene e Conforto	167 648 €	123 867 €	164 534 €	162 982 €	162 982 €	40 668 €	-1 553 €	33%	-1%	0%
Outros FSE	126 804 €	118 215 €	138 099 €	130 500 €	129 592 €	19 884 €	-7 599 €	17%	-6%	-1%
TOTAL FSE	12 263 560	12 262 527	13 152 979	13 475 257	13 261 023	1 890 452	-209 209	15%	-2%	-1%
Aumento de gastos com o tratamento de lamas	0	0	1 325 726	1 352 241	1 379 286	1 325 726 €	26 515 €	0%	2%	2%
TOTAL FSE ajustados										
(expurgado o efeito aumento de preço da prestação de serviços de tratamento e destino final das lamas)	12 263 560	12 262 527	12 827 253	13 120 996	12 884 742	564 726	293 743	5%	2%	-2%
Volume de Negócios	28 345 106	28 613 651	29 725 719	30 438 172	31 136 791	923 066	702 455	3%	2%	2%

Figura 8 - Orientação Financeira | Decomposição FSE

37
77.
2.0
+ R

No caso da SIMARSUL, a execução desta orientação não se revela exequível em 2026, mesmo após o ajustamento dos FSE por efeitos extraordinários e não comparáveis. Tal resulta de um conjunto de fatores estruturais e conjunturais que condicionam o comportamento desta rubrica e que, pela sua natureza, são alheios à gestão corrente da empresa.

Em primeiro lugar e apesar de ser um fator que a Empresa propõe ajustar no cálculo dos FSE (e, em consequência, nos gastos operacionais), destaca-se o aumento exponencial do preço dos serviços de tratamento de lamas, originadas no processo de tratamento de efluentes, cujo custo unitário passou de cerca de 45 €/ton em 2025 para valores próximos de 98 €/ton nas mais recentes propostas de mercado. Este incremento decorre de fatores exógenos, designadamente:

- a redução da oferta nacional de destinos finais licenciados, com consequente concentração de operadores e pressão sobre preços;
- o aumento dos custos energéticos e de transporte associado a esta atividade; e
- o reforço das exigências ambientais e de rastreabilidade, que impuseram aos prestadores novos requisitos técnicos e logísticos.

Adicionalmente, o cenário energético mantém-se marcado por elevada incerteza, com volatilidade no preço da eletricidade nos mercados grossistas europeus, associada à evolução das condições climáticas (níveis de pluviosidade e eólica), ao custo das licenças de emissão de CO₂ e à instabilidade geopolítica internacional, particularmente no contexto das tensões no Médio Oriente e na Europa de Leste. Este contexto poderá implicar ajustes em alta nos preços de fornecimento, justificando a prudência no planeamento orçamental para 2026.

A empresa encontra-se também a desenvolver um programa de recuperação e manutenção de infraestruturas, que visa responder a um passivo acumulado de conservação, com impacto direto nas rubricas de "Conservação e Reparação". Estes encargos são de natureza estrutural, orientados para assegurar a fiabilidade operacional do sistema e prevenir disfunções futuras, não representando aumento de despesa corrente. Nos capítulos "H. Plano de investimento anual e plurianual" e "E. Recursos Humanos" é evidenciada e densificada esta matéria.

Regista-se ainda o impacto de ajustamentos contratuais e revisões de preços em contratos de prestação de serviços essenciais, nomeadamente nas áreas de segurança, comunicações e limpeza e conforto, decorrentes da atualização do salário mínimo e de custos operacionais dos fornecedores.

Assim, a variação projetada dos FSE em 2026 — ainda que superior ao crescimento do volume de negócios — decorre de fatores externos, estruturais e inevitáveis, refletindo uma trajetória de investimento na resiliência operacional e ambiental da empresa e não um desvio face aos princípios de eficiência económica e orçamental definidos pela tutela.

No capítulo "I. Quadro síntese de autorizações requeridas" é solicitada a autorização para crescimento dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos em 15% (5% quando considerado o efeito ajustado do aumento dos preços da prestação de serviços de tratamento e envio a destino final das lamas), no montante de 1 890 mil euros (565 mil euros em termos ajustados).

Decorrente das situações identificadas, a Empresa não acolhe, em 2026, a instrução de assegurar o cumprimento da orientação para que a taxa de crescimento dos FSE seja inferior à do volume de negócios. Nos restantes anos do triénio a instrução é cumprida. No capítulo "I. Quadro síntese de autorizações requeridas" é solicitada autorização para a situação descrita.

e) **Eficiência operacional: em cada ano do triénio, deverá ser igual ou inferior ao ano anterior.**

Vide capítulo D.4. Princípios de elaboração dos planos de atividades e orçamento – 4.1. Eficiência Operacional.

A Empresa acolhe, em 2026 e em cada ano do triénio, a instrução de assegurar o cumprimento da orientação para que a eficiência operacional seja, em cada ano, igual ou inferior ao ano anterior.

f) Resultado operacional: melhoria do resultado operacional, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

O indicador, para o período 2025-2028, tendo por base os valores da demonstração dos resultados, é o seguinte:

ÍPAO	2025		2026		2027		2028		2026 vs 2025		2027 vs 2026		2028 vs 2027		Variação média anual do triénio		Cumpr. Triénio		
	Estimativa	Plano	Plano	Plano	Plano	Plano	Plano	Plano	S	N/A	S	N/A	S	N	N/A	S	N	N/A	
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO																			
Taxa de crescimento nominal PIB	5,0	4,7	3,7	3,7	4,7%	3,7%	3,7%	3,7%	4,0%										
Taxa de crescimento real PIB	2,0	2,2	1,7	1,8	2,2%	1,7%	1,8%	1,9%											
Taxa de crescimento IHPC	2,1	2,0	2,0	2,0	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%											
b) EBIT, liq. de provisões, imparidades e correções de justo valor	4 847	5 966	6 822	7 589	1 119	856	767	914											

Figura 9 - Orientação Financeira / Resultado Operacional

Desde a sua criação, a SIMARSUL tem adotado uma gestão orientada para a eficiência e sustentabilidade financeira, assegurando o equilíbrio entre o rigor económico e a qualidade do serviço público que presta. A empresa tem vindo a implementar práticas de otimização contínua, com foco na melhoria dos seus processos, na segurança das operações e na excelência do serviço, sempre guiada por princípios de responsabilidade e exigência empresarial.

A Empresa cumpre e aplica na plenitude as boas práticas e procedimentos decorrentes dos processos de contratação pública, quer individualmente, quer ao nível do processo centralizado instituído no Grupo Águas de Portugal, do qual faz parte.

Como visível pelo cumprimento das orientações financeiras anteriormente aferidos, apesar de se verificar um crescimento nos gastos operacionais ajustados dos efeitos que permitem a comparabilidade dos exercícios e corrigidos da taxa de inflação prevista, este aumento é inferior ao crescimento verificado no volume de negócios da empresa.

Para o triénio 2026/2028, a SIMARSUL mantém a linha de continuidade da política que tem vindo a seguir, sendo que o presente Plano de Atividades e Orçamento contempla esse princípio específico.

Constata-se na tabela supra o cumprimento do indicador quer no ano de 2026, quer no triénio, mantendo-se igualmente em cumprimento após o ajuste do impacto decorrente de obrigações legais:

40

ÍTERAO	Unidade: 1 000 €				2026 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	Variação média anual do triénio			Cumprir 1.º ano			Cumprir Triénio		
	2025 Estimativa	2026 Projeção	2027 Projeção	2028 Projeção				S	N	N/A	S	N	N/A	S	N	N/A
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRÉNIO																
Taxa de crescimento nominal PIB	5,0	4,7	3,7	3,7	4,7%	3,7%	3,7%	4,0%								
Taxa de crescimento real PIB	2,0	2,2	1,7	1,8	2,2%	1,7%	1,8%	1,9%								
Taxa de crescimento IHPC	2,1	2,0	2,0	2,0	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%								
b) EBIT, líq. de provisões, imparidades e correções de justo valor ajustado	4 847	6 157	6 992	7 759	1 310	835	766	970								

Figura 10 - Orientação Financeira | Resultado Operacional ajustado

O EBIT ajustado corresponde ao resultado operacional, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor, corrigido dos efeitos decorrentes de imposições legais (Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública, atualização remuneratória dos órgãos sociais e aumento do seguro de saúde), de forma a refletir o desempenho operacional ajustado a fatores não controláveis pela gestão.

A Empresa acolhe, em 2026, e em cada ano do triénio, a instrução de assegurar o cumprimento da orientação para melhorar o resultado operacional, líquido de provisões e imparidades.

41

(Handwritten signatures and initials)

g) Melhoria do resultado líquido do período

Tendo por base os valores da demonstração de resultados, o resultado líquido é de:

EPAO	Unidade: 1 000 €				Variação média anual do triénio	Cumprir 1.º ano			Cumprir Triénio		
	2025 Estimativa	2026 Previsto	2027 Previsto	2028 Previsto		S	N	N/A	S	N	N/A
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO											
Taxa de crescimento nominal PIB	5,0	4,7	3,7	3,7	4,0%						
Taxa de crescimento real PIB	2,0	2,2	1,7	1,8	1,9%						
Taxa de crescimento IHPC	2,1	2,0	2,0	2,0	2,0%						
c) Resultado líquido	2 956	2 975	3 070	3 168	70	S			S		

Figura 11 - Orientação Financeira | Resultado Líquido

O resultado líquido da empresa, sendo esta uma Concessão, corresponde à remuneração garantida calculada nos termos do respetivo contrato de concessão e que varia essencialmente em função da taxa das obrigações do tesouro a 10 anos (indexante utilizado para a remuneração).

Os desvios de recuperação de gastos são a diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resulta da aplicação das regras de determinação das tarifas nos termos dos decretos-lei de criação das empresas do Grupo.

O valor do desvio de recuperação de gastos (DRG) corresponde assim à correção a fazer ao rendimento das atividades reguladas, para que estes sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

Conforme já referido, todos os encargos gerados pela atividade são recuperados ao longo da concessão.

Tendo por base os valores da demonstração de resultados o resultado líquido é de:

42 17. a. P

ÍPAO	Unidade: 1 000 €					Variação média anual (médias)		Cumprimento 1º ano				Cumprimento Triénio	
	2025 Estimativa	2026 Projeção	2027 Projeção	2028 Projeção	2028 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	S	N	N/A	S	N	N/A
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO													
Taxa de crescimento nominal PIB	5,0	4,7	3,7	3,7	4,7%	3,7%	3,7%						4,0%
Taxa de crescimento real PIB	2,0	2,2	1,7	1,8	2,2%	1,7%	1,8%						1,9%
Taxa de crescimento I-IPC	2,1	2,0	2,0	2,0	2,0%	2,0%	2,0%						2,0%
c1) Resultado líquido ajustado	2.294	3.166	3.240	3.337	872	74	97	S			S		

Figura 12 - Orientação Financeira | Resultado líquido ajustado

Importa referir que, no contexto de uma concessão, a orientação relativa à melhoria anual do resultado líquido do período não se revela plenamente aplicável. De facto, num enquadramento em que as tarifas são definidas pela tutela e os EVEF estabelecem limites à evolução dos fatores económico-financeiros, a Empresa não dispõe de autonomia para influenciar diretamente o resultado líquido através da política tarifária. Assim, o enfoque da avaliação de desempenho deverá incidir sobre a evolução dos indicadores de eficiência operacional e sustentabilidade financeira, refletindo a capacidade de controlo dos gastos e de otimização dos recursos dentro dos limites regulatórios em vigor.

A Empresa acolhe a orientação prevista na alínea g) do n.º 2 do apêndice às Instruções para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, de melhoria do resultado líquido.

h) Rácio de eficiência de recursos humanos: otimizar a utilização dos recursos humanos, assegurando em cada ano que é melhorado o rácio do resultado operacional pelo número de trabalhadores

Relativamente ao quadro de pessoal e à evolução prevista para o mesmo, no período abrangido pelo presente PAO, consta no capítulo E: Recursos Humanos deste documento uma análise pormenorizada.

O rácio obtido, tendo por base os valores da Demonstração dos resultados é o seguinte:

43

No que respeita aos ativos e passivos contingentes, a SIMARSUL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de divulgação. Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas nas contas estatutárias da Empresa, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

No que se refere a responsabilidades por garantias prestadas pela Empresa, ascendem a 25 mil euros.

A previsão para o ROE (return on equity) para o período 2026/2028 é sintetizada no quadro seguinte:

ÍEPAO	Unidade: 1 000 €				2026 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	Variação média anual do triénio	Cumprimento		
	2025 Estimativa	2026 Previsto	2027 Previsto	2028 Previsto					S	N	N/A
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO											
Taxa de crescimento nominal PIB	5,0	4,7	3,7	3,7	4,7%	3,7%	3,7%	4,0%			
Taxa de crescimento real PIB	2,0	2,2	1,7	1,8	2,2%	1,7%	1,8%	1,9%			
Taxa de crescimento IHPC	2,1	2,0	2,0	2,0	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%			
f) Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	4%	4%	4%	4%	0,1 pp.	-0,1 pp.	0,0 pp.	0,0 pp.	S		N

Figura 16 - Rentabilidade do capital próprio (ROE)

No caso da SIMARSUL, o ROE mantém-se estável em torno dos 4% ao longo do horizonte do plano, registando apenas variações residuais inferiores a 0,0 p.p., o que traduz uma rentabilidade consistente e sustentável do capital próprio.

Assim, embora não se observe um aumento expressivo do ROE em termos percentuais, o indicador confirma uma trajetória de estabilidade e robustez financeira, plenamente coerente com o princípio de sustentabilidade económica estabelecido pela tutela.

Ajustando o impacto decorrente das orientações legais o rácio apresenta uma evolução positiva em 2026, e no agregado do triénio:

ÍEPAO	Unidade: 1 000 €				2026 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	Variação média anual do triénio	Cumprimento		
	2025 Estimativa	2026 Previsto	2027 Previsto	2028 Previsto					S	N	N/A
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO											
Taxa de crescimento nominal PIB	5,0	4,7	3,7	3,7	4,7%	3,7%	3,7%	4,0%			
Taxa de crescimento real PIB	2,0	2,2	1,7	1,8	2,2%	1,7%	1,8%	1,9%			
Taxa de crescimento IHPC	2,1	2,0	2,0	2,0	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%			
f) Rentabilidade do Capital Próprio (ROE) ajustado	3%	4%	4%	4%	1,2 pp.	-0,2 pp.	0,0 pp.	0,3 pp.	S		S

Figura 17 - Rentabilidade do capital próprio (ROE) ajustado

46
A M. G. R.

A Empresa melhora a rentabilidade do capital próprio, no ano de 2026, e na média do triénio, acolhendo assim a orientação prevista na alínea j) do n.º 2 do apêndice às Instruções para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

k) Reduzir o endividamento, em termos reais

Esta matéria encontra-se detalhadamente desenvolvida no capítulo "H. Plano de investimento anual e plurianual", na secção "3. Cobertura financeira dos investimentos (financiamento e endividamento)".

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez. A política de gestão dos riscos financeiros do grupo AdP procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela *holding* do Grupo. A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos *cash-flows* da dívida às flutuações do mercado, através da contratação de instrumentos financeiros estruturados e procurando obter a correspondente redução dos encargos financeiros. Adotando uma posição conservadora e tendo em atenção as características de longo prazo dos ativos (operacionais) tem sido privilegiada a obtenção de financiamentos de longo prazo, com particular ênfase no Banco Europeu de Investimento (BE).

Em termos de linhas de financiamento disponíveis, a SIMARSUL dispõe de linhas contratadas de apoios de tesouraria junto do acionista maioritário AdP SGPS.

Não estão previstos quaisquer aumentos de capital, mantendo-se inalterado o valor do capital social realizado existente.

O quadro seguinte contempla a variação do Endividamento previsto pela SIMARSUL para o ano de 2026.

47
A
M. d.

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2026

Endividamento Unidade: euros	2024 REAL	2025		2025 FF	2026 PAO	2027		2028 ESTIMADO
		PAO	PAO			ESTIMADO	ESTIMADO	
Passivos não Correntes	50 304 655	44 920 749	51 222 507	59 838 179	77 774 626	84 507 441		
Empréstimos	50 304 655	44 920 749	51 222 507	59 838 179	77 774 626	84 507 441		
BEI	50 304 655	44 920 749	44 222 507	37 838 179	30 774 626	23 507 441		
Banca Comercial/Suprimentos	0		7 000 000	22 000 000	47 000 000	61 000 000		
Passivos Correntes	8 335 443	17 103 208	6 425 107	6 696 314	7 343 111	7 511 345		
Empréstimos	8 335 443	17 103 208	6 425 107	6 696 314	7 343 111	7 511 345		
BEI (MLP - amortização ano seguinte)	5 828 482	6 637 695	6 425 107	6 696 314	7 343 111	7 511 345		
Banca Comercial/Suprimentos	2 506 961	10 465 513	0	0	0	0		
Endividamento bruto	58 640 098	62 023 957	57 647 614	66 534 493	85 117 737	92 018 786		
Ativos Financeiros	0	0	0	0	0	0		
Outros Ativos Financeiros	79 989	0	79 989	79 989	79 989	79 989		
Caixa e Bancos	660 159	1 500 100	1 791 752	6 319 667	8 482 709	1 995 694		
Endividamento líquido	57 899 950	60 523 857	55 775 873	60 134 837	76 555 039	89 913 103		
Varição do Endividamento [[cn-cn-1)+(en-en-1)-dn]/[cn-1+en-1]		4,0%	-1,2%	10,8%	20,3%	6,3%		

Tabela 4 - Apuramento da variação do endividamento

De acordo com as IEIPG 2026, no ponto 5. Endividamento, o crescimento do endividamento fica limitado a 2%, nos termos da Lei do Orçamento de Estado e do respetivo decreto-lei de execução.

Endividamento (fórmula)	2024 Execução	2025		2025 Estimativa	2026		2026 Previsão	2027		2027 Previsão	2028		2028 Previsão	Δ 2026 - 2025	
		PAO	PAO		Previsão	Previsão		Previsão	Previsão		Previsão	Previsão		Valor	%
Capital estatutário	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	0	0%
Financiamento remunerado	58 640 098	62 023 957	57 647 614	66 534 493	85 117 737	92 018 786	8 886 879	8 886 879	8 886 879	8 886 879	8 886 879	8 886 879	8 886 879	0	15%
(-) Novos investimentos com expressão material	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Δ de endividamento (%)		4,0%	-1,2%	10,8%	20,3%	6,3%	11,9 p.p.								

Tabela 5 - Crescimento do nível de endividamento

Handwritten signatures and initials: A, 77, P.

Pela análise ao quadro supra, verificamos que o endividamento cresce 10,8 % de 2025 para 2026, o que tendencialmente evidencia o não acolhimento do princípio financeiro. De destacar que este princípio deverá ser aferido nos termos do disposto nas IEPG 2026, de forma consolidada. Neste âmbito, destaca-se ainda que o aumento de financiamento remunerado no triénio corresponde somente a 50% do investimento previsto para o período 2026-2028.

Apesar da indicação do endividamento financeiro total (bruto) estimado para o ano de 2026, importa ter presente que a AdP SGPS, S.A. tem solicitado, nos últimos anos, à Secretaria de Estado do Tesouro, a dispensa parcial do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado, tendo como base de fundamentação a necessidade de algumas empresas do Grupo Águas de Portugal terem de recorrer a linhas de financiamento de curto, médio e longo prazo. Desta forma, o pressuposto subjacente ao presente plano de atividades e orçamento assenta no princípio de que em 2026 o regime de exceção será solicitado pela AdP SGPS, S.A. e que merecerá acolhimento pelo titular da função acionista.

A avaliação da evolução do endividamento deverá ser efetuada em termos consolidados ao nível do Grupo AdP.

Handwritten initials and a signature in blue and red ink.

I) Reduzir o volume dos “pagamentos em atraso” (arrears) e prazo médio de pagamento

No quadro seguinte apresenta-se o prazo médio de pagamento (PMP) e as dívidas a fornecedores estimado para o ano de 2026 calculado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 22 de fevereiro, atualizada pelo Despacho n.º 9870/2009 de 13 de abril.

PMP Unidade: Dias	2024 REAL	2025 PAO	2025 EF	2026 PAO	2027 ESTIMADO	2028 ESTIMADO
Dívida de curto prazo a fornecedores (saldo à data)	2 627 111	3 389 284	2 783 256	4 170 024	3 460 435	3 079 978
Aquisições de bens e serviços (diferença entre meses)	5 274 027	6 559 732	6 504 730	9 897 013	8 586 202	7 816 317
PMP Anual em dias	52	48	50	40	38	37
Pagamentos em Atraso (Arrears)	-	-	-	-	-	-

Tabela 6 - Cálculo do Prazo Médio de Pagamentos^{II}

No ponto 8 e 9 do referido documento é definido o grau de cumprimento dos objetivos de pagamento a fornecedores. Concretamente no ponto 9 define-se como cumprimento do PMP:

- Se o PMP do ano anterior é inferior a 45 dias considera-se cumprido ou superado se no ano em análise este prazo for inferior a 40 dias;
- Se o PMP do ano anterior é superior a 45 dias considera-se cumprido ou superado se no ano em análise o prazo for reduzido em pelo menos 15% face ao ano anterior.

Na estimativa de fecho de 2025 verifica-se uma redução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) face ao ano de 2024 em cerca de 4% e um aumento face ao previsto em PAO2025, em 4%.

^{II} “Pagamentos em atraso (arrears)” corresponde às contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes

A

O PMP previsto para 2026 apresenta uma redução face ao valor da estimativa de fecho de 2025, passando de 50 para 40 dias. Nos anos seguintes prevê-se uma descida progressiva do PMP, passando para 38 dias, em 2027 e 37 em 2028.

No horizonte em análise, a empresa consegue obter uma trajetória descendente no exercício de 2026 face ao ano transato e cumprir com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro.

Refira-se, no entanto, que apesar desta situação, a empresa encontra-se a assegurar o cumprimento do pagamento atempado de todas as faturas recebidas, nos termos dos contratos estabelecidos e das regras da contratação pública.

A SIMARSUL não recebe fundos do Orçamento de Estado, nem os seus fluxos económico financeiros consolidam naquele instrumento, por este motivo considera-se não haver elementos que devam estar subjacentes aos requisitos explanados no quadro "DFC vs OE", e por isso considera-se, de acordo com os pressupostos anunciados, que este requisito não é aplicável.

A empresa não tem pagamentos em atrasos e prevê não vir a ter, acolhendo a orientação prevista na alínea l) do n.º 2 do apêndice às

Instruções para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

4. PRINCÍPIOS DE ELABORAÇÃO DOS PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

A proposta do PAO em apreço cumpre toda a legislação vigente, conforme indicado no ponto 3. do apêndice das Instruções para a Elaboração dos PAO para o triénio 2026-2028.

O PAO encontra-se suportado no Orçamento para 2026 (preparado com base nas demonstrações financeiras tendo por base os exercícios económicos de 2023 e 2024, e da estimativa de fecho para o exercício de 2025), bem como no Plano de Investimentos para o período 2026/2030.

Importa ainda salientar que a SIMARSUL apresenta anualmente informação de natureza económica e financeira ao acionista e à Entidade Reguladora do Setor, que permite uma avaliação dos rendimentos, gastos, ativos, capitais próprios e passivos da Empresa, de forma desagregada face às diferentes atividades que desenvolve.

Adicionalmente, informa-se:

- a) Eventuais contingências, nomeadamente garantias concedidas e provisões materialmente relevantes, e comprovativo de obtenção prévia do respetivo cancelamento, nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 112/97, de 16 de setembro, na sua redação atual.

Não aplicável, não se prevê a existência de contingências, nomeadamente a concessão de garantias.

- b) Os eventos sem repetição que traduzam impactos financeiros de elevada materialidade, com a respetiva caracterização e estimativa das implicações financeiras em cada ano do triénio.

Não aplicável, não se prevê a existência de eventos sem repetição que traduzam impactos financeiros de elevada materialidade.

- c) Conjunto de gastos, projetos e investimentos que sejam financiados através de fundos comunitários, com o respetivo planeamento e calendarização, identificando claramente os que serão objeto de financiamento no âmbito do PRR com detalhe sobre a dimensão, componente e investimento/reforma a que respeitam:

Não aplicável.

As medidas de otimização de desempenho, visando maximizar o resultado operacional da Empresa para o triénio em curso, detalham-se nos pontos seguintes

4.1. EFICIÊNCIA OPERACIONAL

A Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro (Lei OE 2025), estabelece no n.º 1 do artigo 52.º, que as empresas públicas devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, nos termos do disposto no Decreto-Lei de execução orçamental.

Para análise do indicador importa ter presente a evolução da atividade da empresa, não sendo, por isso, possível exercer uma comparabilidade direta entre os exercícios por, em cada um dos anos, a atividade não ser igualmente comparável, não só pelo facto do investimento realizado trazer novas soluções técnicas e alterações ao *Modus Operandi* dos sistemas, mas também pelo facto de, com a conclusão dos investimentos, resultar em melhorias significativas na eficiência e resiliência dos sistemas.

É neste contexto que a empresa se propõe, para o exercício de 2026, a manter o nível de serviço público prestado em estrito cumprimento das orientações transmitidas à empresa, mantendo elevados os padrões de qualidade e serviço público que a legislação ambiental e o contexto muito próprio da biodiversidade da Península de Setúbal impõem.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução do cálculo do rácio Gastos Operacionais sobre Volume de Negócios:

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2026



Eficiência operacional	2024		2025		2025		2026		2027		2028		Δ 2026 - 2025	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Gastos operacionais (GO)	16 571 287	18 473 526	18 079 740	21 192 090	21 978 107	21 906 381	3 112 350	-17,2%						
CMVMC	537 318	604 569	529 730	657 404	677 621	672 202	127 673	-24,1%						
FSE	11 438 618	12 263 560	12 262 527	14 152 979	14 473 237	14 264 028	1 890 452	-15,4%						
Gastos com pessoal	4 595 351	5 605 397	5 287 482	6 381 707	6 827 249	6 970 151	1 094 225	-20,7%						
Impactos decorrentes de obrigações legais	-	36 945	-	190 974	169 806	169 299	190 974	-						
Aplicação do Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública (4,6%)	-	36 945	-	79 983	158 492	162 980	79 983	-						
Atualização remuneratória dos órgãos sociais (2,15%)	-	-	-	8 678	-	-	8 678	-						
Aumento de gastos com o seguro de saúde	-	-	-	102 313	11 314	6 319	102 313	-						
Impactos decorrentes da comparabilidade entre exercícios	-	434 766	-	2 346 881	2 796 183	2 988 934	2 346 881	-						
Atualização do efeito das admissões de trabalhadores no ano 2024 (autorizadas em PAO anteriores)	-	255 343	-	-	-	-	-	-						
Atualização do efeito das admissões de trabalhadores no ano 2025 (autorizadas em PAO anteriores)	-	51 032	-	836 879	827 721	832 637	836 879	-						
Admissões previstas em 2026	-	-	-	184 276	531 449	532 344	184 276	-						
Admissões previstas em 2027 e seguintes	-	-	-	-	84 773	244 668	-	-						
Gastos com os Órgãos Sociais - Reposição da composição integral do CA em 2025	-	128 391	-	-	-	-	-	-						
Aumento de gastos com o tratamento de lamas	-	-	-	1 325 726	1 352 241	1 379 286	1 325 726	-						
Gastos operacionais ajustados	16 571 287	18 001 815	18 079 740	18 654 235	19 012 118	18 748 148	574 495	3,2%						
Volume de negócios	28 081 666	28 355 106	28 813 651	29 735 719	30 438 172	31 196 794	922 068	3,2%						
Prestações de Serviços	28 081 666	28 355 106	28 813 651	29 735 719	30 438 172	31 196 794	922 068	3,2%						
Volume de Negócios ajustado	28 081 666	28 355 106	28 813 651	29 735 719	30 438 172	31 196 794	922 068	3,2%						
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GOMN)	59,01%	65,15%	62,75%	71,27%	72,21%	70,22%	65,2%	-						
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GOMN) ajustado	59,01%	63,49%	62,75%	62,73%	62,16%	60,10%	-0,01%	-						

Tabela 7 - Orientação Financeira | Eficiência Operacional

Para uma análise adequada à evolução do rácio GOMN entre exercícios importa corrigir os gastos operacionais e o volume de negócios de efeitos que permitem assegurar a comparabilidade entre períodos ou que decorrem de imposições legais. Nessa medida, foram efetuados ajustes decorrentes dos impactos de valorizações remuneratórias obrigatórias - no âmbito do acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade (Acordo), celebrado em outubro de 2022 - e respetivos encargos sociais, bem como das oscilações nos quadros de pessoal ao longo dos exercícios.

54
A
G.
e

Adicionalmente, releva igualmente destacar que o custo associado à prestação de serviços externos de tratamento e destino final das lamas provenientes do processo de tratamento de efluente registará em 2026, conforme já anteriormente explanado, um aumento muito significativo face aos valores praticados em anos anteriores. Enquanto em 2024/2025 foram contratualizados serviços a um valor médio na ordem dos 45 €/ton, as mais recentes propostas e negociações de mercado apontam para valores próximos de 98 €/ton, representando um acréscimo superior a 100%. Este aumento, como conhecido pela tutela, decorre de condicionantes exógenas à atividade da SIMARSUL e das demais empresas do Grupo AdP, designadamente a escassez de operadores licenciados, o agravamento dos custos de transporte e de valorização, e a crescente limitação das vias de destino. Estes fatores refletem a atual conjuntura do setor de gestão de resíduos em Portugal e não resultam de decisões operacionais ou de gestão interna da empresa. Consequentemente, o impacto orçamental associado ao tratamento de lamas não é diretamente comparável com o verificado em 2025, razão pela qual se execiona. No quadro abaixo evidenciamos o cálculo do efeito preço e quantidade associado aos gastos com o tratamento e encaminhamento de lamas a destino final.

Descrição	EF2025	PAO 2026	Variação		Variação pela quantidade *	Variação pelo preço **
			Valor	%		
Quantidade lamas (ton)	21 990	24 943	2 953	13%	131 704	
Gastos totais	1 282 915	2 438 184	1 155 269	90%		1 325 726
Custo médio	44,600	97,750	53,150	119%		

* Variação pela quantidade: Efeito quantidade = Preço Médio Anterior x Variação de quantidades

** Variação pelo preço: Efeito Preço = Diferença no custo médio x Quantidade atual

Figura 18 - Efeito preço/quantidade do aumento de gastos da prestação de serviços de tratamento de lamas em 2026

Este ajustamento será igualmente considerado nos exercícios subsequentes, enquanto se manter a natureza não estrutural deste encargo, garantindo assim a consistência metodológica da análise e a adequada leitura da evolução real dos gastos operacionais face ao volume de negócios.

55

Handwritten initials and marks: a blue signature, a red checkmark, and the number 77.

Da análise ao quadro anterior, a SIMARSUL dá cumprimento ao Plano de Redução de Custos na medida em que tem vindo a seguir uma tendência de redução do rácio com ajustamento dos encargos suportados, mas também pelo crescimento do volume de negócios da empresa.

Empresa cumpre o princípio de assegurar que o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, ajustados dos efeitos das imposições legais (designadamente nos gastos com o pessoal em resultado das orientações do acionista Estado em termos do acordo de valorização de rendimentos), e dos gastos não comparáveis, seja igual ou inferior ao verificado no ano de referência, conforme ponto 3.1 do apêndice das Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

4.2. OTIMIZAÇÃO DOS GASTOS

Conforme disposto no ponto 3.2. do apêndice às Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, os gastos operacionais devem ser iguais ou inferiores ao valor registado ou estimado para o ano anterior, corrigido da taxa de inflação prevista, sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei de Execução Orçamental.

Ajustando o impacto decorrente das orientações legais e efeitos de comparabilidade o rácio apresenta a seguinte evolução:

ÍNDICE	Unidade: 1 000 €				2026 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	Variação média anual do triénio	Cumprimento			
	2025 Estimativa	2026 Pré-estudo	2027 Pré-estudo	2028 Pré-estudo					S	N	N/A	S
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO												
i) Gastos operacionais ajustados	18 080	18 654	19 012	18 746	3%	-1%	1%		S		S	
OTIMIZAÇÃO DE GASTOS												
Gastos operacionais (corrigido do IHPC)	18 080	20 777	21 547	21 477	2 697	771	70	1 132	N		N	N
Gastos operacionais ajustados (corrigido do IHPC)	18 080	18 288	18 639	18 381	209	351	259	100	N		N	N

Figura 19 - Otimização de gastos

56
M.J.
R

As razões que motivam o incumprimento exposto encontram-se explanadas em detalhe no presente relatório, nomeadamente no capítulo D.3. Cumprimento das Orientações financeiras para o setor empresarial do estado para o triénio 2026-2028, nomeadamente nas alíneas c) relativa aos gastos com pessoal, a alínea d) referente aos FSE e a alínea e) respeitante ao rácio de eficiência operacional.

A Empresa não cumpre o princípio de assegurar que os gastos operacionais devem ser iguais ou inferiores ao valor registado ou estimado para o ano anterior, corrigido da taxa de inflação prevista, conforme ponto 3.2 do apêndice das Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

4.3. FSE (INCLUINDO FROTA AUTOMÓVEL)

A evolução dos fornecimentos e serviços externos no triénio 2026-2028 é a seguinte:

ÍEPAO	Unidade: 1 000 €						Variação média anual do triénio
	2025 Estimativa	2026 Previsão	2027 Previsão	2028 Previsão	2026 vs 2025	2027 vs 2026	
OTIMIZAÇÃO DE GASTOS							
Fornecimentos e Serviços Externos	12 263	14 153	14 473	14 264	1 890	320	667
Fornecimentos e Serviços Externos (ajustados)	12 263	12 827	13 121	12 885	565	294	207
Fornecimentos e Serviços Externos (corrigido do IHPC)	12 263	14 153	14 473	14 264	1 890	320	667
Fornecimentos e Serviços Externos ajustados (corrigido do IHPC)	12 263	12 827	13 121	12 885	565	294	207

Figura 20 - Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe das principais rubricas que os compõem encontra-se apresentado no subcapítulo anterior – “D. 3. Cumprimento das orientações financeiras” – alínea d). Conforme disposto no ponto 3.3. do apêndice às Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, autonomizam-se os princípios relacionados com estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria ou outros trabalhos especializados de natureza intelectual, bem como com a frota operacional.

Handwritten notes and signatures at the bottom right of the page, including the number 57 and various initials.

Estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria ou outros trabalhos especializados de natureza intelectual

No quadro abaixo resumem-se os gastos associados a estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria no período 2025-2028:

FSE - Trab Esp-Estudos/ Consultoria	2025	2026	2027	2028	Δ 2026 - 2025	
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
	79 563	88 106	89 063	90 041	8 544	10,7%

Figura 21 - FSE | Estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria

Conforme disposto no ponto 3.3. do apêndice às Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, a decisão de contratar a aquisição de serviços cujo objeto sejam estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria ou outros trabalhos especializados de natureza intelectual, incluindo a renovação de eventuais contratos em vigor, apenas pode ser tomada em situações excecionais devidamente fundamentadas e desde que demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades através e recursos próprios ou de empresas que se encontrem em relação de grupo.

O Grupo Águas de Portugal tem instituído há vários anos um procedimento corporativo, onde todas as contratações necessárias relacionadas com estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria, são objeto de avaliação interna por parte de todas as empresas do Grupo, de modo a perceber se há competência e disponibilidade interna para o objeto do serviço em apreço.

Apenas quando tal não é possível as empresas do Grupo AdP recorrem a prestações de serviços externas.

A SIMARSUL atualmente dispõe de prestações de serviços de assessoria jurídica, fiscal, etc.

Atendendo que a satisfação destas prestações de serviços não é possível ser garantida através de recurso próprios ou dentro da esfera das empresas do Grupo AdP, prevê-se a contratação desses serviços em 2026 caso se venham a demonstrar necessários, obedecendo às orientações já enunciadas.

58
A
M.
P.

Frota Automóvel

Já no que respeita à frota automóvel, e conforme disposto no ponto 3.3. do apêndice às Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, as empresas do SEE apenas podem adquirir ou locar veículos para a frota operacional que se mostrem imprescindíveis à atividade da empresa. O aumento da frota, operacional ou de veículos não operacionais, bem como a sua renovação, implica a apresentação de uma análise custo/benefício. A fundamentação da necessidade, bem como os respetivos gastos, deve ser pormenorizada e expressamente identificada na proposta de PAO.

Nos últimos anos, a gestão da frota operacional da SIMARSUL tem sido marcada por condicionantes estruturais e conjunturais que têm limitado a sua renovação e expansão, com impacto direto na eficiência e fiabilidade da atividade técnica no terreno.

No contexto nacional, a legislação aplicável ao Setor Empresarial do Estado tem, por sua vez, condicionado tanto a substituição atempada de viaturas obsoletas, como o alargamento da frota existente, dificultando o acompanhamento do crescimento da estrutura operativa da empresa, quer em recursos humanos, quer em número e complexidade de ativos geridos.

Em resultado deste contexto, a SIMARSUL depara-se hoje com:

- Uma frota operacional progressivamente mais antiga e obsoleta;
- Viaturas com contratos em fase final ou já expirados, que têm sido devolvidas às locadoras por atingirem a quilometragem técnica máxima contratualizada;
- A necessidade de recorrer a soluções transitórias, nomeadamente através de contratos de *rent-a-car* de curta duração, com potencial risco de aumento substancial de encargos face ao modelo de gestão habitual;
- Um aumento significativo dos custos de manutenção, indisponibilidade e gestão administrativa das viaturas ainda em circulação.

Acresce que a crescente pressão sobre as equipas operacionais — mais numerosas, mais especializadas e com considerável dispersão territorial — conforme já exposto — tem acentuado a importância de uma frota fiável, disponível e tecnicamente adequada às exigências do serviço público prestado. A atual configuração da frota mostra-se, por isso, desalinhada com as necessidades operacionais da empresa e exige uma reformulação faseada, devidamente enquadrada neste PAO.

A frota atual da SIMARSUL dispõe, com referência a junho de 2025, de 48 viaturas, concretizando o ano de 2025 com um total de 52 viaturas, conforme previsto e aprovado no PAO 2025.

59
J. M. 2
P

No gráfico seguinte, constata-se que o número médio de viaturas por trabalhador desceu de 0,39 em 2018 para 0,31 em 2025, refletindo um descompasso entre o crescimento da força de trabalho e a atualização da frota. Isto evidencia uma maior pressão sobre a frota existente, com impacto potencial na capacidade de resposta operacional, especialmente em equipas com exigências de mobilidade descentralizada.

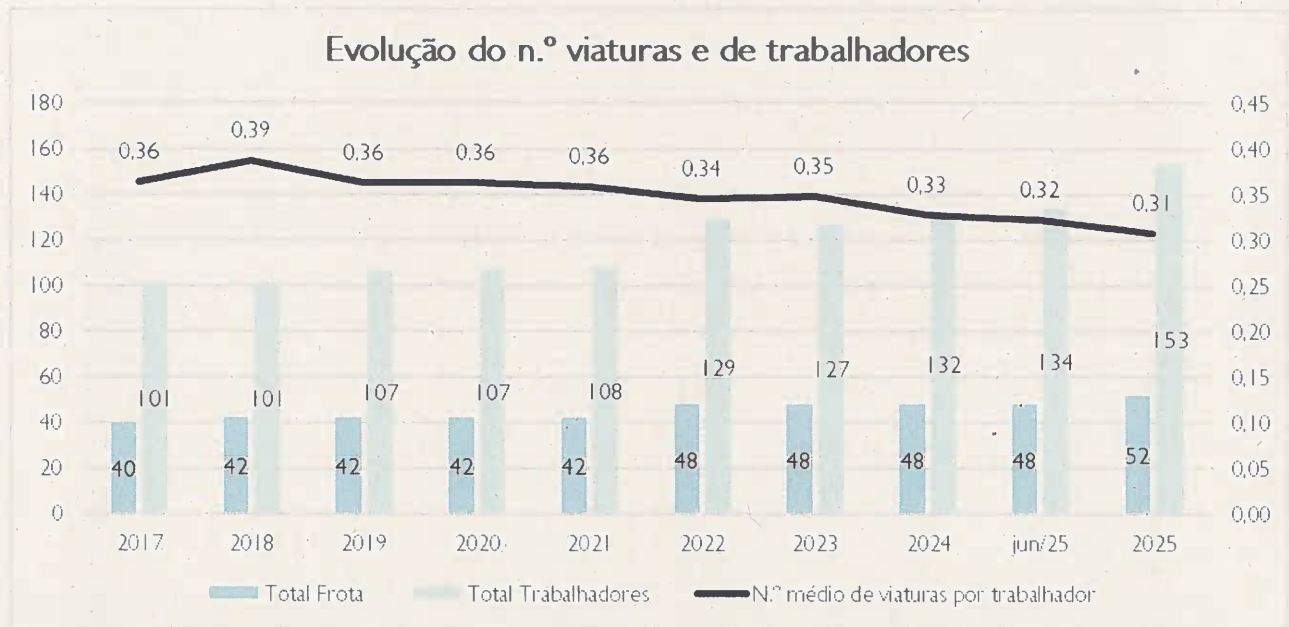


Figura 22 - Evolução do n.º de viaturas e de trabalhadores¹²

A SIMARSUL encontra-se atualmente organizada em dois polos principais de funcionamento:

- **Sede – ETAR da Quinta do Conde:** onde se encontra centralizada a Direção de Operação (DOP), incluindo a sua estrutura de coordenação e planeamento, o laboratório central, a Direção de Infraestruturas (DINF) nas suas áreas de manutenção e gestão de energia, onde se inclui o Diretor, bem como a área de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SRS);
- **Escritórios da Baía do Tejo – Aldeia de Paio Pires:** onde se localizam as áreas corporativas e de suporte, designadamente a Direção Administrativa e Financeira (DAF) nas suas diversas vertentes (contabilidade, compras e gestão de frota), a área de Sistemas e Tecnologias de Informação (STI), a área de Planeamento e Controlo de Gestão (PCG), a área de Recursos Humanos (RH), a área de Comunicação e Educação Ambiental (CEA), o Gabinete Jurídico e o Secretariado da Administração. A DINF tem também aqui sedeada o seu departamento de engenharia (a função de coordenação, bem como acompanhamento de obra e estudos e projetos), assim como a área de Gestão de Ativos (GAT).

¹² O presente gráfico não inclui os administradores executivos (3 administradores).

[Handwritten signature and initials]

60

[Handwritten marks]

Importa esclarecer que a SIMARSUL gere um conjunto alargado de estações de tratamento de águas residuais (ETAR) e estações elevatórias (EE), nas quais estão sediadas as equipas operacionais afetas à exploração – designadamente os técnicos operativos e os responsáveis dos centros operacionais. Estas estruturas operacionais de terreno não se incluem na presente descrição, que se foca exclusivamente na estrutura organizativa de natureza técnica, administrativa e de gestão centralizada.

No que respeita à previsão de necessidades de viaturas para 2026 cumpre referir que, ao longo de 2024, cumprindo as orientações da Holding, a Empresa procedeu, sempre que possível, à extensão contratual das viaturas existentes, desde que não representasse um aumento de gasto específico do contrato superior a 50%, se e não fosse superior aos valores para alugueres pontuais, mesmo comprando veículos de gamas inferiores. Na impossibilidade de extensão contratual, por não aceitação por parte das locadoras, recorreu a alugueres de curta duração, cumprindo o número total de veículos autorizados

No âmbito do PAO 2026, solicita-se autorização para a aquisição, em regime de AOV, de 7 viaturas (3 elétricas e 4 térmicas + PHEV), assim como autorização para proceder à substituição de viaturas, conforme estratégia concertada pelo Grupo.

No quadro infra demonstra-se a evolução da frota da SIMARSUL ao longo dos exercícios:

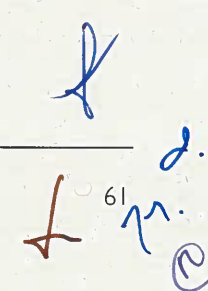
FROTA	2025	2026	2027	2028
N.º de viaturas	52 ¹³	59	59	59

Com vista à identificação fundamentada das necessidades de reforço da frota no horizonte do PAO 2026, procedeu-se à análise comparativa da evolução da afetação de viaturas por área funcional, considerando três momentos de referência:

- Situação atual, à data de 30 de junho de 2025;
- Situação projetada até ao final do ano (31 de dezembro de 2025), consistente com a aprovação do PAO 2025, em número de FTE e viaturas;
- Situação planeada para 31 de dezembro de 2026, em coerência com o plano de reforço de recursos humanos e a reorganização funcional prevista e apresentada no capítulo anterior (“E. Recursos Humanos”).

A apresentação dos quadros seguintes permite visualizar, de forma clara, a subdotação atual da frota face ao número de utilizadores efetivos, bem como a tendência de agravamento dos rácios de utilização em diversas áreas, que, a manterem-se, comprometeriam a eficiência operacional, o cumprimento normativo e a segurança da atividade.

¹³ Valor aferido em detalhe a esta data.



Tipificação	Nº Viaturas		30/06/2025			Utilizadores	Rácio Utilização
			Quinta do Conde	Baía do Tejo	Outros		
Administradores Executivos	3	6,3%	-	3	-	3	1,00
Diretores	3	6,3%	2	1	-	3	1,00
Coordenadores	3	6,3%	2	1	-	3	1,00
Responsáveis DOP	9	18,8%	3	-	6	10	1,11
Responsáveis DMAN	1	2,1%	1	-	-	1	1,00
SRS Pool	1	2,1%	1	-	-	2	2,00
Viaturas Man Técnicos	2	4,2%	2	-	-	2	1,00
Viaturas DINF/ENG	1	2,1%	-	1	-	4	4,00
Viaturas Pool - Gestão Frota	4	8,3%	-	4	-	28	7,00
Viaturas Manutenção	7	14,6%	7	-	-	9	1,29
Viaturas Operação	14	29,2%	-	-	14	65	4,64
TOTAL	48		18	10	20	130	

Figura 23 - Rácio de utilização das viaturas a 30 de junho de 2025

Tipificação	Nº Viaturas		31/12/2025			Utilizadores	Rácio Utilização
			Quinta do Conde	Baía do Tejo	Outros		
Administradores Executivos	3	6,3%	-	3	-	3	1,00
Diretores	3	6,3%	2	1	-	3	1,00
Coordenadores	3	6,3%	2	1	-	3	1,00
Responsáveis DOP	9	18,8%	3	-	6	10	1,11
Responsável DMAN	1	2,1%	1	-	-	1	1,00
Responsável SRS	1	2,1%	1	-	-	1	1,00
SRS Pool	1	2,1%	1	-	-	2	2,00
Viaturas Man Técnicos	2	4,2%	2	-	-	2	1,00
Viaturas DINF/ENG	1	2,1%	-	1	-	4	4,00
Viaturas Pool - Gestão Frota	3	6,3%	-	3	-	37	12,33
Viaturas Manutenção	11	22,9%	11	-	-	18	1,64
Viaturas Operação	14	29,2%	-	-	14	65	4,64
TOTAL	52		23	9	20	149	

Figura 24 - Rácio de utilização das viaturas a 31 de dezembro de 2025

Tipificação	Nº Viaturas		31/12/2026			Utilizadores	Rácio Utilização
			Quinta do Conde	Baía do Tejo	Outros		
Administradores Executivos	3	6,3%	-	3	-	3	1,00
Diretores	3	6,3%	2	1	-	3	1,00
Coordenadores	3	6,3%	2	1	-	3	1,00
Responsáveis DOP	9	18,8%	3	-	6	10	1,11
Responsável DMAN	2	4,2%	2	-	-	2	1,00
Responsável SRS	1	2,1%	1	-	-	1	1,00
SRS Pool	1	2,1%	1	-	-	3	3,00
Viaturas Automação	0	0,0%	-	-	-	1	-
Viaturas Ges. Atv. Especializadas	2	4,2%	1	-	-	2	1,00
Viaturas DINF/ENG	1	2,1%	-	1	-	6	6,00
Viaturas Pool - Gestão Frota	8	16,7%	-	7	-	41	5,13
Viaturas Manutenção	12	25,0%	12	-	-	24	2,00
Viaturas Operação	14	29,2%	-	-	14	65	4,64
TOTAL	59		24	13	20	164	

Figura 25 - Rácio de utilização das viaturas a 31 de dezembro de 2026

[Handwritten signature]
 62
[Handwritten initials]

Conforme visível na informação apresentada, a 30 de junho de 2025, a SIMARSUL dispõe de 48 viaturas para um total de 130 utilizadores identificados (trabalhadores e administradores executivos), o que representa um rácio médio global de 2,71 utilizadores por viatura. No entanto, este valor médio esconde situações de sobrecarga acentuada em áreas com elevada exigência de mobilidade e presença no terreno. Destacam-se os seguintes casos:

- **Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SRS)**: atualmente a área conta com apenas 1 viatura, prevendo-se para 2026 um efetivo total de 4 trabalhadores. Esta área assume responsabilidades transversais essenciais, nomeadamente a gestão da segurança da operação e dos trabalhadores em todas as infraestruturas e polos estratégicos da empresa, bem como o cumprimento de cerca de 60% dos requisitos normativos dos sistemas de gestão certificados (ISO 9001, 14001, 45001, 50001 e 55001). Estas funções exigem uma atuação técnica especializada, descentralizada, preventiva e reativa, numa área territorial de aproximadamente 1.554,57 km², impondo deslocações frequentes e simultâneas em múltiplas frentes. A eficácia desta atuação depende diretamente da disponibilidade de meios de transporte autónomos, em número suficiente para garantir a cobertura operacional em permanência. Neste contexto, a atual dotação de viaturas compromete a capacidade de resposta e o acompanhamento técnico regular no terreno, pelo que se propõe o reforço com 1 viatura adicional no âmbito do presente plano.
- **Área de Manutenção interna**: à data de 30 de junho de 2025, esta área conta com 7 viaturas para 9 utilizadores, o que corresponde a um rácio de 1,29 utilizador por viatura. Este valor tenderá a agravar-se com a entrada de novos recursos humanos já prevista, comprometendo a autonomia e a eficácia da resposta técnica nos diversos subsistemas. De acordo com o modelo organizativo delineado (ver capítulo anterior), e após a conclusão dos processos de recrutamento aprovados no PAO 2025 — em articulação com a internalização progressiva da função de manutenção que operava em regime de *outsourcing* —, a área de manutenção será estruturada em dois centros de manutenção interna (Quinta do Conde e Setúbal), cada um com 6 equipas de 2 trabalhadores, totalizando 12 equipas, equivalentes a 24 trabalhadores até ao final de 2026. O modelo de funcionamento proposto pressupõe a atribuição de uma viatura por equipa, assegurando a mobilidade necessária para intervenções rápidas, planeadas ou corretivas. Este modelo de funcionamento permite diminuir os riscos associados à taxa de indisponibilidade logística (espera pela viatura, conflitos de agendamento) no caso de viaturas partilhadas, situação esta que aumentaria e prejudicaria a operacionalidade. De modo a concretizar esse objetivo e manter o rácio desejável de 1 viatura por cada 2 trabalhadores, propõe-se o reforço com mais 2 viaturas nesta área, no horizonte do PAO 2026.

- **Viaturas Pool – Gestão Frota:** com apenas 4 viaturas para 28 utilizadores, a 30 de junho de 2025, (rácio de 7 utilizadores por viatura), esta tipologia constitui um recurso partilhado essencial para o funcionamento das áreas administrativas, jurídicas, técnicas (onde se inclui, por exemplo, engenharia e gestão de ativos, cujas atividades implicam continuada intervenção no terreno) e corporativas da empresa. Estas áreas têm necessidades regulares de deslocações a infraestruturas, entidades externas, reuniões institucionais e ações de supervisão, muitas vezes em simultâneo e com caráter urgente.

Com a manutenção da dispersão geográfica das operações e o crescimento orgânico e funcional da organização, a pressão sobre esta frota comum tem-se intensificado, gerando constrangimentos na planificação das deslocações, aumento de dependência de transportes pessoais e perda de eficiência. **A proposta de reforço com 4 viaturas adicionais** permitirá reduzir o rácio para cerca de 5,13 utilizadores por viatura, o que, mantendo uma lógica de partilha racional e otimizada, oferece maior autonomia, previsibilidade e capacidade de resposta às áreas envolvidas, sem comprometer o princípio da eficiência na afetação de meios.

Este reforço proposto (total de +7 viaturas) visa não só acompanhar o crescimento orgânico e funcional da empresa, mas também assegurar níveis mínimos de eficácia, segurança e cumprimento regulatório nas áreas com maior criticidade operacional.



L. n. 64



No quadro seguinte são explanados os gastos com a frota automóvel prevista no PAO 2026, onde se prevê um aumento de 155 mil euros face à estimativa de fecho para 2025.

GASTOS FROTA	PAO 2025	EI 2025	2026	2027	2028	Dado (Eds)		Dado (Ed)	
						PAO 2026 / EI 2025	2022 ESTIMADO / PAO 2026	PAO 2026 / EI 2025	2023 ESTIMADO / PAO 2026
	443 283 €	566 073 €	721 167 €	773 673 €	643 587 €	155 094 €	52 505 €	-130 085 €	27%
									7%
									-17%

Tabela 8 - Quantificação dos gastos da frota automóvel no triénio

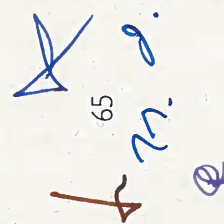
No final do triénio do PAO 2026, estima-se que a frota passará a contar com 41 viaturas 100% elétricas, sendo que 32 viaturas passarão de regime térmico para o regime 100% elétrico.

De acordo com a estratégia de descarbonização da frota operacional do grupo AdP, para o universo total de 59 viaturas, foi contemplado em PAO 2026 vir a receber o subsídio do Fundo Ambiental em 33 viaturas, descontando um valor de 10.000€/viatura.

Verifica-se, conforme consta da leitura da Tabela 25, que se assiste a uma redução global evolutiva dos valores atuais da frota automóvel, resultante por um lado da renovação dos contratos atuais por contratos em regime de AOV, e pela alteração da tipologia de viaturas em uso na empresa, passando a ser maioritariamente viaturas elétricas, o que induz uma redução global no valor do combustível fóssil e que, em conjunto com o aumento no consumo de eletricidade, permite uma poupança efetiva no triénio.

Importa destacar a evolução dos gastos com manutenção das viaturas, decorrentes da renovação da frota automóvel da empresa, sendo que em 2026 se encontra fortemente penalizada pelos gastos expetáveis a incorrer com recondicionamentos, os quais se encontram contratualmente previstos nos atuais contratos celebrados com as locadoras.

Em síntese, a Empresa consegue assegurar que através da renovação da sua frota automóvel promove a adequação ao plano de substituição de viaturas – frota verde do Grupo AdP, já acomodando todas as disposições legais aplicáveis às empresas do setor empresarial do estado, e que foi aprovado através de Resolução de Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 28 de dezembro.

65


Permite ainda, para além dos ganhos ambientais alcançados, designadamente decorrentes da redução significativa do consumo de combustíveis fósseis, uma redução dos encargos globais com a frota consistente em todos os anos face à situação atual.

4.4. RECURSOS HUMANOS

Relativamente à análise e evolução dos recursos humanos, no período abrangido pelo presente PAO, consta no capítulo “E. Recursos Humanos” deste documento, a análise detalhada, quer ao nível dos gastos com pessoal, quer ao nível de contratação de trabalhadores.

No capítulo E. do presente documento consta um plano plurianual de entradas e saídas de trabalhadores, o qual evidencia as seguintes situações:

- a) os recrutamentos para substituição de saídas de trabalhadores (desagregando as saídas ocorridas em 2024, as estimadas ocorrer até ao final de 2025 e as relativas ao triénio 2026-2028);
- b) o quadro “Mapa RH”.

Encontra-se igualmente incluído no capítulo E. do presente documento, a devida fundamentação, sempre que o recrutamento que implique aumento dos gastos com pessoal ou do número de trabalhadores, com exceção das situações de reposição de saídas de trabalhadores ocorridas em 2024 ou em 2025, cujos procedimentos de seleção ainda estejam a decorrer, deve ser devidamente fundamentado, de acordo com o detalhe previsto no ponto 3.4. do apêndice das Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

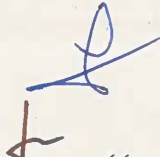
4.5. CONFORMIDADE COM O ORÇAMENTO DE ESTADO

Não aplicável por a Empresa não estar incluída no perímetro de consolidação das Administrações Públicas.

E. RECURSOS HUMANOS

I. QUADRO DE PESSOAL

O ano de 2026 surge num contexto particularmente exigente, marcado por um setor em transformação, um ambiente de incerteza crescente e por uma empresa que se encontra na transição entre ciclos: encerrado o exigente processo de cisão, enfrentando simultaneamente o impacto de novas realidades organizacionais, como a integração plena do município de Setúbal, com efeitos diretos e mensuráveis sobre os segmentos operacionais e de suporte.


66
M.
P.

Esta nova configuração veio acentuar limitações estruturais existentes, nomeadamente no que respeita à adequação do número e perfil dos trabalhadores às exigências atuais e futuras. A aproximação do período de reforma de um número relevante de quadros, a rotação crescente de profissionais e as dificuldades de recrutamento em áreas críticas tornam evidente a necessidade de um esforço continuado de reforço e rejuvenescimento do capital humano. Em paralelo, importa combater sinais de desgaste, naturais após um período longo de exigência, garantindo a motivação e o envolvimento dos trabalhadores num novo ciclo de afirmação e compromisso coletivo.

Neste contexto, o planeamento de necessidades para 2026 reveste-se de especial relevância. Além da correção de assimetrias organizacionais, importa garantir a disponibilidade de meios humanos adequados para responder aos desafios do investimento, da manutenção, da digitalização, da neutralidade energética e da valorização da experiência do trabalhador. Este esforço exige também um compromisso firme com uma agenda de valorização remuneratória, promoção do bem-estar e reforço da participação interna, ancorada na estratégia de sustentabilidade e responsabilidade social da SIMARSUL.

Junto se dá nota do universo dos recursos humanos da empresa e da respetiva evolução prevista para o triénio:

Quadro de Pessoal	2024 REAL	2025 PAO	2025 EF	2026 PAO	2027 ESTIMADO	2028 ESTIMADO
Órgãos Sociais ^(a)	10	12	11	12	12	12
Pessoal ^(b)	125	148	146	161	164	164
Total	135	160	157	173	176	176

^(a) Engloba Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e ROC

^(b) A EF 2025 prevê terminar o ano com 146 trabalhadores, número este que inclui um trabalhador contratado antecipadamente para substituição de um outro que sai por reforma no final do ano 2025 (conforme autorização concedida no âmbito do PAO 2025)

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Quadro de Pessoal	2024 REAL	2025 PAO	2025 EF	2026 PAO	2027 ESTIMADO	2028 ESTIMADO	Var 2026 / 2025	
							Valor	%
Nº Total RH (O.S. + Cargos de Direção + Trabalhadores)	135	160	157	173	176	176	16	10,1%
Nº de Órgãos Sociais (O.S.) (número)	10	12	11	12	12	12	1	7,6%
Nº de Cargos de Direção sem O.S. (número)	3	3	3	3	3	3	-	0,0%
Nº de Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos de Direção (n.º)	122	145	143	158	161	161	15	10,5%
Gastos com Dirigentes/Gastos com Pessoal (b/(1-g))	6,4%	5,6%	5,1%	4,5%	4,2%	4,1%		

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

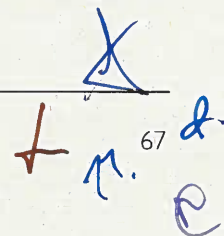
Tabela 9 - Quadro de recursos humanos

Dá-se nota de que o aumento de órgãos sociais que se verifica no quadro acima em 2026 versus EF 2025 diz respeito à reposição do quadro integral dos OS, com a nomeação do/a presidente para o Conselho Fiscal da Empresa.

2. PROPOSTA DE REVISÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DA SIMARSUL

No âmbito da preparação do Plano de Atividades e Orçamento para 2026, a SIMARSUL propõe uma alteração à sua estrutura orgânica, centrada na reformulação da Direção de Infraestruturas (DINF), com impactos diretos na organização e funcionamento dos Departamentos de Manutenção e Engenharia.

Esta proposta decorre da necessidade de adequar a estrutura da empresa aos desafios operacionais, tecnológicos e de sustentabilidade que se colocam à gestão dos sistemas em alta na Península de Setúbal, bem como da ambição de fortalecer a resposta técnica e a articulação entre as áreas engenharia, operação e manutenção.



Enquadramento e objetivos estratégicos da reformulação:

Para 2026, preconiza-se a reformulação da Direção de Infraestruturas (DINF), com impactos diretos na organização e funcionamento em dois Departamentos: Manutenção e Engenharia.

A reconfiguração da Direção de Infraestruturas tem como principais objetivos:

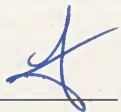


- Responder a um passivo acumulado decorrente da dificuldade em executar investimentos previstos e, muito em particular, do elevado grau de desgaste das instalações rececionadas em dezembro de 2022 e associadas ao Município de Setúbal, exploradas até essa data por entidade terceira no âmbito de uma concessão privada;
- Reforçar a capacidade técnica e de planeamento associada à gestão e manutenção dos ativos, assegurando uma abordagem mais preventiva e especializada na manutenção e reabilitação de ativos;
- Aumentar a eficiência e a fiabilidade operacional, através da integração de competências relacionadas com automação;
- Melhorar a articulação funcional e a fluidez dos processos, incluindo os associados a atividades de planeamento, controlo e reporte de informação, através da criação de estruturas de apoio logístico e administrativo nos dois departamentos;
- Procurar retirar o maior rendimento possível do capital humano da empresa, assegurando a realização das tarefas por elementos com formação adequada, mas sem recorrer a elementos com qualificações acima do exigido, com o intuito de possibilitar o uso eficiente dos quadros superiores e especializados;
- Potenciar a colaboração entre Direções, promovendo abordagens integradas na preparação, planeamento e execução de intervenções no sistema, e permitir a correta gestão da informação no seio da Direção.
- Melhoria do planeamento, rastreabilidade e integração de informação técnica;
- Redução de tempos de resposta, de custos com manutenção externa e de risco de falha técnica, com a introdução de competências internas em automação;

Principais alterações propostas:

- Departamento de Manutenção

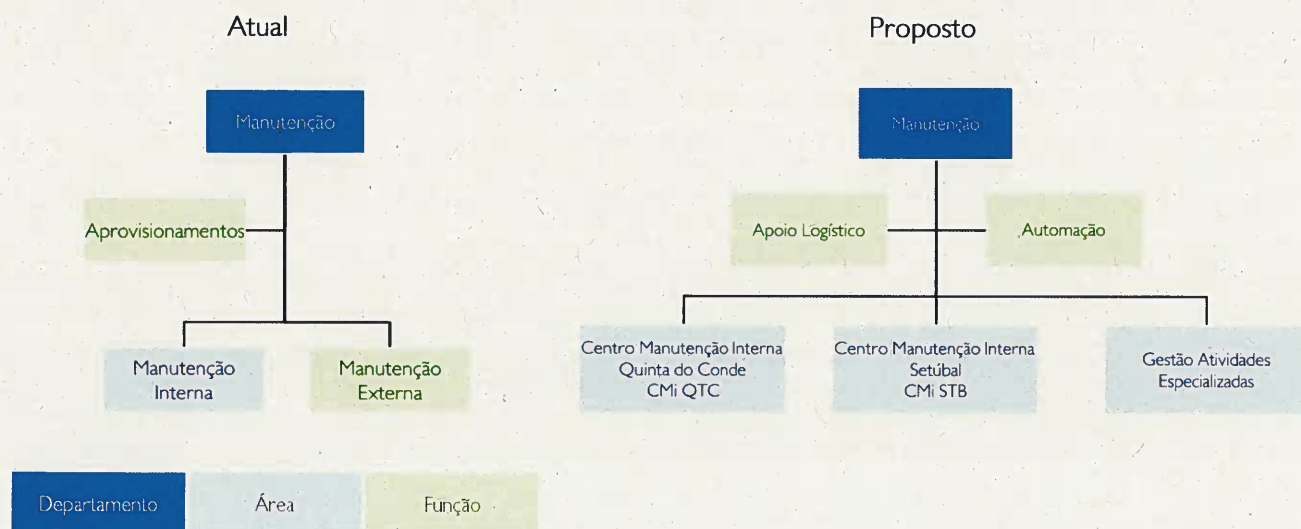
No âmbito da evolução da estratégia definida no ano 2025 para a Manutenção, destaca-se o seguinte:

- Reforço da área Manutenção Interna, em detrimento da opção de Outsourcing, através do recrutamento de 8 trabalhadores, conforme aprovado no PAO 2025, com o objetivo de potenciar a acumulação de conhecimento e a capacidade de prontidão compatível com as exigências de serviço, relativamente às quais o nível de controlo e compromisso são também determinantes na empresa;


L 11. 68 


- Gestão integrada no ERP SAP da empresa, da gestão da Manutenção e Ativos, incluindo o desenvolvimento de uma app, de forma a promover a agilização e simplificação ao máximo das ações e registos que a nível operacional serão realizadas pelos trabalhadores internos e externos, através de dispositivos móveis, naquele Sistema, com o objetivo de melhorar a qualidade da informação, a produtividade e o controlo logístico da atividade.

Em sequência, e para 2026, propõe-se a seguinte alteração orgânica do Departamento de Manutenção:




Como referido, a proposta de reformulação responde a alterações em curso no seio da Direção de Infraestruturas, decorrentes da internalização das equipas de manutenção externa, conforme aprovado no âmbito do PAO 2025 e traduz-se nas seguintes mudanças estruturais:

a) Renomeação e alargamento da função de "Aprovisionamentos" para "Apoio Logístico"

A anterior função de "Aprovisionamentos" evolui para "Apoio Logístico", assumindo um papel transversal no suporte à atividade de manutenção, com o intuito de:

- Reforçar o suporte logístico e administrativo, promovendo maior eficiência de gestão e eficácia de atuação, libertando os recursos mais especializados para o seu foco técnico;
- Desenvolver procedimentos definidos para a aquisição de bens e serviços, em articulação com a área de Compras da Direção Administrativa e Financeira;
- Garantir a gestão do armazém e stocks, de consumíveis, peças de reserva e de equipamentos, críticos para as ações de manutenção corretiva e preventiva, essenciais para garantir a operação contínua das 25 Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e 116 Estações Elevatórias de Águas Residuais (EEAR) da SIMARSUL. Tendo em consideração os últimos três anos de atividade do armazém, regista-se que foram movimentados, em média, mais de 15.000 artigos por ano, no valor superior a 1.000.000 euros;


 69
 M. e

- Proceder ao registo e assegurar a rastreabilidade rigorosa daquela informação, no sistema de gestão da manutenção e ativos do ERP-SAP.

A função de Apoio Logístico é hoje assegurada por um único trabalhador com tarefas maioritariamente administrativas (gestão da informação e carregamento no ERP-SAP), pretendendo-se criar uma equipa de 2 (dois) elementos capaz de cobrir todo o ciclo logístico (planeamento de necessidades, compras, entradas e saídas, controlo e suporte às equipas de manutenção e, indiretamente, de operação), eliminando um eventual “*single point of failure*” que pode facilmente comprometer continuidade de serviço, capacidade de resposta e reporte e cumprimento de prazos, bem como possíveis inconsistências ou fragilidades na contabilidade analítica, fruto de dificuldades em garantir uma corrente atualização dos dados no ERP.


b) Reconfiguração da área de manutenção interna em dois centros técnicos

A anterior área de “Manutenção Interna” é desdobrada em duas unidades territoriais distintas, estrategicamente localizadas do ponto de vista geográfico:

- Centro de Manutenção Interna da Quinta do Conde (CMi QTC);
- Centro de Manutenção Interna de Setúbal (CMi STB)

Esta separação visa reforçar a cobertura técnica no território, otimizar os recursos e promover uma gestão mais próxima e eficiente das equipas e das intervenções, com os seguintes objetivos:

- Assegurar a correta distribuição das equipas de manutenção e cobertura técnica do território, otimizando os recursos disponíveis e promovendo uma gestão mais próxima e eficiente, no seguimento do reforço da atividade de manutenção interna realizado em 2025, em detrimento da opção de Outsourcing;
- Garantir capacidade de resposta estruturada, distribuição equilibrada de valias técnicas e cargas de trabalho, com autonomia operacional por equipa, de modo a assegurar resposta simultânea em várias frentes de trabalho e a continuidade do serviço mesmo com equipas em deslocação;
- Reduzir os tempos médios de deslocação relevantes entre locais de intervenção, frequentemente superiores a 1 hora por trajeto, com significativo impacto na gestão de recursos, sobretudo face à necessidade de assegurar respostas rápidas a situações de urgência ou fora do horário normal de trabalho;
- Constituição de equipas dedicadas à manutenção preventiva interna, passo estratégico para reduzir o impacto das ocorrências imprevistas e o inerente número de intervenções reativas, assegurando uma capacidade para execução das intervenções planeadas (preventiva) e não planeadas (corretiva) em paralelo, diminuindo tempos de inatividade e o risco de falhas críticas, garantindo a execução do plano de manutenção preventiva interno definido e a melhoria da gestão de ativos da empresa, contribuindo para o cumprimento de metas do PENSAARP 2030, da ISO 55001 e das orientações de eficiência operacional da tutela e do regulador.


70
10

Registe-se que a Manutenção da SIMARSUL, para além da garantia da manutenção corretiva (resposta a avarias) tem de assegurar o cumprimento das ações transpostas num total de 2.252 Planos de Manutenção Preventiva, os quais, à data, abrangem 3.937 equipamentos. Destes Planos, 1.000 estão atribuídos às equipas de manutenção interna.

Estes Planos foram recentemente revistos e implementados no ERP SAP, estando a sua realização atribuída às equipas de manutenção interna, de operação (manutenção autónoma) e a equipas externas (atividades autonomizadas e especializadas).

- Eliminar limitações operacionais por falta de redundância técnica nos centros de manutenção, especialmente em períodos de maior pressão ou com baixas/sobreposição de intervenções.
- Assegurar o cumprimento dos níveis de serviço esperados pela entidade gestora do sistema multimunicipal, pelos municípios acionistas e pelas entidades reguladoras e tutelares.


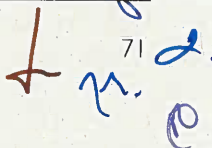
c) Transformação da função de manutenção externa em "Gestão de Atividades Especializadas"

A anterior função "Manutenção Externa" dá lugar à área de "Gestão de Atividades Especializadas", com competências na coordenação, acompanhamento e avaliação de intervenções técnicas contratualizadas com prestadores externos, incluindo prestações de serviço técnicas especializadas não executadas internamente.

Esta alteração pretende garantir a correta gestão dos contratos externos especializados, plurianuais e transversais, os quais abrangem grandes grupos de equipamentos (centrífugas, bombas, sistemas de elevação, filtros banda, etc.) ou serviços (controlo de Legionella, gestão de AVAC, espaços verdes, reparações de construção civil, entre outras.).

Atente-se que existem atualmente 38 contratos desta natureza ativos, atingindo um valor total de 5,8 milhões de euros, sendo que para o triénio 2026/2029 se perspetiva que existam cerca de 96 contratos, com um valor global de 23,9 milhões de euros.

Salienta-se como justificativo desta área o grau de exigência legalmente exigido à figura de Gestor de Contrato, criada na sequência de sugestão do Tribunal de Contas e prevista no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP), conforme alteração introduzida pelo DL 111- B/2017 de 31 de agosto e atualizada com a Lei 30/2021, de 21 de maio (12.ª alteração do CCP).


71


d) Criação da função de Automação

É criada a função de "Automação" com responsabilidade sobre:

- Gestão, manutenção, atualização, desenvolvimento e otimização dos sistemas de controlo e automação industrial instalados em todas as infraestruturas da empresa, em fase crescente de uso, decorrente do processo de transformação digital do setor e da manutenção e desenvolvimento do sistema de telegestão centralizado da SIMARSUL, com responsabilidade sobre um parque com cerca de 250 autómatos instalados numa área geográfica extensa (Península de Setúbal);
- Diagnóstico e resolução de falhas em tempo útil e apoio às equipas de manutenção e operação em matérias especializadas de controlo, automação e supervisão, reduzindo a dependência quase total de fornecedores externos em tarefas críticas (diagnóstico, reprogramação, afinações), situação agravada com o aumento de atividade com a integração das infraestruturas de Setúbal;
- Interligação funcional e estratégica com a área de Sistemas e Tecnologias de Informação na convergência entre a rede OT/IT;
- Apoio especializado à Área de Estudo e Projetos na definição das especificações técnicas dos equipamentos e sistemas a instalar, bem como na análise das propostas dos empreiteiros;
- Apoio à Área de Obras na validação dos equipamentos a instalar e aferição da sua adequabilidade aos objetivos operacionais, bem como realização dos ensaios de verificação para efeitos de receção das empreitadas.

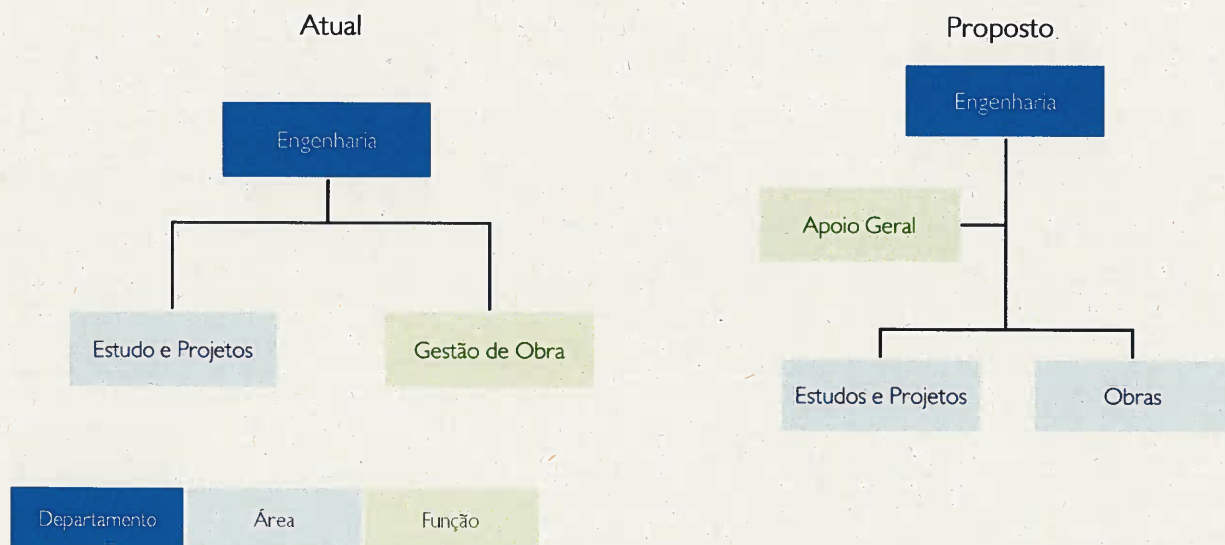
Em resumo, as alterações de organograma propostas podem ser sumarizadas da seguinte forma:

Rubrica	Designação atual	Designação proposta
Função de suporte	Aprovisionamentos	Apoio Logístico
Área operacional	Manutenção interna	Centro de Manutenção Interna – Quinta do Conde (CMi QTC)
Nova Área operacional	-	Centro de Manutenção Interna – Setúbal (CMi STB)
Área Operacional	Manutenção Externa	Gestão de atividades especializadas
Nova função especializada	-	Automação

- **Departamento de Engenharia**

Para fazer assegurar a realização dos investimentos inicialmente previstos e a novas necessidades de investimentos (unidades de compostagem de lamas, produção de energia verde, produção de Água para Reutilização, exigência comunitárias associadas à "nova" DARU), para além do investimento de conservação e substituição que resultam de uma atividade com elevado desgaste para as infraestruturas, para 2026 propõe-se a seguinte alteração orgânica do Departamento de Engenharia:

(Handwritten signature and initials)
72



Este reforço pretende garantir as condições necessárias para materializar e executar os investimentos necessários para a continuidade do negócio da SIMARSUL, mantendo ou repondo condições operacionais, funcionais ou de segurança que se revelam deficitárias por ausência de investimento.

De facto, o tempo de vida das infraestruturas de saneamento depende da sua localização, características e qualidade dos materiais instalados, manutenção e conservação e características das águas residuais afluentes. Presentemente várias instalações da SIMARSUL apresentam um conjunto de patologias resultantes da verificação de uma ou mais dessas condições, como sejam as localizações perto do mar, as aflúências indevidas de resíduos, de água salgada e/ou de águas pluviais ao sistema de drenagem e a dificuldade em obter manutenção especializada pela grande diversidade de tipologias e de marcas dos equipamentos instalados.

Por outro lado, independentemente da capacidade e da resiliência das infraestruturas, é importante ressaltar que os sistemas de transporte e de tratamento atuais são altamente sensíveis e suscetíveis à ocorrência de ligeiras interferências que podem penalizar em grande escala o seu desempenho e a sua degradação acelerada. Esta tendência tem sido acompanhada pelo aumento de instrumentação e de automação presente nas infraestruturas de maiores dimensões e pelas crescentes exigências legais ao nível da qualidade dos efluentes tratados, com recurso a tecnologias pouco adequadas como são os sistemas de desinfecção com recurso a radiação ultravioleta.

A degradação das infraestruturas apresenta características exponenciais que, no decurso do presente ano, se refletiram na redução da qualidade do efluente tratado em diversas ETAR. Não obstante, a SIMARSUL continua a desenvolver os melhores esforços possíveis para garantir o cumprimento dos Valores Limites de Emissão estabelecidos nos Títulos de Utilização de Recursos Hídricos (TURH, vulgarmente designados como "licenças de descarga") das ETAR.



Assim, presentemente, observam-se situações de degradação física das infraestruturas, ao nível da construção civil, equipamentos e instalações elétricas, as quais acabam por prejudicar as respetivas condições de funcionamento, causando problemas que podem implicar o incumprimento das condições de descarga estabelecidas nos TURH, sendo urgente realizar intervenções mais abrangentes e profundas, em etapas de tratamento críticas, nas ETAR que já apresentam um período de vida mais longo, e garantir a subsequente realização dos investimentos de substituição.

A nova estrutura procurará inverter um défice de investimento, que pode ser avaliado pelo facto de, nos últimos 5 anos, se ter verificado uma realização média anual da componente de investimentos em empreitadas de cerca de 2 milhões de euros (de 2020 a 2024), sendo crítico responder a um plano de investimentos que prevê, no quinquénio que se aproxima (2027-2031), um investimento em empreitadas médio de 11 milhões de euros por ano (equivalente a cerca de 53 milhões).

De forma a enquadrar as necessidades em termos de equipa, apresenta-se no quadro seguinte o número de empreitadas previstas iniciar em cada ano do quinquénio 2025/2030, as quais se aproximam das 50:

N.º Empreitadas (a iniciar)	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Resiliência/Reabilitação	4	7	4	8	3	3	29
Setúbal	0	5	1	3	1	0	10
Neutralidade Energética	0	2	0	1	1	0	4
APR	0	0	0	1	0	0	1
Plano de Lamas Circularidade	0	1	0	0	0	0	1
Cobertura de Serviço	0	1	0	0	0	0	1
Outros	2	0	1	0	0	0	3
Total	6	16	6	13	5	3	49


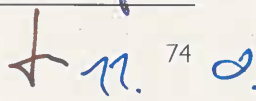

De forma a responder a estas exigências, e em termos concretos, a proposta de reformulação traduz-se nas seguintes mudanças organizacionais:

a) Renomeação e transformação da função "Gestão de Obra" para a área "Obras"

A função até aqui designada por "Gestão de Obra" será reorganizada e dará lugar à área a designar como "Obras", conferindo-lhe um posicionamento mais claro e abrangente no contexto da execução de empreitadas e da fiscalização técnica das intervenções.

Esta área passará a concentrar-se em:

- Preparação e gestão de concursos de empreitadas previstas em planeamento, bem como restantes contratos complementares (projeto, fiscalização, trabalhos complementares e especializados, etc.);
- Acompanhamento técnico de obras de reabilitação, adaptações a novas exigências de funcionamento e outras;
- Controlo de prazos, qualidade, segurança e conformidade legal e regulamentar;
- Ligação operacional com as intervenções da Operação e da Manutenção.

b) Criação da função "Apoio Geral"

Com o objetivo de melhorar a integração e gestão dos serviços de suporte ao departamento, é criada a função de "Apoio Geral", que terá por missão:

- Assegurar o apoio administrativo à equipa de Engenharia, libertando os seus quadros superiores de funções consumidoras de tempo, mas que não requerem conhecimento especializado;
- Apoiar o planeamento e calendarização de projetos e empreitadas, incluindo reporte;
- Assegurar o acompanhamento de processos de licenciamento, regularização de terrenos, gestão documental e controlo de prazos;
- Servir de ponto de articulação com outras Direções e áreas funcionais;

Como referido, pretende-se com a criação desta função libertar os técnicos superiores de engenharia das tarefas logísticas e administrativas, permitindo-lhes uma atuação mais focada na componente técnica, inovadora e estratégica dos projetos.

Em resumo:

Rubrica	Designação atual	Designação proposta
Área de projeto	Estudos e projetos	Estudos e projetos
Área de obra	Gestão de obra	Obras
Nova função de suporte	-	Apoio Geral



75 d.
M. P.

O enquadramento, por função, e respetiva fundamentação, relativamente à totalidade do plano exposto, apresenta-se como se segue:

- Sustentabilidade e responsabilidade social (SRS)

A atual estrutura da empresa conta apenas com dois elementos com qualificação específica em Segurança no Trabalho, o que se revela manifestamente insuficiente face à dispersão territorial das infraestruturas, ao número total de trabalhadores, ao regime de laboração por turnos e aos riscos associados às operações em espaços confinados, exposição a agentes químicos e equipamentos sob pressão.

Embora não exista legislação específica que imponha um número mínimo de Técnicos de Segurança para o setor, o enquadramento legal em vigor (Lei n.º 102/2009) e os critérios técnicos de risco reconhecidos justificam a necessidade de reforço desta função, assegurando uma resposta mais eficaz à prevenção, acompanhamento de campo e conformidade legal da organização.

Encontra-se em curso, conforme previsto no PAO 2025 aprovado (despacho n.º 858/2024 de 2 de dezembro de 2024 e Despacho do Ministério do ambiente e Energia n.º82/MAEN/2024, datado de 10 de dezembro de 2024), um processo de recrutamento para a área de Sustentabilidade e Responsabilidade Social, cuja criação foi justificada no âmbito da necessidade de reforço da capacidade interna da empresa na resposta às exigências crescentes nestas matérias, tanto no plano regulatório como estratégico.

Este processo está, contudo, pendente de autorização por parte da tutela relativamente à atribuição do subsídio de isenção de horário (IHT) à posição a contratar, conforme já anteriormente comunicado à tutela através da carta com a referência S_SIMARSUL/2025/309 e S_SIMARSUL/2025/517, remetidas ao MAEN e anexas ao presente documento, situação esta que consideramos vir a estar colmatada até ao final do ano e por conseguinte concluído o respetivo recrutamento.

A proposta de contratação de um quarto elemento (1 técnico superior) prevista para 2026, com atribuição de isenção de horário de trabalho (IHT), visa assegurar maior capacidade de suporte técnico transversal, garantido o cumprimento dos requisitos normativos aplicáveis aos sistemas de Gestão da Qualidade, Gestão Ambiental, Gestão de Ativos e Energia e Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho, integrados no Sistema Global, cujo funcionamento se rege pelos princípios da melhoria contínua e pelas normas de referência NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001, NP ISO 45001, NP EN ISO 50001 e NP ISO 55001, exigindo um acompanhamento técnico permanente e especializado.

X
77
M. P.

3. PREVISÃO DE NECESSIDADES DE RECURSOS HUMANOS PARA 2026

O ano de 2026 será marcado por um conjunto de ajustamentos e reforços pontuais da estrutura de pessoal, orientados para:

- a) Acompanhamento da transformação organizacional em curso, nomeadamente na Direção de Infraestruturas, conforme exposto no subcapítulo anterior ("2. PROPOSTA DE REVISÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DA SIMARSUL");
- b) Reforço de competências técnicas críticas;
- c) Otimização dos serviços de suporte e planeamento;
- d) Reforço da capacidade de resposta em áreas operacionais e técnicas.

Os pedidos de autorização resumem-se conforme se ilustra no quadro apresentado em seguida:

Grupo Profissional	Situação a 2024	Situação a 31.12.2025	Situação a 01.01.2026		Movimento de Pessoal - 2026					Situação 31.12.2026		
	[1]	[2]	# de trabalhadores com 60 ou mais anos	# de trabalhadores em dias de reforma	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	
Órgãos sociais	10	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
Cargos de direção (s/ OS)	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Técnico Superior	35	45	1	-	-	-	-	-	-	-	6	51
Técnico	21	31	4	4	-	-	-	-	-	-	10	41
Técnico Operativo	66	66	8	-	-	-	-	-	-	-	-	66
TOTAL	135	157	13	13	-	-	-	-	-	16	-	173

Nota: A EF 2025 prevê terminar o ano com 146 trabalhadores, número este que inclui um trabalhador contratado antecipadamente para substituição de um outro que sai por reforma no final do ano 2025 (conforme autorização concedida no âmbito do PAO 2025). Esta situação ocorre no grupo profissional "Técnico Operativo".

Tabela 10 - Movimento do pessoal em 2026

Realça-se igualmente que a proposta apresentada se encontra alinhada com a nova versão em estabilização do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da SIMARSUL, que preconiza a adaptação da empresa à nova realidade criada pela integração das infraestruturas de saneamento "em alta" de Setúbal, com necessidades de investimento (empreitadas) na ordem dos 54 milhões de euros no período 2027/2031.

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: "A" (signature)
 - Middle right: "76" (number)
 - Bottom right: "P" (initials)
 - Far right: "11.9." (handwritten text)

A empresa entende que o/a trabalhador/a a recrutar para o SRS, com fundamento nas funções a exercer e na necessidade imperativa de este/a Técnico/a de Segurança garantir a sua presença e acompanhamento das diversas atividades de que será incumbido/a, nomeadamente pela necessidade de verificação das condições de trabalho e segurança dos trabalhadores da SIMARSUL. Tal implica que este técnico de segurança deverá desempenhar as suas funções em regime de isenção de horário de trabalho (IHT), na modalidade de não sujeição aos limites máximos dos períodos normais de trabalho, prevista pelo artigo 219.º, n.º 1, al. a), do Código do Trabalho (CT), aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

- Recursos Humanos (RH)

Propõe-se a contratação de 1 Técnico Superior para reforço da área.

A área de Recursos Humanos da SIMARSUL encontra-se atualmente estruturada com 3 elementos, nomeadamente:

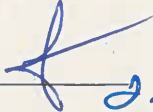
- Uma responsável de área (Técnica Superior), com ingresso recente (julho de 2025);
- Uma Técnica Superior
- Uma Técnica, com funções predominantemente administrativas.

Com um universo de cerca de 127 trabalhadores, a junho de 2025, dispersos por várias instalações operacionais e com regimes laborais diversificados (incluindo turnos, trabalho isolado e elevada exposição a riscos profissionais), a dimensão atual da equipa revela-se claramente insuficiente face às exigências técnicas, legais e organizacionais da gestão de recursos humanos num contexto como o da SIMARSUL. No final de 2026 a empresa prevê ter um universo de 161 trabalhadores.

A atividade da área de RH não se limita à gestão administrativa dos vínculos laborais, envolvendo um conjunto significativo de responsabilidades que incluem:

- Cumprimento de obrigações legais e regulamentares (ex: ACT, ADSE, Sindicatos, Tribunal de Contas, Relatório Único, SIOE, e-Social, entre outras);
- Gestão da formação profissional e desenvolvimento de competências;
- Apoio a auditorias e inspeções;
- Consolidação de informação para reporte interno e externo (incluindo Grupo AdP e tutela);
- Participação em iniciativas transversais do Grupo (revisões salariais, bem-estar, igualdade, mentoring, entre outros);
- Apoio ao processo de avaliação de desempenho e gestão de carreiras

A evolução dos projetos estratégicos da empresa — nomeadamente a implementação de novas estruturas organizacionais, o reforço da atividade operacional decorrente da integração do Município de Setúbal, e a previsível renovação geracional — irá naturalmente aumentar a complexidade e intensidade da atividade da área, exigindo maior robustez técnica e capacidade de planeamento.


78
②

Esta área será ainda responsável pelo planeamento, implementação e controlo de todas as ações de formação que se afiguram exigidas por requisitos legais ou por necessidades de melhoria técnica ou profissional e de desenvolvimento das competências dos trabalhadores da empresa, a que corresponde um referencial de 40 horas/ano.

Atente-se que, nesta vertente, estão previstas no Plano de Formação vigente cerca de 93 ações de formação, as quais exigem um conjunto de atividades que incluem a caracterização das ações e definição de âmbito, seleção da entidade formadora, agendamento, acompanhamento, verificação de eficácia, controlo de assiduidade, para além de toda a organização administrativa e legal requerida.

Assim, propõe-se a contratação de 1 Técnico Superior para a área de recursos humanos, com perfil polivalente, que assegure um aumento na capacidade de resposta técnica da área, maior especialização e fiabilidade na execução dos processos e o reforço da *interface* com as áreas operacionais e a administração.

- Direção de Infraestruturas (DINF)

A DINF concentra a maioria das necessidades identificadas, refletindo a reestruturação orgânica dos seus departamentos de Manutenção e Engenharia.

As previsões de necessidades de recursos humanos para a Direção de Infraestruturas em 2026 refletem, de forma direta, as alterações estruturais já descritas no capítulo anterior deste documento, onde se apresenta a nova organização da empresa.

Neste contexto, as necessidades de admissão para 2026 incluem:

Departamento de Engenharia

Função – Apoio Geral

Conforme exposto no capítulo anterior, será criada uma função técnico-administrativa para suporte às atividades transversais de engenharia. Esta função é uma das componentes estruturantes introduzidas no novo modelo organizativo da Direção de Infraestruturas.

Com a constituição desta nova função, propõe-se a contratação de 1 Técnico para a função de apoio geral.

Área – Obras

A função anteriormente designada como “Gestão de Obra” encontra-se atualmente assegurada por apenas 1 técnico superior, número que se revela manifestamente insuficiente face às exigências crescentes da atividade, quer do ponto de vista da complexidade técnica, quer da necessidade de reforço da capacidade de acompanhamento e supervisão de intervenções em curso e previstas.

De facto, conforme decorre do quadro apresentado anteriormente no presente relatório, a expectativa é que nos próximos 5 anos sejam iniciadas cerca de 50 empreitadas.

Handwritten signatures and initials in blue and red ink, including a large blue signature and the number 79.

Atendendo a que um Engenheiro experiente dificilmente consegue assegurar a gestão de mais de 5 empreitadas em simultâneo, mesmo que suportado numa equipa de fiscalização robusta, resulta clara a necessidade de reforço desta função.

No âmbito do PAO 2026, prevê-se, por isso, a contratação de 2 técnicos superiores, sendo um para assumir a função de Responsável de Área, com enquadramento e capacidade de coordenação técnica, e por isso com atribuição de comissão de serviço, e outro para reforço da equipa executora.

Este reforço visa assegurar a capacidade de resposta adequada aos desafios do próximo ciclo de planeamento e investimento, e está diretamente relacionado com as seguintes orientações estratégicas já aprovadas para o triénio 2026-2028.

Departamento de Manutenção

Função – Apoio Logístico

A função de Apoio Logístico encontra-se integrada no Departamento de Manutenção da Direção de Infraestruturas e é hoje assegurada por um 1 único trabalhador com tarefas maioritariamente administrativas (gestão de informação para carregamento no ERP-SAP, como sendo registo de entradas/saídas de armazém e controlo documental).

A transição de “Aprovisionamentos” para “Apoio Logístico” traduz a necessidade de cobrir todo o ciclo logístico — planeamento de necessidades, compras, armazenamento, distribuição interna e suporte às equipas de manutenção e, indiretamente, operação.

A dependência a um único recurso cria, como já mencionado, um “*single point of failure*”, comprometendo continuidade de serviço, capacidade de resposta a auditorias e cumprimento de prazos, bem como possíveis inconsistências ou fragilidades na contabilidade analítica, fruto de dificuldades em garantir uma corrente atualização dos dados no ERP.

A insuficiência de recursos nesta função poderá gerar atrasos na distribuição de materiais, risco de ruturas críticas e sobrecarga de tarefas no único trabalhador existente, comprometendo a resiliência operacional.

A proposta para 2026 visa a contratação de:

- 1 Técnico de Armazém e Logística Interna, com responsabilidade pela organização física dos materiais, receção e controlo de qualidade, segurança no armazenamento e apoio direto ao funcionamento das infraestruturas de saneamento;
- 1 Técnico de Apoio às Equipas de Manutenção, dedicado à preparação de materiais para intervenções, transporte interno, apoio a obras urgentes e articulação com os centros operacionais da empresa.

Tratando-se de um processo crítico no âmbito da gestão da empresa e que está sujeito a eventos de risco, o mesmo carece de reforço de controlo e de medidas preventivas para minimizar efeitos negativos. Assim, o reforço com os 2 técnicos permitirá transformar esta função num verdadeiro suporte operacional à manutenção e à gestão de ativos, garantindo robustez logística, cumprimento de normas de segurança e ambiente e a continuidade do serviço público essencial que a empresa presta.

Centro de Manutenção Interna da Quinta do Conde (CMi QTC) e Setúbal (CMi STB)

Os Centros de Manutenção Interna constituem uma área essencial da SIMARSUL na resposta diária às necessidades de manutenção, assegurando a execução de trabalhos internos que vão desde a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos até à preparação e adaptação de componentes críticos para as instalações de saneamento.

Centro de Manutenção Interna da Quinta do Conde (CMi QTC)

Atualmente, a área de Manutenção Interna, que se pretende reconfigurar na área CMi QTC, dispõe de 11 trabalhadores, distribuídos por várias frentes de trabalho e os quais correspondem a 5 equipas de manutenção. A proposta para 2026 prevê o reforço com mais 2 técnicos, totalizando 13 elementos, número que permitirá a constituição formal de seis equipas de dois elementos.

O novo modelo organiza-se da seguinte forma:

- 5 equipas de 2 elementos cada ¹⁴, dedicadas à manutenção corretiva (resposta a avarias, paragens, etc.);
- 1 equipa dedicada exclusivamente à manutenção preventiva, cuja criação depende da contratação dos dois técnicos agora propostos.
- 1 técnico superior, que assumirá a função de Responsável de Área, garantindo o enquadramento técnico e funcional da equipa.

Em suma, propõe-se a autorização para contratação de 2 técnicos para reforço da área.

Centro de Manutenção Interna de Setúbal (CMi STB)

O CMi STB está em fase de constituição, na sequência da decisão estratégica de internalização da função de manutenção que anteriormente se encontrava assegurada por entidades externas. Esta medida foi formalmente contemplada no PAO 2025, que previa a contratação de 8 trabalhadores, autorização essa já concedida e concretizada, com os respetivos recrutamentos.

À semelhança do modelo definido para o Centro de Manutenção Interna da Quinta do Conde, prevê-se que esta nova unidade disponha de:

¹⁴ Por razões de segurança operacional, existem muitas atividades no âmbito da manutenção que não podem ser realizadas por um único trabalhador, exigindo a constituição de equipas de, pelo menos, dois elementos. Esta exigência decorre da natureza dos trabalhos — frequentemente realizados em espaços confinados, instalações com risco elétrico, operações em altura ou manobras em equipamentos pesados — e visa assegurar a adequada resposta em caso de emergência, conforme previsto nos normativos internos de segurança e nas boas práticas do setor. Além disso, a dispersão da rede exige que cada equipa opere de forma autónoma e tecnicamente competente, sem possibilidade de dependência de apoio imediato, o que justifica a constituição de pares técnicos e a atribuição de viaturas e kits de intervenção próprios a cada equipa.

- 5 equipas de dois técnicos para intervenção em manutenção corretiva;
- 1 equipa dedicada exclusivamente à manutenção preventiva;
- 1 técnico superior, que assumirá a função de Responsável de Área, garantindo o enquadramento técnico e funcional da equipa. Informamos que será atribuída a função de Responsável de Área a um trabalhador que já integra os quadros da empresa. Esta decisão resulta da avaliação interna que identificou o colaborador como detentor das qualificações técnicas e do know-how necessários para o desempenho eficaz da função, assegurando continuidade, conhecimento do contexto operacional e alinhamento com os objetivos da organização. **Importa ainda referir que esta nomeação não implicará um aumento de custos para a empresa, uma vez que o trabalhador já auferia subsídio de IHT, o qual será substituído pela comissão de serviço, ambos com uma valorização equivalente de 21,2%, conforme previsto no enquadramento remuneratório aplicável.**

Este modelo pressupõe uma estrutura total de 13 elementos: 12 técnicos e 1 técnico superior.

Considerando os 8 trabalhadores já autorizados, cujo recrutamento se encontra concretizado, e tendo em conta a saída de um trabalhador em dezembro de 2023, cuja substituição ainda não foi concluída, torna-se necessário solicitar autorização para:

- Contratação de 3 técnicos, para completar as equipas previstas no modelo funcional;
- Substituição de 1 técnico, que saiu em 2023 e cuja ausência compromete o equilíbrio das equipas.

A autorização para a contratação de 4 trabalhadores adicionais (3 por crescimento orgânico e 1 por substituição) é essencial para completar a estrutura do Centro de Manutenção Interna de Setúbal, assegurando um modelo técnico, e organizacional, coerente com o que foi definido para o CMi da Quinta do Conde. Esta proposta materializa os compromissos assumidos no PAO 2025 e reforça a capacidade da SIMARSUL para assegurar, com meios próprios, a manutenção e fiabilidade das suas infraestruturas, num setor crítico para a saúde pública e sustentabilidade ambiental.

A constituição de equipas dedicadas à manutenção preventiva é um passo estratégico para reduzir a dependência de intervenções reativas, diminuindo tempos de inatividade e o risco de falhas críticas, garantir a execução do plano de manutenção preventiva definido e melhorar a gestão de ativos da empresa, contribuindo para o cumprimento de metas do PENSAARP 2030, da ISSO 55001 e das orientações de eficiência operacional da tutela e do regulador.

- Área “Gestão de Atividades Especializadas”

A área conta atualmente com 2 técnicos superiores – sendo atualmente designada de função de manutenção externa –, o que se revela manifestamente insuficiente para a gestão transversal, tecnicamente exigente e territorialmente dispersa dos serviços contratados. No âmbito da revisão da estrutura orgânica da SIMARSUL, refletida no capítulo anterior, um deles será transferido para a área CMi STB.

Propõe-se, por isso, a contratação de 1 novo técnico superior, que assumirá funções de Responsável de Área, com competências de planeamento, priorização, validação técnica, e articulação com as demais direções, áreas e funções da empresa e, por isso, com atribuição de comissão de serviço.

Esta autonomização da função permitirá:

- Maior especialização e responsabilização funcional;
- Redução de riscos de não conformidade e duplicação de intervenções;
- Ganhos de eficiência e melhoria no controlo de qualidade técnica, acompanhamento e monitorização dos serviços externos.

- **Função de automação**

Conforme já exposto, a função de Automação será criada pela primeira vez na estrutura da SIMARSUL de forma autónoma e dedicada, refletindo a necessidade crítica de acompanhar a crescente complexidade tecnológica das infraestruturas da empresa.

A ausência de um técnico especializado nesta área tem gerado:

- Dependência quase total de fornecedores externos em tarefas críticas (diagnóstico, reprogramação, afinações), situação agravada com o aumento de atividade com a integração das infraestruturas de Setúbal;
- Dificuldades na integração de dados em sistemas internos de apoio à decisão;
- Potencial aumento de tempo de inatividade por falhas de diagnóstico técnico.

Propõe-se, assim, a contratação de 1 (um) técnico superior especializado em automação, com atribuição de isenção de horário de trabalho (IHT), e com competências em programação de autómatos, instrumentação, controlo de processos e integração de sistemas.

A empresa entende que o/a trabalhador/a a recrutar para a função de automação, com fundamento nas funções a exercer e na necessidade imperativa de este/a Técnico/a garantir a sua presença e acompanhamento das diversas atividades de que será incumbido/a, nomeadamente pela necessidade de manutenção em funcionamento e reparação dos equipamentos críticos das infraestruturas. Tal implica que este trabalhador deverá desempenhar as suas funções em regime de isenção de horário de trabalho (IHT), na modalidade de não sujeição aos limites máximos dos períodos normais de trabalho, prevista pelo artigo 219.º, n.º 1, al. a), do Código do Trabalho (CT), aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

- **Gestão de Energia**

No âmbito do PAO 2023 (despacho n.º 304/2023 do SET, datado de 20 de julho de 2023 e despacho conjunto coberto pelo ofício n.º 4943, datado de 24 de julho de 2023) foi solicitada e autorizada a contratação de 3 trabalhadores, em 2023, por aumento de atividade, decorrente da implementação do Programa de Neutralidade Energética do grupo AdP, aprovado pelo concedente.

Até ao momento foi apenas possível concretizar o recrutamento de 1 destes recursos (1 Técnico Superior), solicitando-se assim, no âmbito do PAO 2026, nova autorização para a contratação de 1 técnico.

4. DO PLANO PLURIANUAL DE SAÍDAS DE TRABALHADORES AO PLANO DE SUCESSÃO

O outro lado da moeda de já terem sido assinalados 20 anos de atividade é patente quando se analisam indicadores como idade média, atualmente de 50 anos, e perspetivas de evolução do número de trabalhadores com idade igual ou superior a 67 anos de idade e com acesso a pensão de reforma/aposentação, que sugere que até 2030, um quarto do quadro de trabalhadores atinge a idade de acesso à pensão/aposentação.

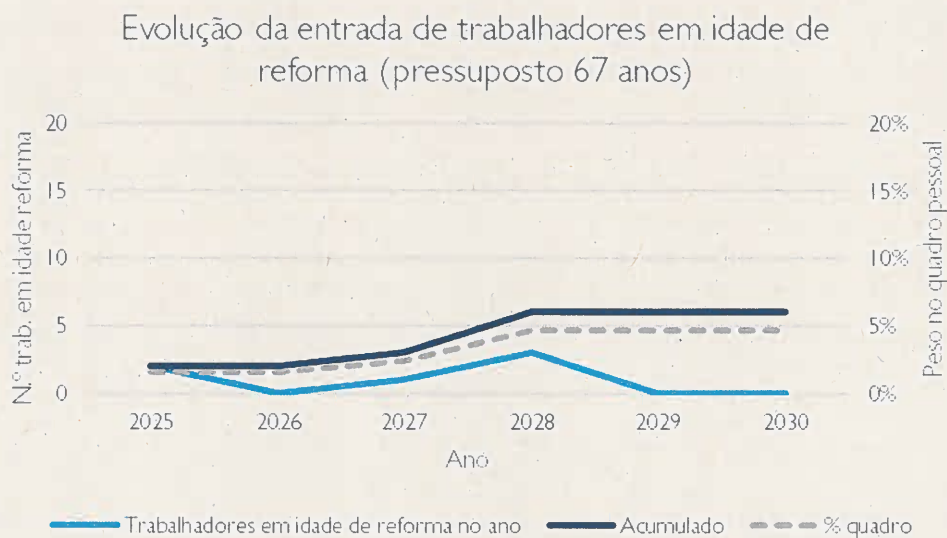


Figura 26 - Evolução da entrada de trabalhadores em idade de reforma

Por categorias profissional, a maior incidência concentra-se no grupo mais numeroso, dos técnicos operativos.

Categoria Profissional	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Técnico Superior	0	0	0	0	0	0	0
Técnico Operativo	1	0	0	2	0	0	3
Técnico	1	0	1	1	0	0	3
Total	2	0	1	3	0	0	6

Tabela 11 - Número de trabalhadores em idade de reforma por categoria profissional.

Muito cientes do exposto, a Empresa encontra-se a preparar um plano de sucessão.

5. GASTOS COM PESSOAL

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos gastos estimados para 2026 e a sua comparação com os anos de 2025 e 2024:

L n. 84
 P.

Custos com Pessoal	2024	2025	2025	2026	2027	2028
Unidade: Eur	REAL	PAO	EF	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Remunerações dos Órgãos Sociais	316 984	382 295	347 769	409 139	421 454	430 397
Remuneração do Pessoal	3 231 408	3 758 073	3 577 428	4 301 279	4 641 151	4 731 707
Encargos sobre Remunerações	715 923	912 462	886 385	1 050 621	1 126 112	1 151 459
Seguros	278 865	350 392	244 842	357 411	370 685	378 098
Outros Gastos com Pessoal	52 171	202 176	231 059	263 257	267 847	278 490
Trabalhos para a Própria Empresa	-	-	-	-	-	-
Total	4 595 351	5 605 397	5 287 482	6 381 707	6 827 249	6 970 151

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 12 - Gastos com pessoal – 2024 a 2028

Verifica-se que, ao nível dos gastos com pessoal, o fecho de 2025 apresenta valores abaixo dos previstos no PAO 2025, fundamentalmente pelo efeito da entrada mais tardia das substituições diretas de trabalhadores e dos novos trabalhadores considerados no anterior processo orçamental. Verifica-se, em 2026, um acréscimo significativo nos gastos com o pessoal, em resultado do efeito em ano completo das admissões concretizadas em 2025 e da entrada de novos trabalhadores em 2026.

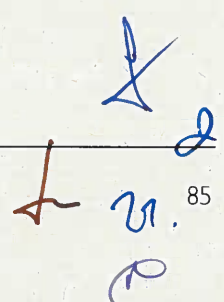
Damos nota de que, a partir de 2024, passaram a ser contabilizados nas rubricas afetas aos gastos com pessoal (associado aos Órgãos Sociais), os custos associados à prestação de serviços do Revisor Oficial de Contas, representando este gasto cerca de 15 mil euros em 2026.

Sobre os gastos com pessoal previstos para 2026, merecem destaque as seguintes matérias:

- Efeito em ano completo das entradas aprovadas para 2024 ou 2025 nos respetivos instrumentos de planeamento, com um gasto estimado em 2026 de cerca de 837 mil euros, cujo detalhe se apresenta em seguida:

Efeito das entradas autorizadas no PAO 2024 (considerando a extensão de prazo para concretização dos recrutamentos) em cada exercício							
Admissão trabalhadores	Direção	Ano admissão	EF 2025	PAO 2026	EST 2027	EST 2028	Despacho de autorização/ Observações
Técnico Superior	CEA	2025	21 002	32 402	32 302	32 358	Aprovação PAO 2024
Técnico Superior	RH	2025	27 071	57 378	57 278	57 334	Aprovação PAO 2024
Técnico Superior	SRS	2025	9 105	38 445	37 995	38 051	Ainda não contratado - Aguarda-se pronúncia pela tutela acerca do pedido de atribuição de IHT, conforme explanado no capítulo anterior
Técnico Superior	DAF	2025	22 104	32 402	32 302	32 358	Aprovação PAO 2024
			79 282	160 627	159 876	160 100	

Tabela 13 - Efeito das entradas autorizadas no PAO 2024



Efeito das entradas autorizadas no PAO 2025							
Admissão trabalhadores	Direção	Ano admissão	EF 2025	PAO 2026	EST 2027	EST 2028	Despacho de autorização/ Observações
Técnico Superior	STI	2025	7 741	32 752	32 302	32 358	
Técnico Superior	INO	2025	7 741	32 752	32 302	32 358	
Técnico Superior	DAF	2025	7 741	32 752	32 302	32 358	
Técnico Superior	DOP	2025	7 741	39 465	39 015	39 071	
Técnico Superior	DOP	2025	7 741	39 465	39 015	39 071	
Técnico	DOP	2025	6 121	30 998	30 548	30 604	
Técnico Superior	DINF	2025	7 741	32 752	32 302	32 358	
Técnico	DINF	2025	14 645	37 205	36 754	36 810	Autorizações concedidas ao abrigo do PAO 2025
Técnico	DINF	2025	14 645	37 205	36 754	36 810	
Técnico	DINF	2025	14 645	37 205	36 754	36 810	
Técnico	DINF	2025	9 296	39 232	38 781	38 837	
Técnico	DINF	2025	10 162	25 978	25 528	25 584	
Técnico	DINF	2025	10 162	25 978	25 528	25 584	
Técnico	DINF	2025	9 901	25 978	25 528	25 584	
Técnico	DINF	2025	4 393	27 745	27 295	27 351	
			140 416	497 462	490 707	491 546	

Tabela 14 - Efeito das entradas autorizadas no PAO 2025

Efeito das substituições ocorridas em 2025 (por reforma ou outros)							
Admissão trabalhadores	Direção	Ano admissão	EF 2025	PAO 2026	EST 2027	EST 2028	Despacho de autorização/ Observações
Técnico	STI	2025	23 903	36 855	36 754	36 810	Substituição de trabalhador que saiu em dez/24
Técnico Operativo	DOP	2025	15 511	23 081	22 981	24 336	Substituição de saída por reforma em jan/25
Técnico Operativo	DOP	2025	16 954	27 815	27 714	29 394	Substituição de trabalhador que saiu em maio/25
			56 368	87 750	87 449	90 541	

Tabela 15 - Efeito das substituições ocorridas em 2025 (por reforma ou outros)

Estimativa de substituições por reforma a ocorrer até ao final de 2025							
Admissão trabalhadores	Direção	Ano admissão	EF 2025	PAO 2026	EST 2027	EST 2028	Despacho de autorização/ Observações
Técnico	DINF-MAN	2025	10 231	32 527	32 077	32 132	Substituição por reforma
Técnico	DINF-MAN	2025	7 321	30 985	30 535	30 591	Substituição por reforma
Técnico Operativo	DOP	2025	2 229	27 528	27 077	27 726	Substituição por reforma
			19 782	91 039	89 688	90 449	

Tabela 16 - Efeito de substituições por reforma a ocorrer até ao final de 2025

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and initials 'M.' and '@' at the bottom right.

- No ano de 2026 são incontornáveis os efeitos do grande volume de entradas de pessoal, com um impacto estimado em cerca de 184 mil euros, conforme detalhe seguinte:

Admissão de trabalhadores - Garantia de Substituições de saídas - Impacto nos Gastos com o Pessoal							
Admissão trabalhadores	Direção	Ano admissão	EF 2025	PAO 2026	EST 2027	EST 2028	Despacho de autorização/ Observações
Técnico	DINF/MAN	2026	-	8 954	25 526	25 582	Substituição de trabalhador que saiu a 11/12/2023 e o qual não foi possível substituir até à data
			-	8 954	25 526	25 582	

Tabela 17 - Efeito das substituições de saídas

Admissão de trabalhadores - Reforma da estrutura orgânica da Direção de Infraestruturas							
Admissão trabalhadores	Direção	Ano admissão	EF 2025	PAO 2026	EST 2027	EST 2028	Despacho de autorização/ Observações
Técnico	DINF/GEN	2026	-	8 954	25 526	25 582	Conforme justificado nos parágrafos constantes do presente capítulo.
Técnico	DINF/ENG	2026	-	8 954	25 526	25 582	
Técnico Superior	DINF/ENG	2026	-	19 304	56 576	56 632	
Técnico Superior	DINF/ENG	2026	-	11 212	32 300	32 356	
Técnico Superior	DINF/MAN	2026	-	13 110	37 993	38 049	
Técnico	DINF/MAN	2026	-	8 954	25 526	25 582	
Técnico	DINF/MAN	2026	-	8 954	25 526	25 582	
Técnico Superior	DINF/MAN	2026	-	19 304	56 576	56 632	
Técnico	DINF/MAN	2026	-	12 696	36 752	36 808	
Técnico	DINF/MAN	2026	-	8 954	25 526	25 582	
Técnico	DINF/MAN	2026	-	8 954	25 526	25 582	
Técnico	DINF/MAN	2026	-	12 696	36 752	36 808	
Técnico	DINF/MAN	2026	-	8 954	25 526	25 582	
			-	151 000	435 631	436 358	

Tabela 18 - Efeito das admissões de trabalhadores - revisão da estrutura orgânica da DINF

Admissão de trabalhadores - Redimensionamento da estrutura							
Admissão trabalhadores	Direção	Ano admissão	EF 2025	PAO 2026	EST 2027	EST 2028	Despacho de autorização/ Observações
Técnico Superior	SRS	2026	-	13 110	37 993	38 049	Conforme justificado nos parágrafos constantes do presente capítulo.
Técnico Superior	RH	2026	-	11 212	32 300	32 356	
			-	24 322	70 293	70 405	

Tabela 19 - Efeito da admissão de trabalhadores - redimensionamento da estrutura

- Valorização dos salários médios com referencial fixado em 4,6% da massa salarial e RMMG (remuneração mínima mensal garantia) de 920,00€, atendendo ao Acordo Tripartido de valorização social e crescimento económico para 2025-2028, no valor de cerca de 80 mil euros no ano de 2026;

Handwritten signatures and initials in blue and red ink, including a circled 'P' and the number '87'.


- Evolução salarial dos/as gestores/as e Órgãos Sociais em 2,15%, equivalente a um valor de 8 678 euros em 2026;
- Promoções por atos de gestão¹⁵, no montante de 42 mil euros, incluindo os impactos com encargos sociais. As promoções por ato de gestão estão previstas nos Acordos Coletivos de Trabalho e, na realidade, fazem parte do normal funcionamento de qualquer empresa. Estas progressões representam apenas 0,7% da massa salarial prevista para 2026, traduzindo-se em 7 trabalhadores. As situações consideradas neste âmbito foram alvo de uma análise criteriosa, caso a caso, e correspondem a necessidades estruturais e funcionais identificadas como prioritárias e inadiáveis pela atual Administração.

Em causa estão ajustamentos pontuais e cirúrgicos, que visam, conforme já mencionado:

- o Corrigir distorções remuneratórias entre trabalhadores com funções equivalentes;
 - o Reconhecer o mérito e o desempenho diferenciador de trabalhadores com responsabilidades críticas;
 - o Garantir a retenção de talento técnico e operacional em áreas-chave para a continuidade do serviço.
- No que diz respeito à formação, a variação dos gastos face à estimativa de fecho para 2025, é de 78 mil euros. O nível de execução do plano anual de formação tem-se mantido aquém dos níveis ambicionados pela SIMARSUL. A empresa está obrigada a assegurar, em média, 40 horas anuais de formação a cada trabalhador, nos termos da lei, tendo de efetivar cerca de 120 horas por triénio.
 - Relativamente aos seguros de saúde e vida, verifica-se que o aumento da idade média nas empresas do grupo AdP e conseqüentemente o nível de consumo registado, especialmente na apólice de saúde, justificam a necessidade de atualizar os valores de mercado. Deste modo, antecipando-se que a renegociação de novas anuidades para os seguros de saúde e vida introduzam variações significativas nas condições contratuais, o cenário que se utilizou justifica a variação de aproximadamente 113 mil euros.

¹⁵ A SIMARSUL, à semelhança das demais empresas do Grupo, atua num setor altamente técnico e regulado, que exige perfis de elevada qualificação e competências especializadas em domínios críticos como a engenharia, gestão de ativos, tecnologias de informação, cibersegurança, sustentabilidade, inovação e regulação. A inexistência prolongada de mecanismos de progressão funcional tem vindo a gerar riscos crescentes de desmotivação e rotatividade de quadros qualificados, perda de competitividade face ao mercado e desequilíbrios entre funções e remunerações, com impacto na equidade interna.

A possibilidade de valorizar, de forma criteriosa e ponderada, os trabalhadores que demonstrem mérito, adquiram novas competências ou assumam funções de maior responsabilidade, constitui um instrumento essencial de gestão de pessoas, que importa preservar. A ausência total de previsibilidade orçamental para promoções, ainda que condicionadas, compromete a autonomia técnica e de gestão que a legislação atribui às entidades do Setor Empresarial do Estado, fragilizando a capacidade destas empresas para cumprir a sua missão pública com equipas adequadas e motivadas.


 H. M. 88
 (2)

Em seguida, e atendendo a que a proposta de revisão da estrutura orgânica da Empresa pressupõe a criação de duas novas áreas e contratação de elementos para chefiar as mesmas, assim como a atribuição de IHT a trabalhadores, resume-se, no quadro abaixo, a afetação entre a contratação e o subsídio concedido, bem como a sua quantificação ao nível do acréscimo que tal representa na massa salarial da empresa. Estas necessidades encontram-se fundamentadas no capítulo “E. Recursos Humanos – 3. Previsão de necessidades de recursos humanos para 2026”.

Destaca-se, no entanto, a proposta de atribuição de subsídio de isenção de horário a um elemento da equipa de Recursos Humanos da SIMARSUL, pelo facto das tarefas administrativas e respetivos prazos de reporte associados (legais e outros) implicarem muitas vezes a extensão do respetivo horário de trabalho, bem como pela dimensão da área geográfica abrangida pela atividade da empresa e tempos de deslocação inerentes que obrigam, também, à referida extensão de horário.

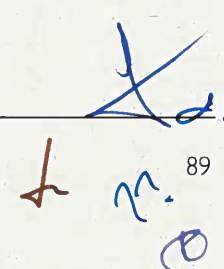
Designação	Direção/Área/Função	Acréscimo de gastos 2026	Acréscimo de gastos 2027	Acréscimo de gastos 2028
Atribuições de IHT				
Técnico Superior	DINF - Manutenção - Área de Automação	1 314	3 615	3 615
Técnico Superior	SRS	1 314	3 615	3 615
Técnico	RH	2 703	2 703	2 703
	TOTAL I	5 332	9 932	9 932
Atribuições de Comissão de Serviço				
Técnico Superior	DINF - Manutenção - Área de Gestão de Atividades Especializadas	2 065	5 678	5 678
Técnico Superior	DINF - Engenharia Área de Obras	2 065	5 678	5 678
	TOTAL 2	4 130	11 357	11 357
	TOTAL 3 (2+1)	9 461	21 289	21 289
	Massa Salarial Global (MS)	6 381 707	6 827 249	6 970 151
	Peso TOTAL 3 / MS	0,148%	0,312%	0,305%

Tabela 20 - Efeito nos gastos com pessoal da atribuição de IHT e de Comissão de Serviço

Conforme mencionado anteriormente, propõe-se igualmente a atribuição da função de Responsável de Área “Centro de Manutenção de Setúbal” a um trabalhador que já integra os quadros da empresa. Esta nomeação não implicará um aumento de custos para a empresa, uma vez que o trabalhador já auferia subsídio de IHT, o qual será substituído pela comissão de serviço, ambos com uma valorização equivalente de 21,2%, conforme previsto no enquadramento remuneratório aplicável.

Damos igualmente nota do pedido de reclassificação obrigatória, ao abrigo do disposto na cláusula 21.^a, n.º 2, dos ACT, sobre a qual se aguarda despacho favorável do Ministério do Ambiente e Energia, conforme correspondência S_SIMARSUL/2025/309, datada de 14/04/2025, e a qual se anexa ao presente documento.

No quadro abaixo apresenta-se o apuramento de alguns rácios relevantes associados aos gastos com pessoal, conforme orientações constantes nas Instruções de Elaboração do Plano de Atividades e Orçamento para 2026 - 2028:



Pessoal	2024		2025		2025		2026		2027		2028		Δ (2026 - 2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
N.º Total de Trabalhadores	135	160	153	165	178	180	180	13	8%					
N.º de membros dos órgãos sociais	10	12	11	12	12	12	1	8%						
N.º de membros cargos de direção	3	3	3	3	3	3	0	0%						
N.º dos restantes trabalhadores	122	145	139	150	163	165	12	8%						
Gastos totais com pessoal	4 595 351	5 605 397	5 287 482	6 381 707	6 327 249	6 970 151	1 094 225	21%						
Gastos com órgãos sociais	317 434 €	476 350 €	452 811 €	530 392 €	543 325 €	557 866 €	77 581	17%						
Gastos com cargos de direção	299 286 €	297 336 €	311 191 €	327 469 €	327 869 €	328 037 €	16 277	5%						
Remuneração do pessoal	3 262 708 €	4 003 615 €	3 718 719 €	4 569 136 €	4 925 806 €	5 033 623 €	850 417	23%						
Benefícios pós-emprego	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0	0%						
Ajudas de custo	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0	0%						
Rescisões / Indemnizações	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0	0%						
Restantes encargos	715 923 €	828 097 €	804 760 €	954 710 €	1 030 249 €	1 050 626 €	149 950	19%						
Informação adicional														
(i) Gastos com as contratações autorizadas ou previstas em 2025	0 €	51 032 €	322 915 €	803 409 €	798 786 €	803 564 €	480 494	149%						
(ii) Gastos com as contratações previstas em anos subsequentes	0 €	0 €	0 €	184 276 €	616 222 €	777 012 €	184 276	0%						
(iii) Cumprimento de disposições legais	0 €	0 €	0 €	178 222 €	169 579 €	169 173 €	178 222	0%						
(iv) Orientações expressas do acionista Estado	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0	0%						
(v) Valorizações remuneratórias obrigatórias	0 €	36 945 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0	0%						
(vi) Outras valorizações remuneratórias	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0	0%						
(vii) Rescisões por mútuo acordo	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0	0%						
Correções para efeitos de rácio														
(-) Gastos com órgãos sociais	-317 434	-476 350	-452 811	-530 392	-543 325	-557 866	-77 581	-17%						
(-) Cumprimento de disposições legais	0	0	0	-178 222	-169 579	-169 173	-178 222	0%						
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias	0	-36 945	0	0	0	0	0	0%						
(-) Rescisões contratuais excluindo por mútuo acordo	0	0	0	0	0	0	0	0%						
Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio	4 277 917	5 092 102	4 834 671	5 673 093	6 114 345	6 243 113	638 422	17%						
Gastos com pessoal / Gastos com pessoal ajustados	76%	79%	77%	81%	81%	81%	81%	81%						
Gastos com encargos / Gastos com pessoal ajustados	7%	6%	6%	6%	5%	5%	5%	5%						
Gastos com OS / Gastos com pessoal ajustados	7%	9%	9%	9%	9%	9%	9%	9%						

Tabela 21 - Custos com pessoal / Rácios RH

Handwritten signature and initials in blue ink.

Damos nota de que na SIMARSUL não existe qualquer benefício pós-emprego e não tem instituído qualquer sistema complementar de pensões.

Por essa razão não efetua o pagamento de qualquer complemento às pensões atribuídas pelo Sistema Previdencial da Segurança Social, pela CGA, I.P., ou por outro sistema de proteção social, nem mesmo de complementos integralmente financiados pelas contribuições ou quotizações dos trabalhadores, através de fundos especiais ou de outros regimes complementares, nos termos da legislação aplicável.

F. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

I. INDICAÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DA ATIVIDADE OPERACIONAL E DO INVESTIMENTO

Remete-se para o capítulo H. Plano de investimento anual e plurianual – 3.2. Financiamento e endividamento.

O quadro seguinte apresenta as fontes de financiamento das atividades de investimento da Empresa:

Fontes de Financiamento	2024	2025	2025	2026	2027	2028
Unidade: euros	REAL	PAO	EF	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Passivos não Correntes	96 272 876	95 112 037	95 704 667	102 464 645	118 315 232	122 911 971
Empréstimos	50 304 655	47 849 634	51 222 507	59 838 179	77 774 626	84 507 441
BEI	50 304 655	47 849 634	44 222 507	37 838 179	30 774 626	23 507 441
Banca Comercial/Suprimentos	0	0	7 000 000	22 000 000	47 000 000	61 000 000
Subsídios ao investimento	45 968 221	47 262 403	44 482 160	42 626 466	40 540 606	38 404 530
Subsídios Comunitários	45 960 262	44 005 385	44 447 875	42 414 681	40 371 321	38 317 744
Outros Subsídios	7 959	3 257 018	34 286	211 786	169 286	86 786
Passivos Correntes	8 335 443	17 103 208	6 425 107	6 696 314	7 343 111	7 511 345
Empréstimos	8 335 443	17 103 208	6 425 107	6 696 314	7 343 111	7 511 345
BEI (MLP - amortização ano seguinte)	5 828 482	6 637 695	6 425 107	6 696 314	7 343 111	7 511 345
Banca Comercial/Suprimentos	2 506 961	10 465 513	0	0	0	0
Total	108 608 319	112 215 245	102 129 774	109 160 959	125 658 343	130 423 316

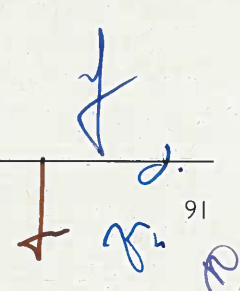
Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 22 - Fontes de financiamento

O financiamento necessário será assegurado através de linhas de financiamento negociadas pela AdP SGPS para as empresas do Grupo AdP.

2. SERVIÇO DE DÍVIDA

Relativamente ao serviço de dívida dos empréstimos existentes junto do BEI:



Designação do empréstimo	Taxa de juro		Maturidade do empréstimo	Amortização Capital (€)				Amortização juros (€)			
	Tipo	Valor		2º SEM 2025	2026	2027	2028	2º SEM 2025	2026	2027	2028
BEI III A-5	Tx. Fixa	4,76%	16/12/2030	343 220	729 500	743 420	851 420	104 239	183 460	148 570	111 898
BEI III A-8	Tx. Fixa	0,04%	16/12/2030	343 220	729 500	743 420	851 420	766	1 349	1 092	823
BEI III A-13	Tx. Fixa	0,04%	16/12/2030	343 220	729 500	743 420	851 420	766	1 349	1 092	823
BEI III A-14	Tx. Fixa	0,04%	16/12/2030	343 220	729 500	743 420	851 420	766	1 349	1 092	823
BEI III C-24	Tx. Fixa	0,11%	16/06/2034	282 910	581 180	625 980	670 930	3 532	6,606	5 970	5 278
BEI III C-34	Tx. Fixa	2,21%	16/06/2034	565 820	1 162 360	1 251 960	1 341 860	144 421	270 102	244 098	215 804
BEI III C-41	Tx. Fixa	2,21%	16/06/2034	480 947	988 006	1 064 166	1 140 581	122 758	229 587	207 483	183 434
BEI III C-48	Tx. Fixa	2,21%	16/06/2034	226 328	464 944	500 784	536 744	57 768	108 041	97 639	86 322
				2 928 885	6 114 490	6 416 570	7 095 795	435 018	801 842	707 037	605 204

Tabela 23 - Plano financeiro | BEI

Para os novos financiamentos a contratar em 2027/2028, não vão ocorrer amortizações de capital no período do PAO em apreço.

Os encargos financeiros decorrem dos juros dos financiamentos e das comissões de garantia dos financiamentos junto do BEI.

3. AÇÕES OU ATIVIDADES QUE SEJAM OBJETO DE FINANCIAMENTO AINDA NÃO CONCRETIZADO


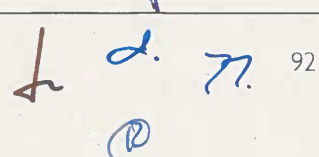
Não aplicável. A Empresa não tem ações ou atividades que sejam objeto de financiamento ainda não concretizado.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS

Todos os elementos económicos e financeiros, bem como de atividade, apresentados no presente documento, correspondem às melhores previsões da empresa, sendo suportadas no EVEF (que constitui o anexo III do contrato de concessão) e no Orçamento para 2025.

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual ("Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements"), Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (IAS/IFRS) e normas interpretativas (SIC/IFRIC), tal como adotadas pela União Europeia, aplicáveis a 1 de janeiro de 2015.

Em seguida apresentam-se as demonstrações financeiras para o período 2026-2028, sendo apresentados, sempre que necessário, comentários explicativos.

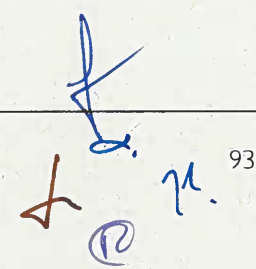



4.1. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PREVISIONAL	2024	2025	2025	2026	2027	2028
Unidade: Eur	REAL	PAO	EE	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Ativos não correntes	214 159 266	224 814 308	213 347 267	224 231 399	245 068 580	254 562 244
Ativos intangíveis líquidos	143 588 091	148 823 961	141 737 981	147 403 019	162 878 117	167 620 446
Ativos intangíveis	232 765 716	244 695 025	237 588 104	252 378 045	275 354 203	294 143 483
Amortizações acumuladas	-89 177 625	-95 871 064	-95 850 122	-104 975 026	-112 476 086	-126 523 037
Ativos fixos tangíveis líquidos	55 484	25 978	49 548	47 282	45 004	42 715
Ativos fixos tangíveis	66 964	37 684	66 964	66 964	66 964	66 964
Amortizações acumuladas	-11 479	-11 706	-17 416	-19 682	-21 960	-24 249
Ativos sob direito de uso líquidos	301 133	1 121 949	445 570	1 479 331	1 350 895	836 191
Ativos sob direito de uso	421 341	1 454 077	706 624	2 132 789	2 628 723	2 677 027
Amortizações acumuladas	-120 208	-332 128	-261 054	-653 457	-1 277 828	-1 840 835
Outros ativos financeiros	79 989	79 989	79 989	79 989	79 989	79 989
Impostos diferidos ativos	4 743 692	5 612 901	5 058 563	5 377 208	5 648 181	5 766 563
Desvio tarifário ativo	65 131 396	68 890 049	65 975 616	69 844 570	75 066 395	80 216 341
Clientes e outros ativos não correntes	259 482	259 482	0	0	0	0
Ativos correntes	16 685 814	13 296 737	19 559 103	19 414 282	18 711 549	10 955 564
Inventários	696 166	51 469	700 000	700 000	700 000	700 000
Clientes	11 411 253	7 044 085	11 480 905	8 605 247	7 119 695	6 361 355
Imposto sobre o rendimento do exercício	0	453 952	0	470 905	237 369	6 259
Outros ativos correntes	3 918 236	4 247 131	5 586 446	3 318 462	2 171 776	1 892 256
Acréscimo de rendimentos	1 680 345	1 591 556	1 863 596	913 030	14 838	1 649
Gastos a reconhecer	105 750	17 980	7 716	7 716	7 716	7 716
Outros devedores	148 987	12 248	76 777	76 777	76 777	76 777
Estado e outros entes públicos	1 983 154	2 625 347	3 638 357	2 320 938	2 072 445	1 806 114
Caixa e seus equivalentes	660 159	1 500 100	1 791 752	6 319 667	8 482 709	1 995 694
TOTAL DO ATIVO	230 845 080	238 111 046	232 906 370	243 645 681	263 780 129	265 517 808
Capital social	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000
Reservas e outros ajustamentos	916 201	1 066 918	1 062 161	1 209 974	1 358 726	1 512 228
Resultados transitados	47 200 308	50 063 936	49 973 556	52 782 003	55 608 293	58 524 837
Resultado líquido do exercício	2 919 208	3 114 902	2 956 260	2 975 043	3 070 046	3 167 571
Total do capital próprio	76 035 717	79 245 756	78 991 977	81 967 019	85 037 066	88 204 637
Passivos não correntes	138 973 737	136 480 525	139 577 850	146 458 330	163 536 383	162 472 520
Empréstimos	50 304 655	44 920 749	51 222 507	59 838 179	77 774 626	84 507 441
Passivos da locação	74 950	658 857	72 423	782 777	647 697	226 220
Fornecedores e outros passivos não correntes	8 957 662	10 464 822	8 919 671	8 618 271	8 307 158	7 985 986
Impostos diferidos passivos	14 994 399	16 133 514	15 115 554	15 836 897	16 818 730	17 696 057
Acréscimos de Gastos do Investimento Contratual	15 506 202	17 040 179	16 720 376	15 849 876	16 681 695	11 027 107
Subsídios ao investimento	49 135 870	47 262 403	47 527 319	45 532 330	43 306 478	41 029 709
Passivos correntes	15 835 627	22 384 765	14 336 543	15 220 331	15 206 680	14 840 651
Empréstimos	8 335 443	17 103 208	6 425 107	6 696 314	7 343 111	7 511 345
Passivos da locação	135 865	381 784	283 007	588 058	599 502	432 971
Fornecedores	2 626 755	3 389 284	2 783 256	4 170 024	3 460 435	3 079 978
Outros passivos correntes	4 207 563	1 510 489	4 635 731	3 765 936	3 803 632	3 816 357
Acréscimo de gastos	2 813 880	456 289	2 762 049	2 489 151	2 512 411	2 519 281
Rendimentos a reconhecer	98 824	112 615	96 362	96 362	96 362	96 362
Outros credores	390 054	100 413	102 577	102 577	102 577	102 577
Estado e outros entes públicos	904 805	841 173	1 674 743	1 077 846	1 092 282	1 098 137
Imposto sobre o rendimento do exercício	530 000	0	209 442	0	0	0
Total do passivo	154 809 363	158 865 290	153 914 394	161 678 661	178 743 063	177 313 171
TOTAL PASSIVO + CAPITAL PRÓPRIO	230 845 080	238 111 046	232 906 370	243 645 681	263 780 129	265 517 808

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 24 - Demonstração da posição financeira previsional



Relativamente ao balanço previsional, entende-se ser de referir que a variação verificada em ativos intangíveis diz respeito ao investimento programado e orçamentado para o triénio 2026 a 2028, encontrando-se a empresa a realizar um conjunto muito significativo de investimentos que visam a resolução de problemas relativos ao tratamento e rejeição de efluentes. Referir ainda que os investimentos em curso e programados dizem respeito aos investimentos previstos no Contrato de Concessão, cuja programação inicial estava concentrada entre 2017 e 2022, tendo-se executado, nesse período, apenas cerca de 50% do investimento previsto. Desta forma, face ao contexto económico e financeiro e ao conjunto de importantes restrições, o mesmo tem-se prolongado significativamente no tempo, coincidindo agora com as intervenções de investimento decorrentes da integração do Município de Setúbal. Sobre esta matéria, destaca-se o já mencionado em maior detalhe no capítulo “H. Plano de investimentos anual e plurianual”.

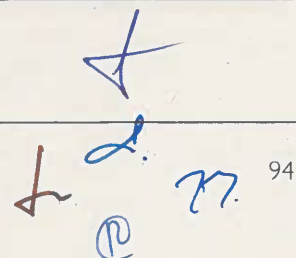
Importa também destacar e explicitar os montantes previstos em empréstimos, representando um aumento para 2026, situação que se justifica com a necessidade de financiamento do novo ciclo de investimentos programados, conforme explanado em detalhe no capítulo “3. Cobertura financeira dos investimentos (EVEF)”.

4.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2024	2025	2025	2026	2027	2028
Unidade: Eur	REAL	PAO	EF	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Prestações de Serviços	28 081 666	28 355 106	28 813 651	29 735 719	30 438 172	31 196 794
Rédito da Construção	3 055 242	11 203 436	4 822 388	14 789 941	22 976 158	18 789 280
Defice/superavit tarifario recup. custo	-1 175 242	2 418 930	844 219	3 868 955	5 221 825	5 149 946
Gasto das Vendas/Variação dos Inventários	-537 318	-604 569	-529 730	-657 404	-677 621	-672 202
Gastos da Construção	-3 055 242	-11 203 436	-4 822 388	-14 789 941	-22 976 158	-18 789 280
Fornecimentos e Serviços Externos	-11 438 618	-12 263 560	-12 262 527	-14 152 979	-14 473 237	-14 264 028
Gastos com Pessoal	-4 595 351	-5 605 397	-5 287 482	-6 381 707	-6 827 249	-6 970 151
Amortiz., Depreciações e Reversões do Exercício	-7 716 638	-8 302 510	-8 045 793	-8 649 074	-8 959 527	-8 957 659
Perdas por Imparidade e Reversões	0	0	-8 524	0	0	0
Subsídios ao Investimento	2 294 265	2 017 954	2 240 640	2 244 990	2 265 852	2 276 769
Outros Gastos e Perdas Operacionais	-204 743	-253 443	-225 431	-208 469	-232 273	-236 568
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	139 457	86 653	69 695	66 542	66 542	66 542
Resultados Operacionais	4 847 478	5 849 164	5 608 717	5 866 573	6 822 483	7 589 443
Gastos Financeiros	-2 149 118	-1 878 261	-2 157 273	-2 276 731	-3 033 595	-3 597 185
Rendimentos Financeiros	282 393	178 102	521 383	216 585	121 999	42 865
Resultados Financeiros	-1 866 724	-1 700 159	-1 635 890	-2 060 145	-2 911 596	-3 554 320
Resultados Antes de Impostos	2 980 753	4 149 005	3 972 827	3 806 427	3 910 887	4 035 123
Imposto do Exercício	-1 011 376	-1 179 186	-1 210 283	-428 687	-129 980	-108 607
Imposto Diferido	949 831	145 083	193 716	-402 697	-710 861	-758 945
Resultado Líquido do Exercício	2 919 208	3 114 902	2 956 260	2 975 043	3 070 046	3 167 571

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 25 - Demonstração dos resultados por natureza previsional



O resultado da empresa atinge cerca de 3 milhões de euros positivos em 2026, crescendo 19 mil euros face à estimativa de fecho de 2025.

Os gastos e os réditos apresentados na Demonstração de Resultados Previsional resultam das atividades planeadas para 2026 e previstas em Contrato de Concessão, sustentado no Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro, não se prevendo o lançamento de novas tarefas e atividades que careçam de quantificação e aferição para análise da respetiva sustentabilidade para além da já plasmada nos respetivos contratos e na revisão do EVEF que se encontra em fase de concretização.

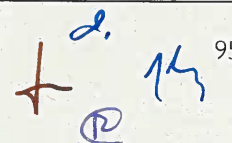
O volume de negócios previsto para 2026, expurgado do rédito dos serviços de construção e desvios de recuperação de gastos, apresenta um valor superior ao verificado nos anos de 2022, 2023 e 2024, em resultado do importante crescimento da atividade e da aplicação da tarifa prevista no EVEF atualizada a 2026 para o tratamento de águas residuais, em parte decorrente da entrada em operação da exploração das infraestruturas de Setúbal.

A atividade da Empresa é fortemente influenciada pelas condições meteorológicas (anos mais ou menos chuvosos) e pela população servida¹⁶. Como já explanado anteriormente, os nossos modelos técnicos extrapolam os volumes previstos de acordo com a população e as taxas de cobertura em "alta", constituindo a eliminação progressiva de aflúências indevidas pluviais e fluviais também uma preocupação da política pública nacional e comunitária.

No que diz respeito às rubricas de gastos prevêem-se para 2026 algumas alterações cuja análise mereceu particular destaque em sumário executivo e se clarifica no capítulo "*D. 3. Cumprimento das Orientações financeiras para o setor empresarial do estado para o triénio 2026-2028*".

Nos termos dos DL 92_93_94/2015 de 29 de maio, do DL 16/2017 de 1 de fevereiro, do DL 34/2017 de 24 de março e dos contratos de concessão, o Desvio de Recuperação de Gastos ('DRG') calculado em cada ano resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da sociedade, adveniente da exploração e gestão do sistema, e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos custos de exploração, o investimento e uma remuneração dos capitais próprios e reservas legais. No âmbito desta política contabilística, o reconhecimento do DRG em resultados constitui um rendimento operacional. Afeta assim o RO (EBIT) ou o indicador EBITDA e rácios para os quais este(s) indicador(es) concorra(m). Face a esta especificidade, o Grupo ajusta este indicador, recalculando o mesmo, através da dedução do DRG de cada exercício (real, estimado ou projetado) e conseqüentemente também os rácios que dele resultem. Em função do referido a empresa, acresceu linha(s) nas Demonstrações Financeiras (DF) apresentadas, de forma a que a informação disponibilizada permita a análise adequada da informação.

¹⁶ Residente e flutuante, assim como equivalente populacional associados ao desenvolvimento de atividades económicas.



Neste sentido, importa destacar que para 2025 se prevê um desvio de recuperação de gastos positivo (défice tarifário), o que demonstra que os rendimentos totais não serão suficientes para cobrirem a totalidade dos gastos, incluindo a remuneração acionista.

No que concerne à remuneração acionista importa salientar que nos termos dos Contratos de Concessão a mesma corresponde à remuneração do capital social e reservas, a uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações de Tesouro portuguesas a 10 anos, correspondente à média dos valores anuais dos últimos quinze anos das respetivas taxas de rentabilidade após a exclusão das três observações anuais mais altas e das três mais baixas. A remuneração do Capital Social é ainda acrescida de um máximo de 3 pontos percentuais, sendo essa remuneração devida desde a data da realização do capital social.

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal, deverá por esta ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

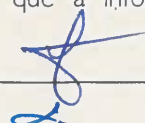



Em função do referido a empresa, acresceu linha(s) nas DF apresentadas, de forma que a informação disponibilizada permita a análise adequada da informação.

Afeta assim o indicador EBITDA e rácios para os quais este(s) indicador(es) concorra(m). Face a esta especificidade, o Grupo ajusta este indicador, recalculando o mesmo, através da dedução da IFRIC 12 de cada exercício (real, estimado ou projetado). Consequentemente também os rácios que dele resultem.

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que o Grupo AdP cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da depreciação dos ativos subjacentes.

Afeta assim o indicador EBITDA e rácios para os quais este(s) indicador(es) concorra(m). Face a esta especificidade, o Grupo ajusta este indicador, recalculando o mesmo, através da dedução dos subsídios ao investimento de cada exercício (real, estimado ou projetado). Consequentemente também os rácios que dele resultem.

Em função do referido a empresa, acresceu linha(s) nas DF apresentadas, de forma que a informação disponibilizada permita a análise adequada da informação.




n. 96


Relativamente ao não acolhimento das orientações financeiras, conforme descritas no capítulo seguinte “D. 3. Cumprimento das Orientações financeiras para o setor empresarial do estado para o triénio 2026-2028”, no que concerne aos gastos operacionais e à redução de endividamento iremos ao longo do presente relatório explicar as estimativas de gastos efetuadas e os motivos pelos quais não se verifica o acolhimento destas orientações, bem como solicitar a respetiva autorização para a aceitação dos gastos orçamentados por corresponderem aos valores mínimos considerados necessários.

De referir, no entanto, que:

- todos os gastos foram estimados para garantir a qualidade do serviço prestado e o cumprimento de toda a legislação aplicável;
- o aumento de algumas rubricas de gastos com fornecimentos e serviços externos está relacionado com o crescimento dos preços de mercado, com as necessidades de cumprimento de obrigações legais, com o desempenho ambiental, com a segurança e gestão de risco e com fatores geopolíticos.

No que diz respeito aos Gastos com Pessoal, esta matéria é explorada em detalhe em capítulo próprio, no ponto “E. Recursos Humanos”.

4.3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2024	2025	2025	2026	2027	2028
Unidade: Eur	REAL	PAO	EE	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Atividades operacionais						
Recebimentos de clientes	26 200 242	31 412 870	29 838 768	32 570 653	31 905 184	31 936 592
Pagamentos a fornecedores	-12 875 645	-17 097 914	-13 238 975	-15 865 778	-15 251 873	-15 013 636
Pagamentos ao pessoal	-4 574 839	-4 141 009	-5 249 664	-6 630 594	-6 779 202	-6 937 962
Fluxo gerado pelas operações	8 749 759	10 173 947	11 350 129	10 074 282	9 874 108	9 984 995
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	-396 928	-1 578 563	-1 530 148	-1 109 035	103 556	122 503
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional	-63 514	-560 575	-1 165 819	-485 568	-1 218 570	-1 223 355
Fluxo gerado por outras atividades operacionais	-460 442	-2 139 138	-2 695 967	-1 594 603	-1 115 014	-1 100 852
Fluxo de atividades operacionais	8 289 317	8 034 809	8 654 162	8 479 679	8 759 094	8 884 143
Atividades de investimento						
Recebimentos provenientes de:						
Juros e Rendimentos Similares	14 084	-	266 238	1 167 150	1 020 192	56 054
Subsídios de Investimento	-	-	629 628	-250 000	40 000	-
Fluxo dos recebimentos da atividade de investimento	14 084	-	895 866	1 417 150	1 060 192	56 054
Pagamentos respeitantes a:						
Ativos fixos tangíveis e intangíveis em curso	-	-13 635 536	-4 225 524	-12 347 779	-23 584 732	-19 092 330
Ativos Intangíveis	-2 761 407	-399 515	-1 274 206	-	-	-
Outros ativos	-2 413 968	-16 752	-6 620	-	-	-
Fluxo dos pagamentos de atividades de investimento	-5 175 374	-14 051 803	-5 506 350	-12 347 779	-23 584 732	-19 092 330
Fluxo de atividades de Investimento	-5 161 290	-14 051 803	-4 610 484	-10 930 629	-22 524 540	-19 036 276
Atividades de financiamento						
Recebimentos provenientes de:						
Empréstimos obtidos	3 347 661	45 286 007	12 446 208	15 000 000	25 000 000	14 000 000
Outras operações Financiamento	-	1 059 654	-	-	-	-
Fluxo dos recebimentos da atividade de financiamento	3 347 661	46 345 661	12 446 208	15 000 000	25 000 000	14 000 000
Pagamentos respeitantes a:						
Empréstimos obtidos	-6 308 153	-40 343 808	-6 910 789	-6 114 490	-6 416 570	-7 095 795
Empréstimos obtidos (CP)	-	-	-6 946 208	-	-	-
Juros e gastos similares	-1 708 048	-1 752 760	-1 501 296	-1 906 646	-2 654 942	-3 239 087
Outras operações Financiamento	-	-210 515	-	-	-	-
Fluxo dos pagamentos de atividades de financiamento	-8 016 201	-42 307 084	-15 358 293	-8 021 136	-9 071 512	-10 334 882
Fluxo de atividades de Financiamento	-4 668 541	4 038 577	-2 912 085	6 978 864	15 928 488	3 665 118
Variações de caixa e seus equivalentes	-1 540 513,86	-1 978 417	1 131 593	4 527 915	2 163 042	-6 487 015
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 200 673	3 478 517	660 159	1 791 752	6 319 667	8 482 709
Caixa e seus equivalentes no fim do período	660 159	1 500 100,33	1 791 752	6 319 667	8 482 709	1 995 694

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

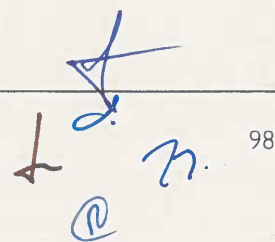
Tabela 26 - Demonstração dos fluxos de caixa previsional

A AdP- Águas de Portugal, SGPS, S.A. tem solicitado nos últimos anos à Secretaria de Estado do Tesouro a dispensa parcial do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado, tendo como base de fundamentação a necessidade de algumas Empresas do Grupo Águas de Portugal terem de recorrer a linhas de financiamento de curto, médio e longo prazo.

Desta forma, o pressuposto subjacente ao presente plano de orçamento e atividades assenta no princípio de que em 2026 o regime de exceção será solicitado e que o mesmo continuará a merecer acolhimento pelo titular da função acionista.

As fontes de financiamento da empresa são constituídas por linhas de suprimento e apoio de tesouraria do acionista, Banco Europeu do Investimento e pela tarifa praticada aos utilizadores do sistema.

As variações das rubricas da demonstração de fluxos de caixa previsional resultam do processo orçamental que reflete a atividade corrente, de investimento e financeira projetada para 2026 não se prevendo variações significativas para além das variações justificadas no documento Plano de Atividades e Orçamento para 2026.



Notas Explicativas dos fluxos de caixa das atividades operacionais 2026 -2028

- Demonstram os recebimentos e os pagamentos efetuados com as atividades operacionais. Ao analisar as rubricas com maior expressão podemos observar a estabilização dos recebimentos de clientes em resultado do cumprimento, pela maioria dos clientes, dos prazos de pagamento;
- As estimativas de "Recebimentos de Clientes" para o triénio 2025-2027 foram elaboradas tendo por base as condições de cada utilizador municipal e clientes diretos, conjugados com a evolução prevista do volume de negócios;
- Os pagamentos refletem a atividade operacional da empresa e o nível de investimento previsto para os anos em análise, bem como os prazos de pagamento contratualmente previstos e resultantes dos processos de contratação pública;
- As estimativas dos "Pagamentos a fornecedores" tiveram por base as atividades operacionais previstas para o triénio em análise e o cumprimento do prazo médio de pagamento a fornecedores.

Notas explicativas dos fluxos de caixa das atividades de investimento 2026 - 2028

- Demonstram os valores que resultam do Plano Anual de Investimentos da SIMARSUL. O incremento no investimento previsto tem como consequência um aumento nos fluxos de pagamento das atividades de investimento. Conforme se pode verificar na rubrica de pagamento de ativos intangíveis, o ano de 2026 continuará a ser marcado pela execução dos investimentos previstos em contrato de concessão.
- Para o triénio 2026-2028 não está prevista a possibilidade de recurso a candidaturas a fundos comunitários/nacionais ou o recurso a ativos financeiros detidos pela empresa para este efeito.

Notas explicativas dos fluxos de caixa das atividades de financiamento 2026 - 2028

- Demonstram os valores que resultam dos pagamentos de juros de empréstimos BEI e respetivas amortizações, bem como dos financiamentos de curto prazo junto da banca comercial ou suprimentos acionistas para fazer face a necessidades de tesouraria

Notas explicativas dos fluxos de caixa

O fluxo de caixa foi elaborado no pressuposto de manutenção de um fundo fixo de caixa e seus equivalentes de 1,2 milhões de euros, para suprir as principais necessidades mensais.

5. EFICIÊNCIA OPERACIONAL, RÁCIOS FINANCEIROS E QUADRO RESUMO

Apresentam-se em seguida os quadros síntese da eficiência operacional, rácios financeiros e quadro resumo, analisados de forma detalhada nos capítulos anteriores, que constam no ficheiro anexo às Instruções para a Elaboração dos PAO para 2026-2028.

5.1. EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Vide Capítulo D. Plano de atividades e indicadores de desempenho – 4. Princípios de elaboração dos planos de atividades e orçamento, na alínea 4.1. Eficiência Operacional.

5.2. RÁCIOS FINANCEIROS

Rátios Financeiros	Formula	2024	2025	2026	2027	2028
		Execução	Estimativa	Projeção	Projeção	Projeção
Rentabilidade das vendas	EBITDA/Volume de Negócio	45%	47%	55%	52%	53%
Rentabilidade do Ativo	Resultado Operacional/Ativo médio	2%	2%	2%	3%	3%
Rentabilidade do Capital próprio	Resultado Líquido/Capital Próprio médio	4%	4%	4%	4%	4%
Rentabilidade do Capital próprio ajustado	Resultado Líquido ajustado/Capital Próprio médio		3%	4%	4%	4%
Passivo total	Passivo/Ativo	67%	66%	66%	68%	67%
Endividamento Corrente	Passivo Corrente/Ativo	7%	6%	6%	6%	6%
Autonomia financeira	Capital Próprio/Ativo	33%	34%	34%	32%	33%
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	105%	136%	128%	123%	74%
Rentabilidade dos RH	Resultado Operacional/n.º de trabalhadores	38 780	38 416	37 058	41 601	46 277

Figura 27 - Quadro resumo | rácios financeiros

5.3. QUADRO RESUMO

O Quadro Resumo das instruções do PAO respeita aos indicadores constantes nas orientações financeiras para o triénio 2026-2028, apresentando-se já com os ajustamentos referidos e densificados no capítulo D. 3 – Cumprimento das Orientações Financeiras para o triénio 2026-2028.

G. CONTRATOS DE GESTÃO, CONTRATOS-PROGRAMA E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A SIMARSUL não tem celebrado qualquer contrato-programa com o Estado.

Relativamente ao contrato de prestação de serviço público, e tendo por base o artigo 48.º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas às quais tenha sido confiada a prestação de serviço público ou serviço de interesse geral, devem elaborar e apresentar, ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo sector de atividade, propostas de contratualização da prestação desse serviço, associando metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis, o modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento e critérios de avaliação e revisão contratuais, exceto quando a relação jurídica e administrativa seja titulada por contrato de concessão e nos mesmos se encontrem reguladas as matérias atinentes à prestação de serviço público ou serviço de interesse geral, o que é o caso da SIMARSUL.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the number '100'.

H. PLANO DE INVESTIMENTOS ANUAL E PLURIANUAL

O contrato de concessão da SIMARSUL estabelece um prazo de concessão de 30 anos (2017-2046). Para este horizonte temporal está previsto um investimento total, a preços constantes de 2016, de cerca de 49 milhões de euros. Incorporado neste plano de investimentos está um valor de investimento de substituição/renovação/reabilitação de cerca de 25 milhões de euros.

I. NOTA INTRODUTÓRIA

Nos últimos anos verificou-se uma execução física dos investimentos substancialmente inferior ao inicialmente previsto, não por desinteresse estratégico, mas em consequência de um conjunto de fatores, como:

- Choques exógenos, incluindo o aumento generalizado dos preços das matérias-primas (nomeadamente aço, cimento e produtos petroquímicos), a volatilidade dos mercados energéticos e as perturbações nas cadeias de abastecimento, que elevaram de forma persistente os custos de construção, conduzindo a aumentos sucessivos do valor das empreitadas, obrigando ao relançamento de concursos, por ausência de propostas dentro da banda de preço;
- Aumento das exigências processuais e legais associadas à execução dos investimentos, em termos da contratação de prestações de serviços e empreitadas, nomeadamente a necessidade de obter autorizações do acionista e tutela para aumento dos preços base dos novos concursos;
- Decréscimo da capacidade de resposta do mercado, não só nas vertentes de Projeto e Fiscalização, mas também na materialização das empreitadas, devido ao desaparecimento de empresas e técnicos especializados, situação agravada com contingências inerentes aos requisitos da contratação pública;
- Dificuldade do setor empresarial do Estado em captar, e, sobretudo, reter especialistas capacitados para garantir a elaboração/acompanhamento de estudos e projetos, contratação e fiscalização dos contratos de empreitadas.

A baixa execução dos investimentos em infraestruturas é patente no gráfico seguinte, onde é possível identificar um período de elevado investimento inicial (2006/2012), seguido de 13 anos sem investimento significativo, o que conduz a uma acumulação de necessidades de investimento para o próximo quinquénio, de forma a assegurar o regular funcionamento das infraestruturas da empresa e garantir a continuidade do negócio.

Esta situação é particularmente grave no setor do saneamento, que apresenta exigências de investimento contínuas, dado o rápido desgaste a que se encontram sujeitos os equipamentos e infraestruturas, decorrente da agressividade das águas residuais e emissões associadas.

Em paralelo o Grupo AdP estabeleceu como vetores estratégicos de investimentos: a) a digitalização; b) a economia circular; e c) a neutralidade energética. Estas linhas promovem a resiliência e eficiência dos sistemas de abastecimento e de tratamento de águas residuais, assim como a redução do seu impacto em termos ambientais.

Os atrasos na execução do plano de investimentos, a par com as dificuldades na realização das ações de manutenção preventiva mais estruturais e com o passivo recebido com a integração das infraestruturas do Município de Setúbal, e todos os desafios que se perfilam para o setor empresarial do Estado implicaram a necessidade de reavaliar a estrutura e estratégia da empresa. Assim, foi decidido:

- Rever tanto o calendário de investimentos como as estimativas de custo inicialmente adotadas, de modo a preservar o equilíbrio económico-financeiro da concessão e a viabilidade técnica dos projetos, estando presentemente em fase de conclusão um novo Estudo de Viabilidade Económico Financeiro, elaborado em coerência com o presente exercício orçamental;
- Atualização das estimativas de custo com recurso a índices oficiais e a cotações de mercado, bem como uma provisão de contingência técnica, de forma a garantir a fiabilidade das adjudicações e o cumprimento sustentável dos compromissos contratuais;
- A reorganização da empresa de forma a dotar as equipas responsáveis pela execução do investimento (Engenharia e Manutenção) dos meios humanos e competências necessários para materialização desse investimento.
- Implementação de uma estratégia tripartida de atuação, considerando:
 - o Desenvolvimento de projetos de execução para construção ou reabilitação de infraestruturas operacionais, como as Estações Elevatórias (EE) e as Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) da SIMARSUL, e subsequente lançamento das respetivas empreitadas;
 - o Implementação de uma metodologia expedita para acelerar o lançamento de empreitadas de construção civil de baixa complexidade, tendo por base os Relatórios de Avaliação de Aptidão Funcional (RAAF) das infraestruturas, de forma a possibilitar uma resposta o mais célere possível às patologias evidenciadas nesses documentos;
 - o Identificação e priorização das empreitadas de conceção-construção necessárias para reposição da capacidade operacional de ETAR com dificuldades ao nível das várias etapas de tratamento.

Em complemento a este Plano de Investimentos, a componente da Manutenção atuará em paralelo nas seguintes vertentes:

- Reforço das ações de manutenção preventiva de forma a assegurar a operacionalidade das instalações, apostando em equipas internas para a realização das tarefas diárias, suportadas por ferramentas de mobilidade eficientes;
- Contratação de atividades especializadas que não se afigura economicamente viável realizar internamente a fornecedores detentores do conhecimento e equipamento necessários para o efeito, recorrendo a contratos juridicamente robustos e temporalmente adequados, de forma a garantir a manutenção de equipamentos específicos (centrífugas, sistemas AVAC, sondas e equipamentos de medição, etc.), garantindo o correto acompanhamento dos contratos por uma equipa interna, suportada em recursos externos, como fiscalização, se necessário.

No que concerne o Plano de Manutenção Preventiva global da SIMARSUL, o mesmo contempla duas vertentes complementares:

- O Plano de Manutenção Autónoma, abrangendo as tarefas de manutenção de 1.º nível, tais como ações de limpeza, lubrificações e rotinas simples de inspeção, a realizar pela Direção de Operação (DOP);
- Plano de Manutenção Sistemática e Condicionada, contemplando as tarefas de manutenção preventiva mais complexas, que exigem diagnóstico técnico e ferramentas especializadas, a realizar pelo Departamento de Manutenção (MAN), recorrendo a equipas próprias (Manutenção Interna) ou a contratos especializados externos, associados a Gestores de Contrato da MAN.

De forma a enquadrar o presente PAO, considera-se pertinente analisar em maior detalhe a problemática do investimento de substituição e da manutenção Sistemática e Condicionada, pois é nestas áreas onde se verificam as alterações mais substantivas.

De facto, em 2024, conforme figura seguidamente reproduzida, verifica-se que, apesar da SIMARSUL apresentar um indicador para a Manutenção Preventiva aparentemente elevado (92,29%), a componente da Manutenção Preventiva da responsabilidade de MAN, que tem associada as tarefas de manutenção preventiva mais complexas e que exigem diagnóstico técnico e ferramentas especializadas, não cumpre o plano estabelecido, estando abaixo dos 40%:

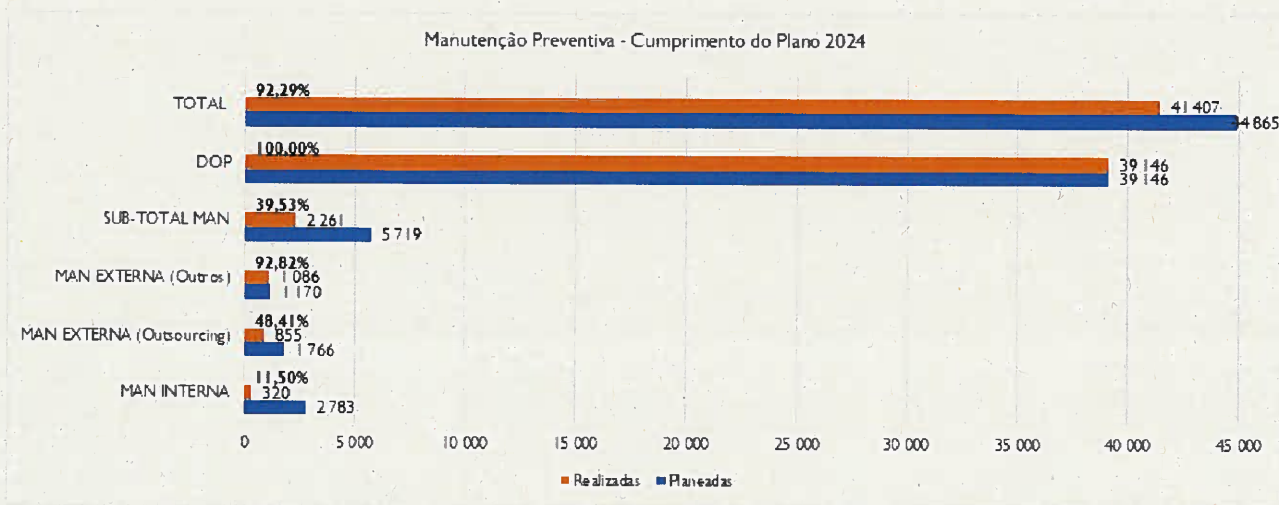
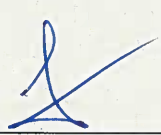
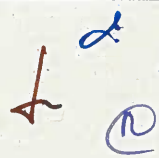


Figura 28 - Cumprimento do plano de manutenção preventiva em 2024

O baixo valor de execução das mais importantes atividades de manutenção preventiva associadas à conservação dos ativos verificado está em linha com os registados nos últimos 7 anos, conforme se pode observar no quadro seguinte:


 103


OBJETIVO	META	INDICADOR	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva	Superior a 95%	(N.º de intervenções preventivas realizadas / N.º de intervenções preventivas planeadas) x 100	12,00%	29,81%	30,48%	37,12%	36,78%	34,28%	39,53%

Com vista a contrariar a tendência muito provável de forte aumento de encargos com o Outsourcing e a obter garantias acrescidas de qualidade, por via do maior compromisso e acumulação do conhecimento dos trabalhadores internos e ainda por via da supervisão integrada e do controlo logístico no Sistema, a partir de agosto de 2025 foi implementada uma solução alternativa ao Outsourcing, com o reforço de oito trabalhadores para a equipa interna de manutenção, devidamente autorizado no âmbito do PAO 2025-2027.

O presente PAO procurar assegurar a continuidade dessa estratégia, consolidando e reforçando as vertentes complementares responsáveis pela execução do investimento de manutenção, conservação e substituição, pois só deste modo poderá a SIMARSUL garantir a conservação dos seus ativos.



2. INVESTIMENTO

Metodologia adotada

O Plano de Investimentos para o triénio 2026-2028, teve como ponto de partida o plano em curso, a respetiva execução e o previsto no Contrato de Concessão, tendo-se procedido à atualização dos cronogramas, bem como dos valores previstos para os investimentos, incluindo os investimentos relativos aos vetores estratégicos do Grupo AdP e outros considerados imprescindíveis para a gestão do sistema.

O planeamento a curto, médio e longo prazo está associado a uma priorização dos investimentos de acordo com uma metodologia desenvolvida no seio do Grupo AdP para suportar a tomada de decisão. Esta metodologia tem em conta os investimentos iniciais previstos no Contrato de Concessão e os constrangimentos operacionais registados, que consubstanciam uma base integrada para a gestão dos ativos. Pondera ainda o risco associado à não realização do investimento por via da análise das consequências e probabilidade de ocorrência, com base em critérios pré-estabelecidos. Para o efeito é definido uma relação direta entre infraestrutura e população servida, o motivo, o horizonte temporal para a ocorrência das consequências da não realização do investimento e do desembolso financeiro associado.

Muito cientes dos tempos de elevada incerteza e das exigências crescentes associadas ao desenvolvimento da sua atividade, a SIMARSUL suporta as suas decisões numa metodologia de priorização das intervenções partindo de uma dimensão de avaliação da criticidade das infraestruturas, do sistema de gestão de ativos, certificado de acordo com o referencial ISO 55 001.


 L. d. n. 104


O planeamento do investimento foi efetuado numa perspetiva de prioridade, atendendo à sua eficiência e imprescindibilidade, e com base numa estratégia que permita o aumento da cobertura dos serviços prestados e de acordo com os seguintes pressupostos:

- As empreitadas em fase de procedimento de contratação, já adjudicadas ou em execução foram reprogramadas de acordo com a expectativa mais atual de conclusão, considerando fatores externos que condicionam o desenvolvimento dos processos, nomeadamente o aumento dos preços dos materiais e a escassez de mão-de-obra;
- Foi dada prioridade às intervenções que visam garantir o cumprimento legal, tanto qualitativo como quantitativo;
- Considerou-se a necessidade de mitigar riscos de falha ou disfunção de ativos críticos, assegurando a continuidade e resiliência do serviço.
- Foram valorizados os projetos com maior impacto positivo na eficiência operacional, nomeadamente na redução de consumos energéticos, minimização de perdas e otimização de custos futuros de exploração;
- Relevou-se a urgência de intervenções que promovam a proteção do ambiente e a salvaguarda da saúde pública, em linha com as exigências regulamentares e comunitárias;

Até ao final de 2028 prevê-se a realização do seguinte investimento:

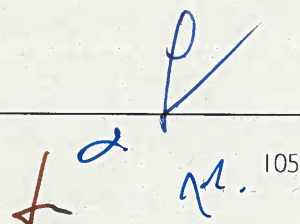
Investimento em Capital Fixo	2024	2025	2025	2026	2027	2028
Unidade: euros	REAL	PAO	EF	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Edifícios e Outras Construções	1 675 026	4 351 217	2 706 319	6 070 191	10 836 838	10 411 797
Equipamento Básico	1 041 719	3 468 526	753 279	5 524 476	9 453 144	6 568 142
Outros	338 497	3 383 692	1 362 790	3 195 275	2 686 176	1 809 341
Investimento	3 055 242	11 203 436	4 822 388	14 789 941	22 976 158	18 789 280

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 25 - Investimento previsto no triénio

O valor do investimento previsto para a estimativa de fecho de 2025 apresenta um decréscimo face ao que se encontrava previsto no PAO 2025 aprovado, em virtude de atrasos verificados na contratação e arranque de algumas empreitadas, explicitados em detalhe na parte final do ponto seguinte. Estas situações obrigaram à reprogramação do plano de empreitadas para o ano de 2026, no sentido de assegurar o cumprimento do respetivo plano de investimentos da empresa, previsto no contrato de concessão para o quinquénio, recuperando desta forma o atraso verificado.

A memória descritiva das empreitadas selecionadas a realizar, total ou parcialmente em 2026, é apresentada nas respetivas fichas anexas, que fazem parte integrante deste documento, bem como o detalhe com o montante global de cada projeto, sendo quantificadas as fontes de financiamento por projeto e por cada ano do triénio. Destaca-se que os investimentos devem ser avaliados no âmbito do Contrato de Concessão, ou seja, de que o retorno económico e financeiro deverá ser aferido no âmbito global.


 105

No que concerne a medidas de racionalização do investimento em empresas participadas, a SIMARSUL mantém a participação financeira de 5.000 euros na S.ENERGIA, Agência Regional de Energia para os concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete.

3. COBERTURA FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS (FINANCIAMENTO E ENDIVIDAMENTO)

3.1. RETORNO ECONÓMICO E FINANCEIRO DOS INVESTIMENTOS

A garantia de uma estrutura de capitais adequada aos desafios e orientações constitui uma das maiores preocupações da SIMARSUL, desde logo, enquanto entidade gestora de infraestruturas de serviços essenciais com vida útil muito significativa (em média 40-50 anos), mas também às regras e orientações presentes em cada exercício. Esta preocupação constitui um dos pressupostos de construção do EVEF da SIMARSUL.

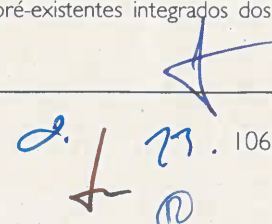
A execução das intervenções constantes do contrato de concessão, visam assegurar os níveis de serviço estabelecidos, o qual é assegurado por um leque bastante diversificado e disperso de ativos, edificado no essencial, desde as décadas 70 e 80 do século passado e até à primeira década deste século, estimados em mais de 400 milhões de euros¹⁷, sujeitos a um contexto adverso que acelera o respetivo desgaste. As referidas intervenções encontram-se suportadas em aferições periódicas do estado funcional, por entidades independentes, e apresentadas à ERSAR.

O retorno económico e financeiro de cada um dos projetos de investimento não é direta ou individualmente aferível uma vez que estes são desenvolvidos no âmbito dos contratos de concessão celebrados entre o Estado Português e os Municípios, no estreito cumprimento da respetiva missão: conceber, construir, explorar e gerir, no caso presente, Sistemas de Saneamento de Águas Residuais, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Nos contratos de concessão são considerados encargos a recuperar, por via tarifária, os gastos operacionais, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. A rentabilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulta da remuneração do capital social e da reserva legal, a uma taxa equivalente às OT a 10 anos acrescida de uma margem de 3%.

Com exceção de alguns investimentos no domínio da eficiência, que têm associado um período de retorno inferior ao da concessão pela redução de gastos ou aumento de proveitos que venham a gerar, a sustentabilidade económica e financeira dos investimentos relevantes encontra-se, pois, assegurada nos próprios contratos de concessão, designadamente no Estudo de Viabilidade Económica e Financeiro (EVEF) que os acompanha e onde

¹⁷ Valor de substituição estimado, tendo como referência os construídos no âmbito da concessão e os pré-existentes integrados dos municípios.

 106

estão previstos (com detalhe) os investimentos e as respetivas fontes de financiamento, bem como as tarifas e os rendimentos tarifários que, num regime de "cost-plus", permitirão assegurar essa sustentabilidade.

Adicionalmente, projetos de eficiência como o Programa Zero e o Plano de Lamas do Grupo AdP, nos quais se enquadram alguns dos investimentos do próximo triénio foram alvo de uma análise integrada para todo o Grupo, por parte da ERSAR e das respetivas tutelas, tendo merecido aprovação das mesmas.

Nos termos do Contrato de Concessão, encontra-se em curso uma revisão deste EVEF até final de 2025, encontrando-se atualmente em fase de estabilização uma primeira versão, a mesma será formalmente suscitada a sua apreciação pelas entidades competentes.

3.2. FINANCIAMENTO E ENDIVIDAMENTO

A estruturação financeira da empresa considera o recurso às seguintes fontes de financiamento, para além do autofinanciamento:

- O Capital Social, que ascende a 25 milhões de euros;
- A comparticipação total de fundos comunitários, no montante de aproximadamente 74,8 milhões de euros;
- Os empréstimos do BEI de aproximadamente 100 milhões de euros;
- Apoio de tesouraria da AdP SGPS, S.A.

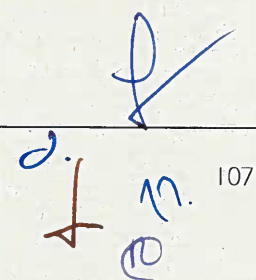
Tendo em conta a definição de investimento com expressão material que consta nas instruções de Elaboração dos Planos de Atividades e Orçamento: "*Consideram-se novos investimentos de expressão material os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a 12 milhões de euros ou o resultante da aplicação de 10% do orçamento anual da empresa*".

Cálculo do valor do Investimento relevante:			
	2026	2027	2028
Investimento	14 789 941	22 976 158	18 789 280
CMVMC	657 404	677 621	672 202
FSE	14 152 979	14 473 237	14 264 028
GP	6 381 707	6 827 249	6 970 151
OGO	208 469	232 273	236 568
Total	36 190 499	45 186 539	40 932 228
10%	3 619 050	4 518 654	4 093 223

Tabela 27 - Cálculo do valor do investimento relevante

Conclui-se assim que a SIMARSUL não tem previsto qualquer investimento com expressão material para este período.

Para o ano de 2026, prevê-se um nível de endividamento bruto de cerca de 66,5 milhões de euros.



Endividamento	2024	2025	2025	2026	2027	2028
Unidade: euros	RIAL	PAO	EF	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Passivos não Correntes	50 304 655	44 920 749	51 222 507	59 838 179	77 774 626	84 507 441
Empréstimos	50 304 655	44 920 749	51 222 507	59 838 179	77 774 626	84 507 441
BEI	50 304 655	44 920 749	44 222 507	37 838 179	30 774 626	23 507 441
Banca Comercial/Suprimentos	0		7 000 000	22 000 000	47 000 000	61 000 000
Passivos Correntes	8 335 443	17 103 208	6 425 107	6 696 314	7 343 111	7 511 345
Empréstimos	8 335 443	17 103 208	6 425 107	6 696 314	7 343 111	7 511 345
BEI (MLP - amortização ano seguinte)	5 828 482	6 637 695	6 425 107	6 696 314	7 343 111	7 511 345
Banca Comercial/Suprimentos	2 506 961	10 465 513	0	0	0	0
Endividamento bruto	58 640 098	62 023 957	57 647 614	66 534 493	85 117 737	92 018 786
Ativos Financeiros	0	0	0	0	0	0
Outros Ativos Financeiros	79 989	0	79 989	79 989	79 989	79 989
Caixa e Bancos	660 159	1 500 100	1 791 752	6 319 667	8 482 709	1 995 694
Endividamento líquido	57 899 950	60 523 857	55 775 873	60 194 837	76 555 039	89 943 103

Tabela 28 - Endividamento bruto e líquido do triénio

Este endividamento é desagregado da seguinte forma: 44,5 milhões relativos aos empréstimos BEI III, cujo reembolso dos valores contratados se prevê que ocorra até ao final de 2034. Este dividem-se entre 37,8 milhões relativos a médio-longo prazo e 6,7 milhões a curto prazo. Adicionalmente, em 2026, poderá ser necessário recorrer a financiamentos de médio e longo prazo, através de suprimentos, num montante de cerca de 22 milhões de euros, para fazer face ao volume de investimento previsto realizar pela empresa, em paralelo com a continuidade das conversações relativas à montagem de uma nova operação de financiamento junto do Banco Europeu de Investimentos, designada BEI VI.

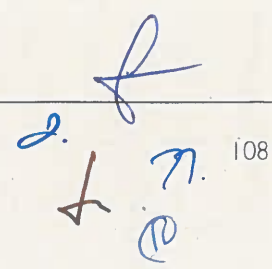
No que diz respeito à cobertura de investimento apresentada no detalhe do investimento anexo ao presente documento, destaca-se que a avaliação quanto às necessidades de financiamento em termos prospetivos é efetuada de forma consolidada, ressalvando-se, no entanto, que a SIMARSUL não antecipa, desde já, outras fontes de financiamento que não o recurso à banca comercial ou a suprimentos do seu acionista maioritário. Desta forma, as percentagens de financiamento e a sua desagregação, por cada uma das empreitadas constantes do presente orçamento, poderão sofrer ajustes futuros. (Anexo "Mapas anexos detalhados trimestralmente - Detalhe do Investimento")

Conforme já demonstrado anteriormente, no capítulo "D.3. Cumprimento das Orientações financeiras para o setor empresarial do estado para o triénio 2026-2028", derivado do grande volume de investimento, a SIMARSUL prevê aumentar em 2026 o seu endividamento bruto em 10,7%.

Endividamento	2024	2025	2025	2026	2027	2028
Unidade: euros	RIAL	PAO	EF	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Varição do Endividamento [[cn-cn-1)+(en-en-1)-dn]/[cn-1+en-1]		4,0%	-1,2%	10,8%	20,3%	6,3%
Empréstimos Bancários de MLP (a)	50 304 655	44 920 749	51 222 507	59 838 179	77 774 626	84 507 441
Empréstimos Bancários (b)	8 335 443	17 103 208	6 425 107	6 696 314	7 343 111	7 511 345
FRn (c=a+b)	58 640 098	62 023 957	57 647 614	66 534 493	85 117 737	92 018 786
Novos Investimentos de expressão material	0	0	0	0	0	0
Capital Social	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 29 - Variação do endividamento no triénio



Assim, decorrente do forte aumento do volume de investimento, em que os valores a despendere são naturalmente agravados pelo aumento de preços, a Empresa prevê para 2026, e anos seguintes, o recurso a apoio de tesouraria junto do acionista maioritário, AdP SGPS, S.A..

4. CONTRATO DE CONCESSÃO

Os investimentos a executar pela SIMARSUL estão previstos no Contrato de Concessão em vigor, o qual mereceu concordância da tutela setorial e da tutela financeira. Investimentos não previstos no Contrato de Concessão ou com valor distinto do previsto, de valor superior a 50 mil euros e que se mostrem indispensáveis à gestão do sistema, apenas serão realizados, caso sejam aprovados pelo Concedente ou se enquadrem na rubrica de investimento de substituição do contrato de concessão.


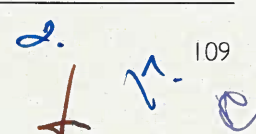
Os investimentos a executar pela SIMARSUL no âmbito do Plano de Circularidade e Valorização Orgânica (Plano C-VALOR) foram objeto de despacho de aprovação pelo Secretário de Estado do Ambiente e da Energia (Despacho n.º 76/SEAENE/2022), com base em parecer favorável da ERSAR, pelo que se encontram aprovados.

Os investimentos a executar pela SIMARSUL no âmbito Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP (Programa ZERO) foram objeto de despacho de aprovação pelo Secretário de Estado do Ambiente e da Energia (Despacho n.º 77/SEAENE/2022), com base em parecer favorável da ERSAR, pelo que se encontram aprovados.

Investimentos não previstos no Contrato de Concessão ou com valor distinto do previsto, de valor superior a 50 mil euros, nos termos das Deliberações de 6 de setembro de 2019 e 23 de abril de 2020 da Comissão Executiva da AdP SGPS (CE), são analisados e avaliados, no âmbito do procedimento de Autorizações do Concedente e/ou ERSAR, pela AdP Valor, AdP Energias e AdP SGPS (respetivamente nas vertentes de: valia técnica e bondade do investimento; avaliação do compromisso da neutralidade energética até 2030; avaliação do impacto tarifário), com os seguintes objetivos:

- Verificação sobre se o investimento na infraestrutura em análise está previsto no contrato de concessão e por que montante;
- Aferição sobre se o investimento e demais custos de exploração e manutenção apresentam impacto tarifário, indicando quais as medidas a adotar para que esse impacto seja nulo ou diminuto no EVEF do Contrato de Concessão e no EVEF em revisão;
- Emissão de parecer por forma a que a empresa possa prosseguir com o pedido de autorização ao Concedente, com eventual reclassificação de verba genérica de investimento de substituição para financiar o montante em falta face ao previsto no Contrato de Concessão, ou para o eventual aumento do valor de investimento.

O parecer é apreciado pela CE da AdP SGPS, que merecendo aprovação é enviado à Empresa para que esta possa instruir o processo junto do Concedente.

Adicionalmente, para todos os investimentos com montante superior a 500.000 euros, a SIMARSUL solicita parecer da ERSAR para cumprimento do disposto no n.º 3 do Artigo 19.º do Regulamento de Procedimentos Regulatórios.



d. n. 110
+ @

I. QUADRO SÍNTESE DE AUTORIZAÇÕES REQUERIDAS

Apresenta-se no quadro seguinte os atos que nos termos das orientações para a elaboração do PAO 2026-2028 carecem de autorização expressa ou de dispensa de cumprimento da orientação:

Matéria	Autorização requerida	Fundamentação	Normativo aplicável	Página do PAO correspondente
Princípios Orçamentais (medidas de otimização de desempenho)				
Gastos com Pessoal	Atualização salarial (em linha com as orientações da tutela para os aumentos salariais no SEE), em 4,6%	No âmbito do acordo tripartido 2025-2028, sobre a valorização salarial e o crescimento económico as empresas públicas integrantes do SEE devem continuar a assegurar uma política remuneratória, em consonância com o referido Acordo. Valorização para 2026 de 4,6% dos gastos com pessoal face à massa salarial do exercício de 2025, no valor estimado de 80 mil euros.	Acordo tripartido 2025-2028, sobre a valorização salarial e o crescimento económico	E. Recursos Humanos – 5. Gastos com Pessoal
Gastos com Pessoal	Admissão de um trabalhador por substituição de outro que saiu a 11/12/2023 e o qual não foi possível substituir até à data	A presente contratação permitirá estabilizar o quadro de pessoal da SIMARSUL, estimando-se um gasto adicional em 2026 de 8 954 euros.	Código do Trabalho e Lei do Orçamento de Estado	E. Recursos Humanos – 3. Previsão de necessidades de recursos humanos para 2026
Gastos com Pessoal – Organograma	Alteração do organograma afeto à Direção de Operação, nos departamentos de manutenção e engenharia.	Autorização para a alteração proposta ao organograma da empresa, nomeadamente na Direção de Infraestruturas, na qual a empresa solicita a criação de: - 2 novas funções ("Automação" e "Apoio Geral") - transformação da função – manutenção externa – na área gestão atividades especializadas; - Renomeação e transformação da função "Gestão de Obras" para a área "Obras"	Lei do Orçamento de Estado	E. Recursos Humanos – 2 Proposta de revisão da estrutura orgânica da SIMARSUL
Gastos com Pessoal	Contratação de 13 trabalhadores ao abrigo da revisão da estrutura orgânica da SIMARSUL, no que respeita à Direção de Infraestruturas, nos departamentos de engenharia e manutenção.	Aumento do quadro de pessoal em 13 trabalhadores decorrente da proposta de revisão da estrutura orgânica da SIMARSUL, com um gasto estimado para o ano de 2026 de 151 milhares de euros. A presente proposta subentende igualmente autorização sobre a alteração proposta ao organograma da empresa, nomeadamente na Direção de Infraestruturas.	Código do Trabalho e Lei do Orçamento de Estado	E. Recursos Humanos – 2 Proposta de revisão da estrutura orgânica da SIMARSUL e 5. Gastos com pessoal

Handwritten notes and signatures in the right margin, including a large blue signature and the number '72.111'.

Matéria		Fundamentação		Normativo aplicável		Página do PAO correspondente	
Princípios Orçamentais (medidas de otimização de despesa)							
Gastos com Pessoal	Contratação de dois trabalhadores, atendendo à avaliação efetuada à estrutura da empresa e ao estudo de dimensionamento.	Aumento do quadro de pessoal em 2 trabalhadores, um para a área de Segurança e Responsabilidade Social e um para a área de Recursos Humanos, com um gasto estimado de 24 322 euros, em 2026.	Código do Trabalho e Lei do Orçamento de Estado	E. Recursos Humanos – 3. Previsão de necessidades de recursos humanos para 2026			
Gastos com Pessoal	Para alterações remuneratórias no quadro de pessoa decorrente de promoções.	Pretende-se formalizar nominalmente as Promoções por ato de gestão, com um gasto estimado de 44 950 euros.	IE PAO 2026/2028 – ponto 2 do apêndice	E. Recursos Humanos – 5. Gastos com Pessoal			
Gastos com Pessoal	Atribuição de Comissão de Serviço (com consequente retirada de Subsídio de Isenção de horário) ao futuro trabalhador responsável pela área "Centro de Manutenção Interna Setúbal"	Solicita-se autorização para atribuição de subsídio de Comissão de Serviço ao trabalhador responsável pela área "Centro de manutenção Setúbal. Conforme exposto no presente relatório, esta atribuição não implicará um aumento de custos para a empresa, uma vez que o trabalhador já auferia subsídio de IHT, o qual será substituído pela comissão de serviço, ambos com uma valorização equivalente de 21,2%, conforme previsto no enquadramento remuneratório aplicável.	IE PAO 2026/2028 – ponto 2 do apêndice	E. Recursos Humanos – 3. Previsão de necessidades de recursos humanos para 2026			
Gastos com Pessoal	Atribuição de IHT – Elemento da equipa de RH	Pedido de autorização para atribuição de subsídio de isenção de horário a um elemento da equipa de Recursos Humanos da SIMARSUL, pelo facto das tarefas administrativas e respetivos prazos de reporte associados (legais e outros) implicarem muitas vezes a extensão do respetivo horário de trabalho, bem como pela dimensão da área geográfica abrangida pela atividade da empresa e tempos de deslocação inerentes que obrigam, também, à referida extensão de horário. Esta alteração implicará um gasto estimado para 2026 de 2 703 euros.	IE PAO 2026/2028 – ponto 2 do apêndice	E. Recursos Humanos – 5. Gastos com Pessoal			
Princípios Financeiros							
Endividamento	Para crescimento do endividamento acima dos 2%	O elevado volume de investimento previsto para os próximos anos, conforme previsão do Estudo de Viabilidade Económico-financeiro (EVEF), implicará o recurso a fontes de financiamento externas e o aumento do endividamento. Para 2026 está previsto um crescimento de endividamento de 10,7%. Ressalva-se que o limite de crescimento do endividamento será aferido em termos de consolidado do Grupo AdP.	IE PAO 2026-2028 – ponto 5 do apêndice	H. Plano de investimento anual e plurianual – 3.2. Financiamento e endividamento			

112 772. A

Materia	Autorização requerida	Fundamentação	Normativo aplicável	Página do PAO correspondente
Princípios Orçamentais (medidas de otimização de desempenho)				
Gastos Operacionais (FSE)	Crescimento dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos em 15% (5% quando considerado o efeito ajustado do aumento dos preços da prestação de serviços de tratamento e envio a destino final das lamas), no montante de 1 890 mil euros (565 mil euros em termos ajustados).	Vide Capítulo D. Plano de atividades e indicadores de desempenho – Subcapítulo 3. Cumprimento das Orientações Financeiras para o Setor Empresarial do Estado para o triénio 2026-2028.	IEPAO2026-2028	Capítulo D. Plano de atividades e indicadores de desempenho – Subcapítulo 3. Cumprimento das Orientações Financeiras para o Setor Empresarial do Estado para o triénio 2026-2028...
Eficiência Operacional	Para cálculo do GOMN expurgando os efeitos constantes da Tabela 7 - Orientação Financeira Eficiência Operacional	Para cálculo do GOMN expurgando, além dos efeitos dos impactos legais aplicáveis, os efeitos da aplicação do Acordo de Rendimentos e os efeitos de comparabilidade, como é o caso do aumento dos gastos com a prestação de serviços de tratamento e transporte a destino final das lamas.	IEPAO2026-2028	Capítulo D. Plano de atividades e indicadores de desempenho – Subcapítulo 3. Cumprimento das Orientações Financeiras para o Setor Empresarial do Estado para o triénio 2026-2028.
Recursos Humanos				
RH	Conferir competência ao Conselho de Administração para substituição de trabalhadores	A presente autorização surge para responder a eventuais necessidades, neste momento incertas, de substituições de trabalhadores, em face do disposto nas Instruções de Elaboração do Plano de Atividades e Orçamento 2026-2028	Instruções de Elaboração do Plano de Atividades e Orçamento – ponto 9 do apêndice	

113 72 0.
 +
 A
 P

Matéria	Autorização requerida	Fundamentação	Normativo aplicável	Página do PAO correspondente
Princípios Orçamentais (medidas de otimização de desempenho)				
RH	Conferir competência Administração para substituição de trabalhadores	Autorização para o recrutamento antecipado destinado à substituição, ao longo do ano de 2026, de trabalhadores que cessem o vínculo de emprego por reforma e desempenhem tarefas correspondentes a necessidades permanentes, sendo o recrutamento considerado imprescindível, tendo em vista a prossecução das atribuições e o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público da respetiva empresa. Os encargos decorrentes do recrutamento destinado à substituição estão incluídos na proposta de orçamento anual e plurianual, não implicando qualquer aumento com gastos com pessoal.	Instruções de Elaboração do Plano de Atividades e Orçamento 2026-2028 – ponto 9 do apêndice	
Frota automóvel				
Aumento da frota	Autorização para incremento da frota em 7 viaturas operacionais	Autorização para desenvolvimento dos procedimentos de contratação necessários para aumento da frota em 7 viaturas indispensáveis à atividade operacional da empresa. Este aumento pressupõe um aumento dos gastos com frota em 155 mil euros.	Instruções de Elaboração do Plano de Atividades e Orçamento 2026-2028	Capítulo D. Plano de atividades e indicadores de desempenho – Subcapítulo – 4. Princípios de elaboração dos planos de atividades e orçamento – ponto 4.3.

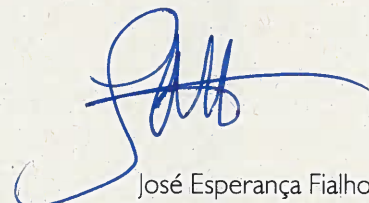
114
73
A
g.p.

J. CONCLUSÕES

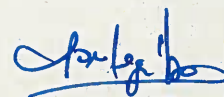
O presente documento apresenta o Plano de Atividades e Orçamento para 2026 da SIMARSUL, efetuado com as melhores previsões, estimativas e informações que se conhecem à presente data.

Com base no exposto, o Conselho de Administração irá propor aos acionistas que aprovem o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2026

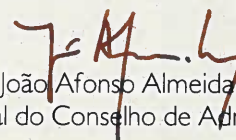
Seixal, 23 de outubro de 2025



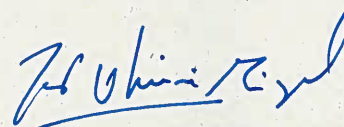
José Esperança Fialho
(Presidente do Conselho de Administração)



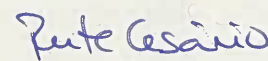
Dora Rego Afonso
(Vogal do Conselho de Administração)



João Afonso Almeida da Silva Luz
(Vogal do Conselho de Administração)



João Oliveira Miguel
(Vogal Não Executivo)



Rute Isabel Talhadas Cesário
(Vogal Não Executivo)